

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - **CONSEPE**

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | consepe@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 17, DE 29 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em História, Câmpus de Araguaína, aprovado pela Resolução Consepe nº 47/2009.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão extraordinária no dia 29 de junho de 2018, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em História, Câmpus de Araguaína, aprovado pela Resolução Consepe nº 47/2009, conforme anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE
LICENCIATURA EM HISTÓRIA, CÂMPUS DE
ARAGUAÍNA (ATUALIZAÇÃO 2018).**

Anexo da Resolução nº 17/2018 – Consepe

Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 29 de junho de 2018.

ARAGUAÍNA/TO
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO **TOCANTINS**

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 17/2018 – CONSEPE

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE LICENCIATURA EM
HISTÓRIA, CÂMPUS DE ARAGUAÍNA (ATUALIZAÇÃO 2018).**

ARAGUAÍNA/TO
2018



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**Araguaína - TO
2018**



CÂMPUS DE ARAGUAÍNA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**Araguaína - TO
2018**

Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso – PPC

Rosária Helena Ruiz Nakashima

Presidente do Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Braz Batista Vas

Membro do NDE

Dernival Venâncio Ramos Junior

Membro do NDE

Dimas José Batista

Coordenador do Curso e Membro do NDE

Euclides Antunes de Medeiros

Membro do NDE

Eugênio Pacelli de Moraes Firmino

Membro do NDE

Luciano Galdino da Silva

Membro do NDE

Marcos Edilson de Araújo Clemente

Membro do NDE

Sariza Oliveira Caetano Venâncio

Membro do NDE

Vera Lúcia Caixeta

Membro do NDE

Colaboradores (Docentes do Colegiado)

Bertone de Oliveira Sousa

Dagmar Manieri

Marina Grigório Barbosa de Sousa

Martha Victor Vieira

Olívia Macedo Miranda de Medeiros

Plábio Marcos Martins Desidério

Thiago Groh de Mello Cesar

Wellington Amarante Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins – SISBIB/UFT

F981c Fundação Universidade Federal do Tocantins.

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História/ elaboração e organização: Nakashima, Rosária Helena Ruiz; Vas, Braz Batista; et. al.– Araguaína, TO, 2018.

103p.: il.; 27 cm

1.Projeto Pedagógico. 2. Educação Superior. I. Título. II. Nakashima, Rosária Helena Ruiz Nakashima (Org.).

CDD 378.81

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



Expediente

Luis Eduardo Bovolato

Reitor-reitor

Ana Lúcia Medeiros

Vice-reitora

Emerson Subtil Denicoli

Chefe de Gabinete

Vânia Maria de Araújo Passos

Pró-reitora de Graduação

Raphael Sanzio Pimenta

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Maria Santana Ferreira Milhomem

Pró-reitor de Extensão e Cultura

Kherlley Caxias Batista Barbosa

Pró-reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários

Jaasiel Nascimento Lima

Pró-reitor de Administração e Finanças

Eduardo Andrea Lemus Erasmo

Pró-reitor de Avaliação e Planejamento

Erica Lissandra Bertolossi Dantas

Pró-reitora de Gestão de Desenvolvimento de pessoas

João Batista

Prefeito Universitário

José Manoel Sanches da Cruz

Diretor do Câmpus Universitário de Araguaína

SUMÁRIO

I – MARCO SITUACIONAL	8
1.1 APRESENTAÇÃO	8
1.2 HISTÓRICO E CONCEPÇÃO DE CURSO	9
1.3 COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO – PPC	11
II – MARCO TEÓRICO	13
2.1 HISTÓRICO DA UFT	13
2.2 UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS NO CONTEXTO REGIONAL E LOCAL	14
2.3 BASES CONCEITUAIS DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	16
2.3.1 <i>Missão Institucional</i>	17
2.3.2 <i>Visão da UFT</i>	17
2.3.3 <i>Valores da UFT</i>	17
2.3.4 <i>Grandes Pilares Estratégicos</i>	17
2.4 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UFT	17
2.4.1 <i>Direção do Câmpus</i>	18
2.5 CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	20
2.6 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	21
2.6.1 <i>Administração Acadêmica</i>	21
2.6.2 <i>Coordenação Acadêmica</i>	21
III – MARCO OPERATIVO	22
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO	22
3.1.1 <i>Coordenador de Curso</i>	23
3.1.2 <i>Relação Nominal do Quadro Docente Efetivo do Curso</i>	23
3.2 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	24
3.2.1 <i>Justificativa</i>	24
3.2.2 <i>Objetivos do Curso</i>	27
3.2.3 <i>Perfil profissional</i>	28
3.2.4 <i>Competências, habilidades e atitudes</i>	28
3.2.5 <i>Campo de atuação profissional</i>	29
3.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	29
3.3.1 <i>Conteúdos Curriculares</i>	29
3.3.2 <i>Abordagem da Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e indígena</i>	30
3.3.3 <i>Abordagem da Política Nacional de Educação Ambiental</i>	30
3.3.4 <i>Língua Brasileira de Sinais (Libras)</i>	30
3.3.5 <i>Atividades semipresenciais</i>	31
3.3.6 <i>Matriz Curricular</i>	31
3.3.7 <i>Disciplinas optativas</i>	34
3.3.8 <i>Adaptação entre estruturas curriculares (equivalência de disciplinas)</i>	35
3.3.9 <i>Ementário</i>	40
3.3.10 <i>Metodologia</i>	71
3.3.11 <i>Interface ensino, pesquisa e extensão</i>	72
3.3.12 <i>Interface com programas de fortalecimento do ensino</i>	79
3.3.13 <i>Interface com as Atividades Complementares</i>	80
3.3.14 <i>Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório</i>	81

3.3.15 <i>Prática Profissional</i>	84
3.3.16 <i>Laboratórios de Ensino de História (LHis)</i>	85
3.3.17 <i>Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)</i>	89
3.3.18 <i>Avaliação do processo de ensino-aprendizagem</i>	90
3.3.19 <i>Avaliação do Projeto do Curso</i>	91
3.3.20 <i>Autoavaliação e avaliação externa</i>	93
4 CORPO DOCENTE, CORPO DISCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	93
4.1 <i>Formação acadêmica e profissional do corpo docente</i>	93
4.2 <i>Núcleo Docente Estruturante (NDE)</i>	95
4.3 <i>Produção de material didático ou científico do corpo docente</i>	96
4.4 <i>Formação e experiência profissional do corpo técnico-administrativo que atende ao curso de graduação</i>	97
5 INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATORIAIS	97
5.1 <i>Laboratório, Núcleo, Centro e outras instalações</i>	97
5.2 <i>Biblioteca</i>	100
5.3 <i>Periódicos especializados</i>	100
5.4 <i>Instalações e equipamentos complementares</i>	101
5.5 <i>Área de lazer e circulação</i>	101
5.6 <i>Recursos audiovisuais</i>	101
5.7 <i>Acessibilidade para portador de necessidades especiais (Decreto nº 5.296/2004)</i>	101
5.8 <i>Sala de Direção do Câmpus e Coordenação de Curso</i>	102
6 APÊNDICES DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO	102

I – MARCO SITUACIONAL

1.1 Apresentação

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em História da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus de Araguaína, foi elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Colegiado do Curso de História. Ele é resultado das reflexões e debates realizados por docentes e discentes, entre 2016 e 2018, tendo em vista a necessidade de se reavaliar e reestruturar o Curso de História.

Este documento se inseriu nas discussões que estão sendo feitas no âmbito nacional, a partir da Resolução nº 2¹, de 1 de julho de 2015, do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Conselho Pleno (CP), que definiu as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada”. Além disso, buscou-se adequar o Curso de Licenciatura às demandas locais e regionais, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de História, expressas no Parecer CNE e Câmara de Educação Superior (CES) nº 492/2001², aprovado em 3 de abril de 2001, e a Resolução CNE/CES nº 13, de 13 de março de 2002, assim como os seguintes documentos institucionais da UFT:

- a) o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- b) o Projeto Pedagógico Institucional (PPI);
- c) o Regimento Geral da Universidade;
- d) o Regimento Acadêmico;
- e) Plano Diretor do Câmpus – PDC;

f) as normas emanadas dos órgãos educacionais nacionais referentes às diretrizes curriculares dos Cursos de Graduação e dos Cursos Superiores de Tecnologia e Sequenciais.

¹http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=70431-res-cne-cp-002-03072-015-pdf&category_slug=agosto-2017-pdf&Itemid=30192

²<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>

Este PPC propõe mudanças significativas tanto na forma de organização do curso quanto nas condições de trabalho, de ensino e de aprendizagem existentes, considerando as demandas e propostas de professores, acadêmicos, associações científicas, comunidade acadêmica e da própria sociedade. Este PPC se baseou nos seguintes princípios, presentes no art. 3º, da Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) nº 005/2005:

I - comprometimento com a igualdade de acesso e permanência dos discentes na universidade, respeitadas as políticas de ações afirmativas;

II - qualidade da educação oferecida nos cursos de graduação;

III - gestão democrática;

IV - autonomia e liberdade para pensar, produzir e divulgar o conhecimento e os saberes, respeitando as concepções e práticas pedagógicas diferenciadas;

V - valorização do magistério (formação inicial e continuada, condições adequadas de trabalho, salários adequados, entre outros);

VI - indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão;

VII - participação de toda a comunidade acadêmica e de diferentes segmentos sociais;

VIII - avaliação permanente de seus processos e resultados;

IX - considerações às especificidades locais e regionais.

Portanto, todos os membros do colegiado estiveram envolvidos no processo de reestruturação do curso de Licenciatura em História do Câmpus de Araguaína, cientes do desafio de elaborar um currículo de História capaz de formar profissionais críticos e conscientes de suas opções teórico-metodológicas, de suas práticas de pesquisa e difusão do conhecimento pedagógico e histórico. Assim, a reflexão crítico-analítica, as práticas de ensino, de pesquisa e de extensão foram consideradas fundamentais para o desenvolvimento do processo de formação do professor de História.

1.2 Histórico e Concepção de Curso

O Decreto nº 2.413, de 2 de outubro de 1984, cria, sob a forma de autarquia, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras (FACILA) de Araguaína e dá outras providências, como ministrar o ensino superior, em nível de graduação, em HISTÓRIA, com a habilitação de LICENCIATURA PLENA em HISTÓRIA, com 50 (cinquenta) vagas anuais. O curso foi

autorizado pelo Decreto Federal nº 91.507 de 05 de agosto de 1985 e Parecer CEE/GO nº 50/85 como modalidade de graduação integrante da FACILA.

Em 21 de fevereiro de 1990, a Lei Estadual nº136, institui a Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS), passando a FACILA para sua jurisdição. Logo, em 11 de outubro do mesmo ano, uma nova proposta curricular foi aprovada pelo Conselho de Educação do Estado do Tocantins, por meio da Resolução nº 045/90. A qual teve o seu reconhecimento como uma modalidade de graduação integrante da UNITINS pela Portaria Federal nº 1472, de 13 de outubro de 1992.

Já no ano de 1998, o Curso passou por uma nova reformulação em sua Estrutura Curricular com vistas a atender à Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96. Nessa estrutura, além de algumas alterações nas disciplinas do curso, houve também a mudança do regime seriado/anual para seriado/semestral. Essa referida estrutura foi aprovada pela Resolução nº059/99 em 25 de junho de 1999.

Destaca-se que a Universidade Federal do Tocantins (UFT) foi instituída em 23 de outubro de 2000 pela Lei nº 10.032 a partir da transferência dos cursos e da infraestrutura da Universidade do Tocantins (Unitins), mantida pelo Estado do Tocantins. Embora tenha sido criada no ano 2000, a UFT só teve sua implantação efetiva em maio de 2003, com a posse dos primeiros professores da Instituição.

A partir do 2º Semestre de 2001, ocorreu outra importante mudança na proposta curricular do Curso, passando do regime seriado/semestral para crédito/semestral, propiciando uma maior flexibilidade e união entre pesquisa e ensino, com a implementação de novas disciplinas e a exigência do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O Curso de História funcionou com duas estruturas curriculares – *seriado* e *crédito*, até o final do 2º semestre de 2003, quando passou a vigorar apenas a segunda, que vai mais ao encontro das premissas atuais dos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES) do país.

Entre 2005 e 2008 ocorreram novas discussões para a atualização do PPC e, dentre as mudanças, o curso de História com habilitação em Licenciatura passou a ser ofertado somente no turno noturno, com entrada anual, sem afetar a permanência e progressão do discente no curso. O turno matutino ficou reservado ao Curso de História com habilitação em Bacharelado. Além disso, a carga horária foi reduzida para 2.805 horas e uma nova estrutura curricular foi montada para atender às recentes diretrizes, resoluções e pareceres para a formação de professores.

Em reunião ordinária realizada no dia 5 de setembro de 2016, o Colegiado aprovou

por unanimidade e no interesse do curso o fim da oferta do curso de História Bacharelado, a partir do 2º semestre de 2016, em decorrência do número significativo de desistência dos acadêmicos, principalmente pela falta de oportunidades de trabalho para o bacharel em História na região. Assim, gradativamente o turno matutino passou a ser composto novamente por turmas de Licenciatura.

Desde as normativas instaurados pela LDB 9394/96, os cursos de graduação, principalmente os voltados para as licenciaturas estão em um processo de mudança contínua, num esforço em adequar-se às exigências da sociedade que busca a formação de profissionais permeada pelas dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas para o exercício da docência. De acordo com o art. 2º da Resolução nº 2/2015 (CNE/CP), parágrafo 1º:

Compreende-se a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo. (BRASIL, 2015, p. 3).

Essa resolução aponta a necessidade de formar um profissional do magistério, para atuar na educação básica, que tenha “o domínio e manejo de conteúdos e metodologias, diversas linguagens, tecnologias e inovações, contribuindo para ampliar a visão e a atuação desse profissional” (BRASIL, 2015, p. 3).

1.3 Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso – PPC

Os professores que fizeram parte da comissão de elaboração do PPC, pertencem também ao Núcleo Docente Estruturante (NDE), a saber:

- Braz Batista Vas
- Dernival Venâncio Ramos Junior
- Dimas José Batista
- Euclides Antunes de Medeiros
- Eugênio Pacelli de Moraes Firmino
- Luciano Galdino da Silva
- Marcos Edilson de Araújo Clemente
- Rosária Helena Ruiz Nakashima
- Sariza Oliveira Caetano Venâncio
- Vera Lúcia Caixeta

Os demais docentes do Colegiado também colaboraram na construção:

- Bertone de Oliveira Sousa
- Dagmar Manieri
- Marina Grigório Barbosa de Sousa
- Martha Victor Vieira
- Olívia Macedo Miranda de Medeiros
- Plábio Marcos Martins Desidério
- Thiago Groh de Mello Cesar
- Wellington Amarante Oliveira

Um PPC que atenda as demandas atuais da sociedade requer a prática de um currículo que seja, a um só tempo, sólido e estruturado sobre bases teórico-metodológicas precisas e eficientes. Além do mais, este currículo deve ser flexível, capaz de atender novas demandas advindas quer da própria renovação da disciplina, quer das necessidades da sociedade.

A organização de um currículo em sintonia com este perfil exige conceber sua estrutura no interior de uma organização social historicamente construída. Assim, é necessário escapar à compreensão de que a educação tudo pode, mas, também, superar a perspectiva determinista-fatalista de que a educação é determinada e conduzida por instituições que não fazem mais que reproduzir a sociedade.

A reformulação deste PPC do Curso de Licenciatura em História da UFT, Câmpus Araguaína, fundamentou-se na Resolução nº 2/2015 (CNE/CP), articuladas com metodologias e abordagens pedagógicas para o ensino de História, bem como uma reestruturação curricular que buscasse atender às demandas dos docentes, discentes e egressos do Curso, a partir de algumas ações propostas pelos membros do NDE (Quadro 1).

Quadro 1 - Ações propostas pelo NDE no processo de reestruturação do curso de História

Período	Ações
Maio a agosto/2016	Discussões sobre Resolução CNE/CP 2/2015 e sobre o perfil do curso
Setembro a dezembro/2016	Rodas de conversa com docentes sobre a reformulação do PPC
Fevereiro e março/2017	Rodas de conversa com discentes sobre a reformulação do PPC
Março a outubro/2017	Discussão de propostas de reformulação curricular pelos membros do NDE
Outubro e dezembro/2017	Apresentação e discussão de proposta de reformulação curricular pelo Colegiado e comunidade externa (professores egressos,

	representante da Diretoria Regional de Ensino de Araguaína - DREA e acadêmicos)
Janeiro a abril/2018	Realização de reuniões para discutir, em grupos, a elaboração das ementas e bibliografias das disciplinas

II – MARCO TEÓRICO

2.1 Histórico da UFT

A Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins, mantida pelo Estado do Tocantins.

A UFT nasceu com a missão de produzir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia e de se tornar um diferencial na educação e no desenvolvimento de pesquisas e projetos inseridos no contexto socioeconômico e cultural do estado. Está compromissada com a formação e promoção integral do ser humano por meio de uma gestão democrática, moderna e transparente. Centra suas ações na promoção da melhoria da qualidade do ensino, pesquisa e extensão; na promoção de uma política de extensão através da ação comunitária e assistência ao estudante; na integração ao sistema nacional e internacional de ensino e pesquisa, favorecendo, desta forma, o fortalecimento da instituição UFT, no contexto regional e nacional.

A educação na UFT é desenvolvida por meio de cursos de graduação (licenciatura, bacharelado e tecnólogo) e pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*, que habilitam profissionais com sólida formação teórica e compromisso social promovendo, juntamente com as atividades de pesquisa e extensão, a produção e disseminação de conhecimentos que contribuirão para a transformação do estado do Tocantins em um espaço para todos.

Com mais de 18 mil alunos, em sete *campi*, a UFT mantém 62 cursos de graduação, além de dezenas de cursos de especialização, 17 mestrados acadêmicos, 12 mestrados

profissionais e 6 doutorados, o que permite a estudantes de várias regiões o acesso ao ensino público superior. Levando-se em conta a vocação de desenvolvimento do Tocantins, a UFT oferece oportunidade de formação nas áreas das Ciências: Animal, Agrárias e Tecnologias, Biológicas, Humanas, Linguística, Letras e Artes, Saúde, Sociais e Sociais Aplicadas, Engenharias, Ensino de Ciências e Gestão e Negócios.

Dentre as temáticas regionais que têm motivado as pesquisas da UFT, destacam-se:

As diversas formas de territorialidade no Tocantins - por meio de grupos de pesquisa e programas de pós-graduação, as ocupações dos espaços pelos indígenas, afrodescendentes, entre outros grupos, vêm sendo conhecidas. Nestes estudos, estão sendo reveladas, também, as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local.

Desenvolvimento de novas tecnologias na agropecuária – considerando que o cultivo de grãos e frutas e a expansão do mercado de carne no Tocantins têm atraído investidores de várias regiões do Brasil, a UFT tem contribuído para a adoção de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, tem buscado uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a consequente qualidade de vida da população rural.

A riqueza e a diversidade natural da Região Amazônica – os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas também merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins - cerrado, floresta amazônica, pantanal e caatinga - que caracterizam o estado como uma região de ecótonos.

Inclusão social – o Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa tribos indígenas e uma significativa população rural. A UFT, assumindo o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no Estado, tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, rural e de jovens e adultos.

Fontes alternativas de energia – diante da perspectiva de escassez das reservas de petróleo até 2050, o mundo busca fontes alternativas de energias socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas. Visando definir protocolos capazes de atender a essa demanda da Amazônia Legal, a UFT desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos - fotovoltaica/energia de hidrogênio e biomassa.

2.2 Universidade Federal do Tocantins no contexto Regional e Local

A UFT está distribuída em sete cidades do Estado do Tocantins abrangendo geograficamente todos os pontos cardinais do mesmo. O Tocantins é o mais novo estado da Federação Brasileira, foi criado com a promulgação da última Constituição Brasileira, em 5 de outubro de 1988 e ocupa área de 278.420,7 km². Está situado no sudoeste da região norte do País, limitando-se ao norte com o Estado do Maranhão; a leste com os Estados do Maranhão, Piauí e Bahia; ao sul com o Estado de Goiás; e a oeste com os Estados de Mato Grosso e Pará. Embora pertença formalmente à região norte, o Estado do Tocantins encontra-se na zona de transição geográfica entre o cerrado e a Floresta Amazônica, o que lhe atribui uma riqueza de biodiversidade única.

A população do Estado de Tocantins é de 1.383.445 habitantes, distribuídos em 139 municípios, com densidade demográfica de 4,98 habitantes por km², possuindo ainda uma imensa área não entropizada.

Existe uma população estimada de 5.275 índios distribuídos entre sete grupos, que ocupam área de 2.171.028 hectares. Desse total, 630.948 hectares já foram demarcados pela Fundação Nacional do Índio - Funai.

O Tocantins ocupa a 14^a posição no *ranking* brasileiro em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), e terceiro em relação a região Norte, com um valor de 0,699 (PNUD, 2013).

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do Estado demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade para com a sociedade em que está inserida. Atenção especial tem sido dada às diversas formas de territorialidades no Tocantins. As ocupações do estado pelos indígenas, quilombolas, entre outros grupos, fazem parte dos objetos de pesquisa. Os estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local.

Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da Região Amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas também merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o Estado como uma região de ecótonos.

O Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas e uma significativa população rural. A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no Estado, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva. Dessa forma, a Universidade tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos.

Como parte de seu comprometimento com o desenvolvimento sustentável do Estado do Tocantins, a UFT desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos – fotovoltaica/energia de hidrogênio e biomassa, visando definir protocolos capazes de atender às demandas da Amazônia Legal.

A UFT, por meio das pesquisas que assume nas diferentes áreas de conhecimento, busca promover uma educação escolar cujas metas sejam a capacitação para o uso e compreensão de novas tecnologias. Mais do que isso, compromete-se com a promoção de um saber tecnológico afinado com a humanização do processo de produção de riquezas para Norte do País, especialmente o Tocantins

2.3 Bases conceituais do Projeto de Desenvolvimento Institucional

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2020, a Universidade Federal do Tocantins vem se estruturando para fortalecer suas áreas de planejamento e gestão, de modo a criar uma cultura administrativa que se aproveite das oportunidades e minimize as ameaças do ambiente externo.

A Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento (Proap), conduziu no ano de 2014, os trabalhos para a elaboração do Planejamento Estratégico da Universidade para o período de 2014 a 2022, através de reuniões a nível de câmpus e, também, conjuntas na sede da reitoria, na cidade de Palmas, onde houve a participação ampla dos diferentes setores da universidade. O trabalho resultou em um documento institucional no qual está descrito todo o processo metodológico e resultados alcançados em cada objetivo, das dez dimensões avaliadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). A partir destes resultados foi construída a estratégia de elaboração do PDI para o período de 2016 a 2020.

Nesse planejamento estratégico foram redefinidos para os próximos nove anos (2014 a 2022), a Missão, Visão e Valores da UFT, que representam sua identidade institucional com o objetivo de facilitar e promover a convergência dos esforços humanos, materiais e financeiros, regendo e inspirando a conduta e os rumos da Instituição em direção ao cumprimento do seu PDI. Pois, esta tríade (Missão, Visão e Valores) serve de guia para os

comportamentos, as atitudes e as decisões dos membros da comunidade acadêmica, no exercício das suas responsabilidades, ao buscar o cumprimento da Missão, na direção da Visão institucional.

2.3.1 Missão Institucional

A Missão da Universidade Federal do Tocantins é produzir e difundir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

2.3.2 Visão da UFT

Ser reconhecida nacionalmente, até 2022, pela excelência no ensino, pesquisa e extensão.

2.3.3 Valores da UFT

Para a promoção da missão a UFT declara e promove os seguintes valores:

- Respeito à vida e à diversidade
- Transparência
- Comprometimento com a qualidade; Criatividade e inovação
- Responsabilidade social
- Equidade

2.3.4 Grandes Pilares Estratégicos

- Atuação sistêmica
- Articulação com a sociedade
- Aprimoramento da gestão
- Valorização humana

2.4 Estrutura organizacional da UFT

A Universidade Federal do Tocantins foi estruturada como multicampi, com sede em sete diferentes municípios: Palmas, Gurupi, Miracema, Arraias, Porto Nacional, Araguaína e Tocantinópolis.

- **CONSUNI** (Conselho Universitário): órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária, funciona como instância de deliberação superior e de recurso. Participam desse conselho o Reitor, Pró-Reitores, Diretores de Campi e representantes de alunos, professores e funcionários;
- **CONSEPE** (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão): órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Fazem parte do mesmo Reitor, Pró-reitores, Coordenadores de Curso e representante de alunos, professores e funcionários;
- **REITORIA**: órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Possui a seguinte composição: Gabinete do Reitor, Pró-Reitorias, Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Internacionais e Assessoria de Comunicação Social.

No âmbito de cada Câmpus:

- **Conselho Diretor do Câmpus**: a instância máxima, em nível de Câmpus, de consulta e deliberação em matéria acadêmica e administrativa. É composta pelo Diretor do Câmpus, Coordenadores de Cursos de Graduação e Pós-Graduação, representantes docentes, discentes e técnico-administrativos.
- **Direção de Câmpus**: órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias em nível de Câmpus.
- **Colegiado de Curso**: órgão deliberativo e consultivo que acompanha as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, desenvolvidas pelos docentes de cada curso.
- **Coordenação de Curso**: órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias de cada curso.

2.4.1 Direção do Câmpus

A Consulta Eleitoral para Diretor e Vice do câmpus de Araguaína elegeu José Manoel Sanches da Cruz Ribeiro e Kênia Ferreira Rodrigues, para o período 2016-2020, conforme portarias:

Nº 1.377 - Art. 1º - Designar o servidor JOSE MANOEL SANCHES DA CRUZ RIBEIRO, Matrícula SIAPE nº 2455661, Professor do Magistério Superior, como Diretor do Câmpus de Araguaína, código CD-03, referente ao mandato 2016-2020, no período de 27 de julho de 2016 a 26 de julho de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Publicada no DOU nº 144, em 28/07/2016, seção 2, pág. 17.

Nº 1.378 - Art. 1º - Designar a servidora KENIA FERREIRA RODRIGUES, Matrícula SIAPE nº 1413272, Professora do Magistério Superior, como Vice- Diretora do Câmpus de Araguaína, referente ao mandato 2016-2020, no período de 27 de julho de 2016 a 26 de julho de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Publicada no DOU nº 144, em 28/07/2016, seção 2, pág. 17.

De acordo com o Regimento Geral da UFT, artigo 27 - Compete ao Conselho Diretor de Câmpus:

- I - coordenar o trabalho do pessoal docente, visando à unidade e eficiência do ensino, pesquisa e extensão;
- II - encaminhar à Diretoria de Planejamento e Orçamento o plano de atividades elaborado para servir de base ao orçamento do exercício seguinte, indicando o cronograma financeiro de aplicação dos recursos previstos;
- III - tomar conhecimento do relatório apresentado pelo Diretor de Câmpus sobre as principais ocorrências do plano anterior e do plano de atividades para o novo ano letivo;
- IV - encaminhar o nome do diretor eleito mais votado para nomeação pelo reitor;
- V - solicitar, fundamentalmente, ao Conselho Universitário, por votação de 2/3 (dois terços) dos respectivos membros, a destituição do Diretor de Câmpus antes de findo o seu mandato;
- VI - elaborar e modificar o Regimento de Câmpus para aprovação final pelo Conselho Universitário;
- VII - zelar pela observância das normas relativas ao recrutamento, seleção e aproveitamento dos monitores de ensino;
- VIII - propor admissão de novos docentes, concessão de licença e rescisão de contratos;
- IX - adotar providências para o constante aperfeiçoamento do seu pessoal docente;
- X - implementar a aplicação de normas tendentes a permitir a avaliação quantitativa da atuação docente e de pesquisa, a fim de deliberar sobre processos de ampliação ou de redução do corpo docente;
- XI - organizar as comissões julgadoras dos concursos para provimento dos cargos de professores;
- XII - propor a atribuição do título de “Professor Emérito”;
- XIII - atribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão ao pessoal que o integre, respeitadas as especializações, e elaborar a correspondente escala de férias, respeitando o calendário de atividades da Universidade;
- XIV - adotar ou sugerir, quando for o caso, providências de ordem didática, científica e administrativa que julgar aconselhável para o bom andamento dos trabalhos;
- XV - elaborar a lista de oferta das disciplinas de sua responsabilidade e aprovar os planos de ensino das diversas disciplinas, após anuência das Coordenações de Cursos;

XVI - sugerir os programas das disciplinas às Coordenações de Cursos para homologação posterior pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
XVII - fixar os pré-requisitos de cada disciplina, com aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
XVIII - propor a criação de novas disciplinas ou de serviços especiais dentro dos critérios do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
XIX - endossar projetos de pesquisa e os planos dos cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão que se situem em seu âmbito de atuação;
XX - emitir parecer em assunto de sua competência;
XXI - exercer todas as atribuições que lhe sejam conferidas por este Regimento.
Parágrafo Único - Das decisões de Conselho Diretor caberá recurso, no prazo máximo de 10 (dez) dias, aos Órgãos Superiores.

2.5 Cursos de graduação da Universidade Federal do Tocantins

A UFT é uma universidade multicampi, estando os seus sete câmpus universitários localizados nas seguintes cidades do Estado do Tocantins: Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis.

Os câmpus universitários são unidades responsáveis pela execução do ensino, pesquisa e extensão, em múltiplas áreas do conhecimento. A eles estão vinculados os cursos de graduação e pós-graduação, assim como as unidades de pesquisa e os programas de extensão. Esses câmpus têm uma organização acadêmica responsável pela operacionalização didática e científica das atividades de ensino, pesquisa e extensão e pela administração do pessoal docente, discente e técnico-administrativo. Configuram-se como unidades orçamentárias, dispondo de autonomia relativa de acordo com as normas pertinentes.

Localizado na região Norte do Tocantins, a 385 km de Palmas, o município de Araguaína conta com uma população estimada em aproximadamente 167.170 habitantes. Destaca-se na pecuária e como centro comercial dos municípios circunvizinhos. No Câmpus Universitário de Araguaína são ofertados:

Cursos regulares presenciais:

Bacharelado: Medicina; Medicina Veterinária e Zootecnia

Licenciatura: Biologia; Física; Geografia; História; Letras – Língua Inglesa e suas respectivas Literaturas; Letras – Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas; Matemática e Química

Tecnologia: Tecnologia em Gestão de Cooperativas; Tecnologia em Gestão de Turismo e Tecnologia em Logística

Parfor: Letras e Pedagogia

Cursos de Pós-Graduação:

Mestrado Acadêmico: Ciência animal tropical; Ensino de língua e literatura; Estudos de Cultura e Território; Sanidade Animal e Saúde Pública nos Trópicos; Demandas Populares e Dinâmicas Regionais

Mestrado Profissional em Rede: Letras; História e Física

Doutorado Acadêmico: Ciência animal tropical; e Ensino de língua e literatura

Os cursos de graduação, conforme a Lei de Diretrizes da Educação Nacional nº 9394/96, são ofertados aos candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo da Universidade Federal do Tocantins ou pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU).

2.6 Organização Didático-Pedagógica

2.6.1 Administração Acadêmica

A administração acadêmica é orientada pelos regimentos Geral e Acadêmico da UFT. A gestão do Curso de Licenciatura em História ocorre em articulação com as demais instâncias de gestão da UFT. Ao nível de câmpus, as políticas institucionais contidas no PDI são implantadas segundo deliberações do Conselho de Câmpus (CDA), em reuniões ordinárias mensais ou extraordinárias, quando necessário.

No âmbito da universidade, as mesmas políticas são debatidas e encaminhadas no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), em reuniões ordinárias mensais ou extraordinárias, quando necessário. Para a implementação das políticas institucionais são formadas comissões, que apresentam proposições a serem deliberadas em reuniões dos referidos colegiados. A representação do Curso de Licenciatura em História no CDA e CONSEPE ocorre com a participação de sua Coordenação de Curso.

2.6.2 Coordenação Acadêmica

Segundo o Regimento Geral da UFT e do Regimento do Curso de Licenciatura em História, a coordenação acadêmica do curso é desenvolvida com base na concepção de gestão democrática, que valoriza a participação de todos os envolvidos no processo de discussão e definição dos princípios, diretrizes, procedimentos e ações que concretizarão os objetivos deste Projeto Pedagógico. Para deliberar e encaminhar as políticas institucionais, o curso se organiza em forma de Colegiado.

O Colegiado de História é composto por todos os professores do curso, sendo que aos substitutos não é facultado o direito de votar nos momentos que se fizerem necessários. Nele

participa os representantes estudantil, com direito a voz e voto. Em reuniões mensais ordinárias (e extraordinárias quanto se fizer necessário) é o Colegiado de Curso que define, acompanha e avalia as questões relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão no curso. As reuniões do Colegiado de Curso são convocadas pelo Coordenador de Curso, observados os prazos estabelecidos no Regimento do Curso. As convocações são enviadas eletronicamente aos seus membros e cópias impressas das mesmas são afixadas nos murais dos cursos.

A Coordenação do Curso é ocupada por um professor do quadro efetivo, eleito no Colegiado de Curso, observado as orientações contidas no Regimento Geral da UFT e o Regimento do Curso. O tempo do mandato é de 2 (dois) anos. As atividades e orientações pedagógicas dos cursos, deliberadas pelo Colegiado, são implementadas pela Coordenação do Curso. Havendo necessidade, pareceres são emitidos por comissões compostas em reuniões de Colegiado, que depois de votados, são encaminhados pela Coordenação. A Coordenação de Curso organiza suas atividades em horários aprovados em reunião de Colegiado. O horário de funcionamento da Coordenação, depois de aprovado, é publicado nos murais do curso. Nesse horário são estabelecidos os turnos destinados às reuniões, ao atendimento aos docentes e discentes, bem como à articulação com o CDA e CONSEPE. As políticas pedagógicas do curso são informadas por meio de textos impressos, eletrônicos e dialogadas junto aos discentes.

III – MARCO OPERATIVO

3.1 Caracterização do Projeto Pedagógico de Curso

Dados do curso:

- Nome do Curso: História
- Grau Acadêmico: Licenciatura
- Modalidade do Curso: Presencial
- Carga Horária Total do Curso: 3.240h
- Endereço do Curso: Avenida Paraguai, s/nº, esquina com a Rua Uxiramas, Setor Cimba, CEP 77824-838, Araguaína-TO
- Atos Legais de Reconhecimento do Curso: Decreto Federal nº 91.507, de 05/08/1985 - DOU de 06/04/1985, S.1 e Portaria nº 1.472 de 13/10/1992-DOU de 14/10/1992, S.1, p.14.443
- Número de Vagas:80 por ano

- Turno de Funcionamento: matutino e noturno
- Dimensão das turmas: 44 vagas (disciplinas teóricas) e 22 vagas (disciplinas práticas)
- Período mínimo e máximo para integralização: no mínimo 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos e no máximo de 12 (doze) semestres ou 6 (seis) anos
- Data e semestre letivo de início do funcionamento do curso: abril de 1985 (1º semestre)

3.1.1 Coordenador de Curso

Em 2017, por decisão do colegiado composto por professores e representantes discentes do curso História foi eleito o Professor Dimas José Batista para exercer a coordenação do curso e o Professor Euclides Antunes de Medeiros como coordenador substituto, conforme portarias:

Nº 778 - Art. 1º - Designar como Coordenador do Curso de História do Câmpus Universitário de Araguaína(FCC), para o Biênio 2017/2019, período de 29 de abril de 2017 a 28 de abril de 2019, o servidor, DIMAS JOSÉ BATISTA, Professor do Magistério Superior, matrícula SIAPE nº 1414179.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir de 29 de abril de 2017.

Nº 779 - Art. 1º -Designar o servidor EUCLIDES ANTUNES DE MEDEIROS, matrícula SIAPE nº1414183, Professor do Magistério Superior, para, nos casos de afastamentos e impedimentos legais e regulamentares do titular, DIMAS JOSÉ BATISTA, matrícula SIAPE nº 1414179, Professor do Magistério Superior, exercer a função de Coordenador do Curso de História do Câmpus Universitário de Araguaína.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir de 29 de abril de 2017.

3.1.2 Relação Nominal do Quadro Docente Efetivo do Curso

O corpo docente do Curso de História é constituído pelos(as) seguintes professores(as) efetivos(as):

	Professor(a)	Titularidade	Data do início de exercício efetivo na UFT
1.	Euclides Antunes de Medeiros	Doutor	15/05/2003
2.	Braz Batista Vas	Doutor	19/05/2003
3.	Dimas José Batista	Doutor	19/05/2003
4.	Eugênio Pacelli de Moraes Firmino	Mestre	06/10/2004

5.	Martha Victor Vieira	Doutora	07/10/2004
6.	Marcos Edilson de Araújo Clemente	Doutor	17/03/2005
7.	Luciano Galdino da Silva	Doutor	16/11/2005
8.	Vera Lúcia Caixeta	Doutora	18/11/2005
9.	Dagmar Manieri	Doutor	08/05/2008
10.	Dernival Venâncio Ramos Júnior	Doutor	06/07/2009
11.	Plábio Marcos Martins Desidério	Doutor	13/01/2010
12.	Olivia Macedo Miranda de Medeiros	Doutor	02/06/2010
13.	Bertone de Oliveira Sousa	Doutor	01/08/2010
14.	Rosária Helena Ruiz Nakashima	Doutora	26/02/2013
15.	Sariza Oliveira Caetano Venâncio	Doutora	06/02/2015
16.	Thiago Groh de Mello Cesar	Doutor	03/12/2015
17.	Marina Grigório Barbosa de Sousa	Mestre	13/04/2017
18.	Wellington Amarante Oliveira	Doutor	01/10/2019

3.2 Projeto Pedagógico do Curso

A missão do Curso de Licenciatura em História é promover a produção e a divulgação do conhecimento histórico, formando profissionais aptos ao exercício do trabalho docente em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas didáticas e pedagógicas essenciais à sua produção e difusão. Faz parte ainda da missão do curso a formação de profissionais capazes de compreenderem e interferirem na realidade do seu tempo, privilegiando a articulação com a educação básica e com a diversidade regional.

3.2.1 Justificativa

Nos últimos anos, sinais de “inquietações” entre a comunidade acadêmica (docentes e discentes), indicou a necessidade de reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de História, permeada por inquietações que representam, em parte, sintomas de uma crise mais ampla, traduzidas na consolidação de tendências históricas novas, instituidora de uma história diferente. No turbilhão da crise mundial vigente e atual, sobretudo da que assistimos em nosso país, subjetividades diferentes emergiram com muita força, exigindo de pessoas, sujeitos e instituições - enquanto instâncias dotadas de saberes e poderes - respostas, reformulações e ressignificações em todos os sentidos, notadamente de suas práticas, posturas, condutas, atitudes, conceitos, ideias etc. Neste contexto, debates e providências tornaram-se inevitáveis e necessárias.

Até aqui, esperou-se que duas habilitações possibilitassem a formação de um profissional habilitado para o exercício do procedimento histórico nas dimensões das esferas pedagógicas e investigativas, isto é, da produção do conhecimento histórico. No período, que se estende da reformulação anterior até o atual, o esforço precípua destinou-se a evitar, em ambos os cursos, que o processo de formação resvasse para as armadilhas polarizadas nos extremos do “pedagogismo” ou do “conteúdo”; esforço esse realmente salutar e teoricamente justificado no lado da Licenciatura, porém não tanto do lado do Bacharelado, o qual acabou resvalando para as armadilhas dos extremos do “bacharelismo” ou do “teoricismo”.

Percebeu-se, então, que a tão almejada indissociabilidade plena entre ensino e pesquisa ficara relativamente prejudicada de fato com a ideia das duas habilitações, refletindo-se negativamente não apenas na reprodução de percepções valorizadas quanto à pesquisa e desvalorizadas quanto ao ensino, nos âmbitos do Bacharelado e da Licenciatura, como inclusive em demandas desiguais por parte da comunidade discente quanto ao seu ingresso e sua permanência em ambos os cursos. Da mesma forma, percebeu-se também que o viés “eurocêntrico”, contido na proposta anterior, continua representando problema de grande envergadura, precisando ser enfrentado, se não profundamente pelo menos parcialmente.

Como resultado, o debate emergiu e se ampliou, e daí construiu-se certo consenso relativo à necessidade de se estruturar uma organização curricular única, cujo eixo central demonstrasse competência para formar um profissional integral, ou melhor, um profissional habilitado para exercer o papel de educador (de professor/educador); este, consciente de que a especificidade do ensino da história exige como pressuposto o reconhecimento de que ensinar é pesquisar, construir saberes.

Nesse sentido, a atual organização curricular toma como fundamentos de sua estrutura a necessidade da crítica historiográfica permanente; a indissociabilidade entre teoria e prática, ensino e pesquisa; o vínculo entre passado e presente, e entre as múltiplas dimensões da história; a concepção de que a História indica, por definição, o interesse pelas ações humanas ao longo do tempo, e de que ela sempre se prestará a reconhecer as mudanças e as rupturas, as descontinuidades e continuidades, a multiplicidade dos tempos históricos na longa, média e curta duração; e de que, enquanto ciência, a História tem muito a nos ensinar, e, por esta razão, sempre buscará construir paradigmas capazes de responder às inquietações, aos imperativos e aos problemas colocados pela contemporaneidade, quer esta esteja envolvida ou não com crises ou com a perenidade histórica.

No âmbito da cultura pedagógica prática, a presente organização curricular reconhece e se compromete com inúmeros desafios que o tempo atual os coloca para si. Aliás, da mesma forma que existiram para a História, quando esta se constituiu como campo investigativo, na primeira metade do século XIX (com o positivismo e o marxismo), sabe-se que estes desafios também sempre existiram desde quando a história se constituiu como disciplina escolar autônoma, na segunda metade do século XIX. Ou seja, se desde o século XIX o campo da ciência histórica se interroga sobre seus métodos, objetos, teorias e práticas, não é menos verdade que no campo pedagógico a história do ensino de História também tem se interrogado sobre estas mesmas questões.

A redefinição e a resignificação de seu estatuto, de sua identidade como ciência esteve na pauta da História ao longo do tempo e o legado desse processo parece ter sido o de dosar a crítica científica com a criatividade, isso, do ponto de vista prático e teórico, tanto na esfera historiográfica como na esfera da cultura escolar.

A assunção do desafio de se aliar teoria e prática no processo de formação pedagógica do educador de História é acompanhada também pelo desafio de aproximar o seu ensino, no âmbito da graduação, da realidade mais próxima dos nossos alunos, estes oriundos do espaço social regional do qual o curso faz parte. Tarefa que está em consonância com a “missão” da Universidade Federal do Tocantins, a qual o curso de história pertence.

No âmbito da historiografia da educação, os desafios de iniciar o discente na pesquisa histórica e de aproximar a organização curricular de sua realidade mais próxima, assim como de suas subjetividades, constituem tarefa promissora no sentido de formar um profissional habilitado a refletir sobre o meio em que se encontra inserido, sobre sua prática profissional e cidadã, e sobre sua condição de sujeito construtor de sua própria história. Sob este ponto de vista, o eixo central desta proposta curricular enfrenta o desafio de, através da prática investigativa, desenvolver a consciência histórica dos acadêmicos, inserindo-os nos domínios da cultura.

Nessa perspectiva, pela natureza específica da profissão de professor/pesquisador e pelo eixo da estrutura curricular aqui apresentada, as bases norteadoras estabelecidas são: a reflexão histórica permanente focada nas críticas historiográfica, teórica, epistemológica e pedagógica da ação docente. Ensinar exige postura crítica, reflexiva e criativa no espaço escolar e em outros espaços da vida social, permitindo com isso o acesso aos lugares da memória, bem como a aquisição do conhecimento e do senso de responsabilidade relativos ao patrimônio histórico-cultural. Assim, uma postura profissional adequada requer a formação

pedagógica de um educador que consiga ensinar associando o ensino com a pesquisa, a escola com o meio sociocultural no qual ela se encontra inserida.

Para tanto, o Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Araguaína, tem investido em diferentes frentes, acumulando saberes e experiências em situações diversas nos últimos tempos. Primeiro, tem empenhado esforços na qualificação do seu corpo docente em programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, notadamente ao nível de doutoramento e pós-doutoramento. Segundo, não deixou de medir esforços para que o universo do ensino e da pesquisa se apresentasse adequadamente imbricado à atividade docente, repercutindo dentro e fora da universidade; especialmente com a criação do Centro de Documentação Histórica (CDH). Terceiro, a produção intelectual de professores e alunos da graduação e pós-graduação se desenvolveu tanto em termos dos conteúdos específicos quanto em termos das dimensões didáticas e pedagógicas, fazendo-se presente em meios impressos (Editoração da revista *Escritas*, publicação de livros, materiais didáticos etc.) e em suportes eletrônicos e virtuais. Quarto, tem promovido eventos acadêmicos locais e nacional (semanas acadêmicas, simpósios, ciclos de conferências, estudos de meio a lugares de memória – museus, sítios arqueológicos, monumentos -, mostras e festival de cinema etc.) cujos temas se voltaram para a imbricação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Finalmente, o momento de reformulação de seu projeto pedagógico constitui oportunidade singular para que o Curso de História, constituído de seu corpo docente, discente e técnico administrativo, apresente as diretrizes que nortearão o processo de formação histórico-cultural dos futuros educadores, dando, portanto, vazão e nova feição às suas esperanças, angústias e inquietações.

3.2.2 Objetivos do Curso

O Curso de História deve ter como objetivo primeiro a formação de profissionais capazes de fazer uma leitura crítica da realidade social, econômica, política e cultural local e global, bem como interferir nessa realidade a fim de transformá-la. Assim, outros objetivos foram redigidos:

- Formar docentes com o domínio de conteúdos básicos que são objeto de ensino e de aprendizagem no ensino fundamental e médio na disciplina de História.

- Formar docentes preocupados com as questões sociais, políticas e culturais que interferem na realidade social.
- Propiciar debates sobre a realidade socioeconômica-cultural da região para os profissionais que atuam em diversas áreas, inclusive no planejamento de Políticas Públicas.
- Fortalecer os cursos de Pós-Graduação, *stricto sensu*, em História e interdisciplinares.
- Propiciar o diálogo com os demais cursos da UFT, principalmente àqueles da área de Ciências Humanas e Sociais, e estabelecer contatos efetivos com os demais cursos das regiões Norte e Nordeste do país, objetivando a elevação do debate acadêmico sobre os temas relacionados a essas regiões.

3.2.3 Perfil profissiográfico

Conforme o Parecer CNE/CES nº 492/2001, o graduado em História deverá estar capacitado ao exercício do trabalho da docência em História, em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão. Atendidas estas exigências básicas e conforme as possibilidades, necessidades e interesses das Instituições de Ensino Superior, com formação complementar e interdisciplinar, o profissional estará em condições de suprir demandas sociais específicas relativas ao seu campo de conhecimento, do magistério ao ofício do historiador, bem como, preservação do patrimônio, assessorias a entidades públicas e privadas nos setores culturais, artísticos, turísticos, dentre outras demandas.

O profissional da História deve ter a compreensão de tais habilidades e competências como suporte fundamental para a produção e construção do conhecimento histórico nas suas várias possibilidades de atuação e deve se colocar como um agente do processo educacional compreendendo que a pesquisa deve alimentar o ensino nas suas múltiplas faces.

3.2.4 Competências, habilidades e atitudes

Gerais

- Pautar-se por princípios e valores da ética democrática e profissional, reconhecendo e respeitando a diversidade dos sujeitos sociais.

- Atuar com criticidade e autonomia intelectual, posicionando-se diante das situações sociais, culturais e políticas.
- Dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas.
- Problematicar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço.
- Conhecer as informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias assim como sua inter-relação.
- Transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento.
- Coletar, processar informações, entender e analisar as fontes de forma crítica e dominar os procedimentos de formulação de projetos e produção de pesquisa.
- Refletir sistematicamente entre a produção do conhecimento e o ensino de história.
- Fazer uso de recursos da tecnologia da informação e comunicação (TIC) de forma a aumentar as possibilidades de difusão e construção do conhecimento.

Específicas

- Dominar os conteúdos básicos que são objeto de ensino-aprendizagem no ensino fundamental e médio.
- Sistematizar e socializar a reflexão sobre a prática docente, investigando o contexto educativo e analisando a própria prática profissional.
- Utilizar estratégias diversificadas de avaliação da aprendizagem e, a partir de seus resultados, formular propostas de intervenção pedagógica, considerando o desenvolvimento de diferentes capacidades dos estudantes.
- Identificar, analisar e produzir materiais e recursos para utilização didática, diversificando possíveis atividades e potencializando seu uso em diferentes situações.
- Dominar os métodos e técnicas pedagógicas que permitem a construção do conhecimento para os diferentes níveis de ensino.

3.2.5 Campo de atuação profissional

Os licenciados em História poderão atuar nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, em instituições públicas e privadas. Segundo dados do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (2012) há 1.475 escolas de ensino fundamental no Estado de Tocantins, 304 escolas de ensino médio, sendo 257 públicas, totalizando 63.507 matrículas.

Além do magistério, os licenciados em História poderão atuar com pesquisa na área, principalmente ao darem continuidade em sua formação na pós-graduação.

3.3 Organização Curricular

3.3.1 Conteúdos Curriculares

Na sequência serão apresentados os conteúdos curriculares relevantes, atualizados e coerentes com os objetivos do curso e com o perfil do egresso, contando com dimensionamento da carga horária para o seu desenvolvimento, em conformidade com as Diretrizes Curriculares da Resolução nº 2/2015 (CNE/CP).

3.3.2 Abordagem da Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e indígena

As temáticas das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, bem com da Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2004 serão abordadas em projetos de extensão, de pesquisa, também nos seguintes componentes curriculares:

- Antropologia das populações afro-brasileiras
- História Indígena
- História da África

Essas temáticas também serão abordadas em ações de formação continuada dos profissionais do magistério, conforme artigos 16 e 17 da Resolução nº 2/2015 (CNE/CP), em parceria com os acadêmicos do ProfHistória.

3.3.3 Abordagem da Política Nacional de Educação Ambiental

A abordagem da Lei nº 9.795 de 27/04/1999, Art. 11, e Decreto nº 4.281 de 25/06/2002, estará inclusa, de modo transversal, contínuo e permanente em projetos de extensão, de pesquisa, também nos seguintes componentes curriculares:

- Antropologia das populações afro-brasileiras
- História dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins

- Ensino de História
- História Indígena

A Política Nacional de Educação Ambiental também será abordada em ações de formação continuada dos profissionais do magistério, conforme artigos 16 e 17 da Resolução nº 2/2015 (CNE/CP), em parceria com os acadêmicos do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória).

3.3.4 Língua Brasileira de Sinais (Libras)

O Curso de Licenciatura em História conta, como disciplina obrigatória em sua estrutura curricular, com a disciplina Libras, para atender as exigências do Decreto nº 5.626/2005.

De acordo com o PDI da UFT, a Libras foi inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, nos cursos de pedagogia, em todos os cursos de licenciatura e como disciplina optativa de todos os cursos de nível superior.

A inserção desta disciplina nos cursos de graduação seja de forma obrigatória ou optativa objetiva a difusão da língua e desta forma a inclusão do surdo e a preparação dos futuros profissionais para atendê-los.

3.3.5 Atividades semipresenciais

O Curso de Licenciatura em História desenvolverá atividades semipresenciais de forma pontual, para a realização de estudos dirigidos nas disciplinas, respeitando os 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso nos termos da Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016.

Os casos de acompanhamento especial (gestantes, licença médica) também serão trabalhados em atividades semipresenciais, de acordo com a legislação específica de cada caso.

3.3.6 Matriz Curricular

Neste item constam os componentes curriculares com as cargas horárias e créditos correspondentes, pré-requisitos e carga horária total do Curso de Licenciatura em História.

Per.	Código UFT	Componente Curricular	Créditos	CH teórica	CH Prática	PCC	CH Total	Pré-requisito	Núcleo	Equivalência
1	1HISL001	História dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins	5	60		15	75		II	História Regional
1	1HISL002	Didática	5	60	15		75		I	Didática
1	1HISL003	Metodologia do trabalho Científico	4	60			60		II	Metodologia do Trabalho Científico
1	1HISL004	História Antiga	5	60		15	75		II	História Antiga
1	1HISL005	Laboratório de ensino de História I (LHis I): Diversidade e Equidade	5	30	30	15	75		I	Sociologia da Educação
			24	270	45	45	360			
2	1HISL006	Epistemologias das Ciências Sociais	5	60		15	75		II	Filosofia da Educação
2	1HISL007	História Medieval	5	60		15	75		II	História Medieval
2	1HISL008	História da Educação	5	60		15	75		I	História da Educação I
2	1HISL009	Teoria da História I	5	60		15	75		II	Introdução aos Estudos Históricos
2	1HISL010	Laboratório de ensino de História II (LHis II): Tecnologias da Informação e Comunicação	5	30	30	15	75		I	Tec. Inf. e Com. no Ensino de História
			25	270	30	75	375			
3	1HISL011	Currículo, Política e gestão educacional	5	60		15	75		I	Currículo, Política e Gestão Educacional
3	1HISL012	História Moderna I	5	60		15	75		II	História Moderna I
3	1HISL013	Teoria da História II	4	60			60		II	Teoria da História
3	1HISL014	Libras	4	45	15		60		I	Libras

3	1HISL015	Laboratório de ensino de História III (LHis III): Metodologia do Ensino de História	5	30	30	15	75		I	Metodologia do Ensino de História
			23	255	45	45	345			
4	1HISL016	História do Brasil I	5	60		15	75		II	História do Brasil I
4	1HISL017	História Moderna II	5	60		15	75		II	História Moderna II
4	1HISL018	Historiografia	5	60		15	75		II	Historiografia
4	1HISL019	Psicologia da aprendizagem	4	60			60		I	Psicologia da Aprendizagem
4	1HISL020	Laboratório de ensino de História IV (LHis IV): História do Tempo Presente	5	30	30	15	75		I	História Contemporânea III
			24	270	30	60	360			
5	1HISL021	História do Brasil II	5	60		15	75		II	História do Brasil II
5	1HISL022	História da América Ameríndia	5	60		15	75		II	História da América I
5	1HISL023	Ensino de História	5	60		15	75		I	História da Educação II
5	1HISL024	Metodologia da pesquisa em História	4	45	15	0	60		II	Metodologia da Pesquisa em História
5	1HISL025	Estágio Supervisionado I	6	45	45	0	90		-	Estágio Supervisionado I
			25	270	60	45	375			
6	1HISL026	História do Brasil III	5	60		15	75		II	História do Brasil III
6	1HISL027	Projeto de pesquisa em História	4	45	15		60		II	Metodologia da Pesquisa em História
6	1HISL028	História Contemporânea I	5	60		15	75		II	História Contemporânea I
6	1HISL029	Estágio Supervisionado II	7	30	75		105		-	Estágio Supervisionado II

6	1HISL030	História das colonizações na América	5	60		15	75		II	História da América II
			26	255	90	45	390			
7	1HISL031	História do Brasil IV	5	60		15	75		II	História do Brasil IV
7	1HISL032	História da América Contemporânea	5	60		15	75		II	História da América III
7	1HISL033	História Contemporânea II	5	60		15	75		II	História Contemporânea II
7	1HISL034	Estágio Supervisionado III	7	30	75		105		-	Estágio Supervisionado III
7	1HISL035	Antropologia das populações afro-brasileiras	5	60		15	75		I	Antropologia
7	1HISL036	Seminários de Pesquisa	4	30	30	0	60	1HISL027	II	Monografia I
			31	300	105	60	465			
8	1HISL037	História Indígena	5	60		15	75		II	
8	1HISL038	História da África	5	60		15	75		II	História da África
8	1HISL039	Estágio Supervisionado IV	7	30	75		105		-	Estágio Supervisionado IV
8	1HISL040	TCC	4	15	45		60	1HISL036	II	Monografia II
8		Optativa I	4	60			60		II	
			25	225	120	30	375			
Atividades complementares			14				210		III	
Carga Horária Total			217	2115	525	405	3255			
	Código UFT	Possibilidades de disciplinas optativas	Créditos	CH Total		Composição da Carga Horária				CH Total
	CHU897	História e Cinema	4	60		Núcleo I				675
	CHU401	História e Literatura	4	60		Núcleo II				1560
	CHU1228	História e Música	4	60		Núcleo III (Atividades complementares)				210
	CHU527	Cidadania e Cultura Política no Brasil	4	60		Prática como componente curricular (PCC)				405

	CHU1652	Leituras e Análises Historiográficas	4	60		Estágio Curricular Supervisionado	405
						Total do curso	3255
						Dimensão pedagógica (Sem PCC)	675

De acordo com o § 5º, do artigo 13,

Nas licenciaturas, curso de Pedagogia, em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental a serem desenvolvidas em projetos de cursos articulados, deverão preponderar os tempos dedicados à constituição de conhecimento sobre os objetos de ensino, e nas demais licenciaturas o tempo dedicado às dimensões pedagógicas não será inferior à quinta parte da carga horária total.

Assim, apresentamos no quadro abaixo os componentes curriculares que compõem a dimensão pedagógica.

Componente Curricular	Dimensão Pedagógica	
	Carga horária Total do Componente Curricular	Carga horária do Componente Curricular que pertence à Dimensão Pedagógica
Didática	75	75
Laboratório de ensino de História I (LHis I): Diversidade e Equidade	75	60
História da Educação	75	60
Laboratório de ensino de História II (LHis II): Tecnologias da Informação e Comunicação	75	60
Currículo, Política e gestão educacional	75	60
Libras	60	60
Laboratório de ensino de História III (LHis III): Metodologia do Ensino de História	75	60
Psicologia da aprendizagem	60	60
Laboratório de ensino de História IV (LHis IV): História do Tempo Presente	75	60
Ensino de História	75	60
Antropologia das populações afro-brasileiras	75	60
Carga Horária Total	795	675

3.3.7 Disciplinas optativas

As disciplinas optativas do Curso de Licenciatura em História, levando-se em consideração a natureza e a especificidade desse componente curricular, requerem flexibilidade temática e, por consequência, em seus ementários, objetivos e bibliografias. Elas dependem de conteúdos que discentes e docentes percebam como significativos para a formação num dado período, gerando variações de um semestre para outro.

Dependem ainda da produção acadêmica dos docentes, que podem privilegiar nas disciplinas optativas as pesquisas nas quais se debruçam. Os discentes podem ainda optar por disciplinas ofertadas em outros cursos. Algumas disciplinas optativas cadastradas que poderão ser ofertadas são:

História e Cinema

História e Literatura

História e Música

Cidadania e Cultura Política no Brasil

Leituras e Análises Historiográficas

Compreende-se também que os temas e o ementário dos componentes optativos devem ser flexíveis na estrutura curricular. Uma vez identificada a necessidade de um novo componente curricular, este deverá ser aprovado no Colegiado do Curso e comunicado à Pró-Reitoria de Graduação para a efetivação de seu cadastro.

3.3.8 Adaptação entre estruturas curriculares (equivalência de disciplinas)

Para que seja possível fazer a equivalência no sistema SIE foi elaborado um quadro com a especificação de cada disciplina do novo currículo com a respectiva carga horária e a sua equivalente na nova estrutura.

De acordo com a Nota Técnica da Prograd sobre processo de migração entre versões de PPC, de 26 de junho de 2016, no artigo 5º:

Não ocorrerá migração para os discentes que estiverem cursando os dois últimos semestres dos cursos de graduação da matriz curricular vigente.

Parágrafo único: Serão analisadas as situações de migração, pela coordenação do curso, dos alunos que estiverem vinculados aos dois últimos semestres/períodos do curso e que estejam matriculadas em componentes curriculares de semestres/períodos anteriores da estrutura curricular vigente.

O atual PPC admite tanto a migração total ou parcial, mediante demanda e após avaliação pelo Colegiado. Os acadêmicos, até o 4º período, que tiverem cursado até 50% da matriz curricular anterior poderão migrar para a nova estrutura curricular. De acordo com a Nota Técnica da Prograd, de 26 de junho de 2016, nos artigos:

Art. 6º Com fundamento no art. 47 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, garantida a publicidade da nova matriz curricular do curso de graduação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do período de matrícula estabelecido no calendário acadêmico, no sítio eletrônico da Universidade Federal do Tocantins, todos os alunos relacionados no processo de migração serão automaticamente inseridos na nova matriz curricular do Projeto Pedagógico do Curso.

Parágrafo único: De acordo com a legislação, a instituição de ensino superior possui autonomia para alterar a estrutura curricular do Projeto Pedagógico do Curso, não possuindo o discente direito adquirido no que se refere a estrutura curricular, resguardado o direito à equivalência para os componentes curriculares já integralizados na matriz curricular vigente.

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso ou pelo órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

A migração que implique a necessidade de complementação de carga horária total ou parcial, das disciplinas cursadas, poderá ser realizada por meio de atividades a distância, apoiadas por ambientes virtuais de aprendizagem, planejadas pelos docentes do curso.

Considerando o processo de transição da estrutura curricular anterior (PPC 2009) para a atual, o Colegiado de História estabelece alguns procedimentos para migração, em havendo incompatibilidade entre algum componente curricular de ambas as estruturas que:

1. O professor da disciplina emita um parecer didático-pedagógico sobre a compatibilidade dos componentes curriculares (ementa e carga horária).
2. O acadêmico curse carga horária complementar, em regime especial, necessária à equivalência.
3. Será possível o aproveitamento de carga horária compatível em atividades de pesquisa e extensão, vinculadas à natureza da disciplina solicitada.

Em termos de aproveitamento de disciplina, cumprir-se-á o disposto no Regimento Acadêmico, como segue:

Art. 94 – O acadêmico será dispensado integralmente quando houver equivalência de 100% (cem por cento) de conteúdo programático e, no mínimo, 70% (setenta por cento) da carga horária ou 70 % (setenta por cento) do conteúdo programático e 100% (cem por cento) da carga horária.

Art. 95 – Na hipótese de o componente curricular cursado apresentar conteúdo programático inferior ao exigido no currículo em vigor, o Colegiado de Curso determinará o seu aproveitamento, mediante a realização de:

I-complementação de carga horária, definindo-se qual semestre e turma.

II-complementação de conteúdos por meio dos quais a complementação poderá ser realizada, nas seguintes modalidades:

- a) participação em aulas específicas do componente curricular;
- b) realização de estudos independentes e posterior realização de prova;

III – trabalho de pesquisa devidamente registrado.

Parágrafo único – As instruções a cerca da complementação de estudos deverão ser registradas na Ata de Aproveitamento e fornecidas ao acadêmico por escrito, estabelecendo-se datas de participação nas aulas ou datas de provas, ou prazos para entrega de trabalhos e o respectivo professor responsável. Somente após a realização da complementação, devidamente documentada, será registrada a nota no histórico escolar.

Versão Anterior do PPC 2009			Versão Nova do PPC 2018			Descrição
Período	Disciplina	Carga Horária	Período	Disciplina	Carga Horária	
1º	História Antiga	60	1º	História Antiga	75	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo
1º	Antropologia	60	7º	Antropologia das populações afro-brasileiras	75	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo
1º	Metodologia do Trabalho Científico	60	1º	Metodologia do Trabalho Científico	60	Equivalentes
1º	Filosofia da Educação	60	2º	Epistemologias das Ciências Sociais	75	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo
1º	Introdução aos Estudos Históricos	60	2º	Teoria da História I	75	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo
2º	História do Brasil I	60	4º	História do Brasil I	75	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo
2º	História da América I	60	5º	História da América Ameríndia	75	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo
2º	Tec. Inf. e Com. no Ensino de História	60	2º	Laboratório de ensino de História	75	Equivalentes mediante

				II (LHisII): Tecnologias da Informação e Comunicação		complementação de carga horária/conteúdo
2º	Sociologia da Educação	60	1º	Laboratório de ensino de História I (LHis I): Diversidade e Equidade	75	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo
2º	História Medieval	60	2º	História Medieval	75	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo
3º	História do Brasil II	60	5º	História do Brasil II	75	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo
3º	História da América II	60	6º	História das colonizações na América	75	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo
3º	História Moderna I	60	3º	História Moderna I	75	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo
3º	História da Educação I	60	2º	História da Educação	75	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo
3º	Teoria da História	60	3º	Teoria da História II	60	Equivalentes
4º	História do Brasil III	60	6º	História do Brasil III	75	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo
4º	História da América III	60	7º	História da América Contemporânea	75	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo
4º	História Moderna II	60	4º	História Moderna II	75	Equivalentes mediante complementação

						de carga horária/conteúdo
4º	História da Educação II	60	5º	Ensino de História	75	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo
4º	Historiografia	60	4º	Historiografia	75	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo
5º	História do Brasil IV	60	7º	História do Brasil IV	75	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo
5º	Currículo, Política e Gestão Eduacional	60	3º	Currículo, Política e Gestão Eduacional	75	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo
5º	Estágio Supervisionado I	90	5º	Estágio Supervisionado I	90	Equivalentes
5º	História Contemporânea I	60	6º	História Contemporânea I	75	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo
5º	Metodologia da Pesquisa em História	60 60	5º 6º	Metodologia da Pesquisa em História ou Projeto de pesquisa em História	60 60	Equivalentes
6º	Didática	60	1º	Didática	75	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo
6º	História Regional	60	1º	História dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins	75	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo
6º	Estágio Supervisionado II	90	6º	Estágio Supervisionado II	105	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo

6º	História Contemporânea II	60	7º	História Contemporânea II	75	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo
6º	Metodologia do Ensino de História	60	3º	Laboratório de ensino de História III (LHis III): Metodologia do Ensino de História	75	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo
7º	Estágio Supervisionado III	120	7º	Estágio Supervisionado III	105	Equivalentes
7º	Libras	60	3º	Libras	60	Equivalentes
7º	Monografia I	60	7º	Seminário de pesquisa	60	Equivalentes
7º	História da África	60	8º	História da África	75	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo
7º	História Contemporânea III	60	4º	Laboratório de ensino de História IV (LHis IV): História do Tempo Presente	75	Equivalentes mediante complementação de carga horária/conteúdo
8º	Estágio Supervisionado IV	120	8º	Estágio Supervisionado IV	105	Equivalentes
8º	Psicologia da Aprendizagem	60	4º	Psicologia da Aprendizagem	60	Equivalentes
8º	Monografia II	60	8º	TCC	60	Equivalentes
-----	-----	-----	8º	História Indígena	75	Não possui equivalência

3.3.9 Ementário

1º período

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
História dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins	5	60	15	0	75	Não há

EMENTA: Estudo da formação sócio espacial dos vales dos rios Araguaia e Tocantins. Discussão dos processos históricos e culturais: poder, narrativas, memórias e identidades nos vales. Problemática das questões ambientais: saberes locais, natureza e comunidades

tradicionais. Articulação do ensino de História dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins com os níveis fundamental e médio.

Bibliografia básica

ALMEIDA, Vasni; VIEIRA, Martha Victor. **Caminhos da história**: sugestões para pesquisa no ensino superior. Curitiba, PR: Editora CRV, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Poder simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GIRALDIN, Odair. **A (Trans) formação Histórica do Tocantins**. Goiânia: Ed. UFG, 2002.

Bibliografia complementar

CORMINEIRO, Olivia M. M. (Org.) **Manual de Fontes para a história regional dos Vales dos rios Araguaia e Tocantins**. Curitiba: CRV, 2012.

MECHI, Patrícia. **Questões da ditadura**: vigilância, repressão, projetos e contestações, Palmas, TO: EDUFT, 2016.

MORAIS, Taís. **Operação Araguaia**: os arquivos secretos da guerrilha. 2.ed. rev. - São Paulo: Geração, 2005.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Do Posseiro ao sem-terra**: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará/Recife, PE: Editora UFPE, 2015.

SILVA, Idelma Santiago da. **Mulheres em perspectiva**: trajetórias, saberes e resistência na Amazônia Oriental / Belém, PA: Paka-Tatu, 2017.

SILVA, Otavio Barros da. **Breve história de Tocantins e de sua gente**: uma luta secular. 2. ed. - Araguaína: Solo Editores, 1997.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
Didática	5	60	0	15	75	Não há

Ementa: Compreensão dos fundamentos e da ação docente nas diferentes tendências pedagógicas. Reflexão sobre os componentes do planejamento de ensino e aprendizagem, em articulação com as três dimensões da Didática: técnica, humana e política. Compreensão da importância do Projeto Político-Pedagógico (PPP) na escola.

Bibliografia básica

ALVES, Nilda; LIBANEO, Jose Carlos (Orgs.). **Temas de pedagogia**: diálogos entre didática e currículo. São Paulo: Cortez, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários à Prática Educativa. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem**: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia complementar

ANDRÉ, Marli; OLIVEIRA, Maria Rita. **Alternativas no ensino de didática**. 12.ed. Campinas-SP: Papirus, 2011.

CANDAU, Vera Maria (Org.) **Rumo a uma nova didática**. 8.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1986.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 41. ed. Campinas: Autores associados, 2009.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Coord.). **Repensando a Didática**. 22.ed. Campinas-SP: Papirus, 2005.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
Metodologia do trabalho científico	4	60	0	0	60	Não há

Ementa: Construção dos hábitos de estudos universitários. Apropriação da norma padrão da Língua Portuguesa na comunicação oral e escrita. Domínio das normas acadêmicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Bibliografia básica

GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever aprendendo a pensar**. 24. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 20.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

Bibliografia complementar

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CARVALHO, Maria Cecília M. de (Org.). **Construindo o saber: metodologia científica-fundamentos e técnicas**. 24. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.

CERVO, Amado Luiz. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo, SP: PEARSON PRENTICE HALL, 2014.

MACHADO, Anna Rachel (Coord.). **Planejar gêneros acadêmicos: escrita científica, texto acadêmico, diário de pesquisa, metodologia**. São Paulo: Parábola editorial, 2008.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
------------	----------	------------	--------	------------	----------	----------

História Antiga	5	60	15	0	75	Não há
-----------------	---	----	----	---	----	--------

Ementa: Construção da noção de História Antiga. Relação da Antiguidade ocidental e oriental. Estudo das civilizações greco-romana e passagens da Antiguidade para o medievo. Articulação de História Antiga com os níveis de ensino fundamental e médio.

Bibliografia básica

ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao feudalismo**. Tradução de Renato Prelowitz. São Paulo: Editora da UNESP, 2016.

ARISTÓTELES. **A Política**. Tradução Nestor S. Chaves. São Paulo: Ícone, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo; RAGO, Margareth (Org.). **Subjetividades antigas e modernas**. São Paulo: Annablume, 2008.

Bibliografia complementar

ASHERI, David. **O Estado persa**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. Tradução Jonas C. Leite/Eduardo Fonseca. São Paulo: HEMUS, 1975.

FEITOSA, Lourdes Conde. **Amor e sexualidade: o masculino e o feminino em grafites de Pompéia**. São Paulo, Annablume/Fapesp, 2005.

JAEGGER, Werner. **Paideia: a formação do homem grego**. 5. ed. Tradução Artur M. Parreira. Editora WMF Martins Fontes, 2010.

PINSKY, Jaime. **100 Textos de História Antiga**. Contexto: São Paulo, 2006.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CHTotal	Pré-Req.
Laboratório de ensino de História I (LHis I): Diversidade e Equidade	5	30	15	30	75	Não há

Ementa: Construção da História de Vida. Discussão sobre as questões éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural. Reflexão sobre educação inclusiva. Articulação dessas temáticas com os níveis de ensino fundamental e médio.

Bibliografia básica

BATISTA, Dimas José; CAIXETA, Vera Lúcia. **Formação Continuada de Professores em Educação em Direitos Humanos: Interdisciplinaridade, Transversalidade e Intervenção Pedagógica na Educação Básica do Estado do Tocantins**. Palmas: Nagô, 2020.

GUACIRA, L. L.; JANE, F. SILVANA, V. G. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo**. 21. ed. - São Paulo: Brasiliense, 2003.

Bibliografia Complementar

CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). **História dos Índios no Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

DEL PRIORE, M.; BASSANEZI, C. (Coord.). **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). **O Desafio das diferenças nas escolas**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TRINDADE, José Damião de Lima. **História Social dos Direitos Humanos**. 3. ed. São Paulo: Peirópolis, 2011. 215 p.

2o período

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
Epistemologias das Ciências Sociais	5	60	15	0	75	Não há

Ementa: Problemática da especificidade das ciências humanas. Discussão de modernidade: o Iluminismo e seus desdobramentos: Problemática do Positivismo, idealismo e materialismo e suas principais categorias de análise. Compreensão de pós-modernidade e sua relação com a contemporaneidade. Articulação de Epistemologias das ciências sociais com os níveis de ensino fundamental e médio.

Bibliografia Básica

ADORNO, Theodor W. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 16 ed. Porto: Afrontamento, 2010.

Bibliografia Complementar

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuições para uma psicanálise do conhecimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

_____. **O novo espírito científico**. 3. ed. São Paulo. Tempo Brasileiro, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FEYREBAND, Paul. **Contra o método**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
História Medieval	5	60	15	0	75	Não há

Ementa: Compreensão das influências românicas, cristãs e germânicas no medievo ocidental. Caracterização histórica do feudalismo e suas representações no ensino de história nos níveis fundamental e médio. Estudo das influências cristãs, judaicas e muçulmanas na Península Ibérica. Compreensão das influências do medievo e o processo de constituição da modernidade.

Bibliografia básica

ANDERSON, Perry. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. São Paulo, Brasiliense, 2004.

DUBY, Georges. **Guilherme Marechal**, ou, o melhor cavaleiro do mundo. Rio de Janeiro. Graal, 1995

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média** – Nascimento do Ocidente. São Paulo, Brasiliense, 2006.

Bibliografia complementar

LE GOFF, Jacques; Schmitt, Jean Claude. **Dicionário temático do ocidente medieval**. Coord. Hilário Franco Júnior. Bauru- SP. Edusc, 2006.

LE GOFF, Jacques. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2006.

LE GOFF. **Para um novo conceito de Idade Média**: tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Lisboa. Estampa, 1993.

LE GOFF, Jacques. **A bolsa e a vida**. Economia e religião na Idade Média. São Paulo. Brasiliense, 2004.

Le Goff, Jacques. **As raízes medievais da Europa**. 3.ed, rev. Petrópolis, RJ, Vozes, 2010.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
------------	----------	------------	--------	------------	----------	----------

História da Educação	5	60	15	0	75	Não há
----------------------	---	----	----	---	----	--------

Ementa: Compreensão da História da Educação como subsídio para o Ensino de História. Reflexão sobre a ação educacional dos jesuítas e a política pombalina. Estudo da organização da instrução escolar durante o Brasil Monárquico. Análise dos modelos e debates educacionais surgidos no período republicano. Discussão das tendências educacionais da atualidade.

Bibliografia básica

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LOPES, Eliane Marta Teixeira et. al (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

Bibliografia Complementar

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO - CEDI. Y-Juca Pirama – O Índio: aquele que deve morrer. Sl, 1973. Acervo Isa.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história**: experiências, reflexões e aprendizagens. 11. ed. Campinas: Papirus, 2003.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 2002.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da história**: estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
Teoria da História I	5	60	15	0	75	Não há

Ementa: Compreensão dos fundamentos básicos da Teoria História: polifonia do conceito de História, tempo & espaço, relação passado & presente, materiais da História. Análise da insurgência dos *Annales* em oposição aos metódicos. Estudo das perspectivas teóricas e metodológicas da segunda e terceira geração dos *Annales*. Articulação de Teoria da História I com os níveis de ensino fundamental e médio.

Bibliografia básica

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História**: especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin, **Apologia da História**, ou, o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2001.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução francesa da historiografia. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

Bibliografia complementar

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo, (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Câmpus, 1997.

CARR, Edward Hallet. **Que é História?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

PINSKY, Carla Bassanezi e BACELLAR, Carlos de Almeida Prado (Orgs.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

RIBEIRO JUNIOR, João. **O que é Positivismo**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2008.

SERPA, Angelo (Org.). **Espaços Culturais**: vivências, imaginações e representações. Salvador, BA: EDUFBA, 2008.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
Laboratório de ensino de História II (LHis II): Tecnologias da Informação e Comunicação	5	30	15	30	75	Não há

Ementa: Estudo das práticas e metodologias de incorporação das tecnologias digitais no ensino de História (fundamental e médio). Discussão sobre os desafios e as possibilidades da incorporação das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e as múltiplas linguagens na educação.

Bibliografia básica

LEMOS, André. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos**: novos desafios e como chegar lá. 5. ed. São Paulo: Papirus, 2012.

Bibliografia complementar

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. Tradução de Fúlvio M. L. Moretto. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Aprendendo história**: reflexão e ensino. 2.ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2013.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. **Cibercultura e formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. SP: Edições Loyola, 1998.

_____. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Tradução Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

3o período

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
Currículo, Política e gestão educacional	5	60	15	0	75	Não há

Ementa: Compreensão das teorias de currículo. Estudo do currículo, da política e da gestão na legislação educacional brasileira. Discussão sobre questões de equidade, considerando os direitos educacionais de adolescentes e jovens no currículo escolar.

Bibliografia básica

APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2.ed., 1ª reimpressão, Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia complementar

FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Marcia Angela da S. (Orgs.). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LUCK, Heloisa. **Gestão Educacional**: uma questão paradigmática. Petrópolis, RJ. Vozes, 2008.

MOREIRA, Antonio Flávio. **Currículo**: questões atuais. 4.ed. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1999.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
História Moderna I	5	60	15	0	75	Não há

Ementa: Compreensão do conceito de modernidade. Estudo das transformações históricas ocorridas entre os séculos XIV- XVI, abarcando a crise do feudalismo e a constituição do mundo moderno em suas múltiplas manifestações. Análise da expansão do comércio e das cidades. Estudo do Renascimento Cultural. Investigação das Reformas Religiosas. Compreensão da formação do Antigo Regime e sua sociedade. Análise do papel dos

excluídos da História na sociedade Moderna. Diálogo com a historiografia clássica e as novas produções. Articulação de História Moderna I com os níveis de ensino fundamental e médio.

Bibliografia básica

BURCKHARDT, Jacob. **A Cultura do Renascimento na Itália**: um ensaio. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DELUMEAU, Jean. **A Civilização do Renascimento**. Edições 70: Lisboa, 2011.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Bibliografia complementar

BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. 7 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

CORVISIER, André. **História Moderna**. 3 ed. São Paulo: DIFEL, 1983.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Volume 1: uma história dos costumes. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

HUIZINGA, Johan. **O Declínio da Idade Média**. S/L: Editora Ulisseia, 1996.

SEVCENKO, Nicolau. **O Renascimento**. 3 ed. São Paulo: Atual; Campinas: Unicamp, 1985.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
Teoria da História II	4	60	0	0	60	Não há

Ementa: Compreensão dos estudos culturais marxistas. Estudo da História Cultural. Compreensão de narratividade e consciência histórica. Relação história e memória, História e representação.

Bibliografia básica

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. trad. de Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

HARTOG, François. Tradução Andrea Souza de Menezes. **Regimes de Historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2014.

Bibliografia complementar

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Introdução, organização e seleção de Sergio Miceli. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

GINZBURG, Carlo. **O Fio e os Rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma P. Maas; Carlos A. Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
Libras	4	45	0	15	60	Não há

Ementa: Reconhecimento linguístico, legal e educacional da LIBRAS. Identidades e cultura surda. Introdução à gramática da LIBRAS. Introdução à conversação em LIBRAS. Reflexão sobre educação especial.

Bibliografia básica

FARIA, E. M. de B.; CAVALCANTE, M. C. B. **Desafios para uma nova escola**: um olhar sobre o processo ensino-aprendizagem de surdos. João Pessoa, PB: Ed. UFPB, 2011.

QUADROS, Ronice Müller de. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2011.

_____. (Org.). **Letras LIBRAS**: ontem, hoje e amanhã. Florianópolis, SC: Editora UFSC, 2015.

Bibliografia complementar

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos**: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010.

CASTRO, Alberto Rainha de. **Comunicação por língua brasileira de sinais**. Brasília, DF: Editora Senac, 2011.

GESSER, Audrei. **Libras?** que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo, SP: Parábola, 2009.

NOVAES, Edmarcius Carvalho. **Surdos**: educação, direito e cidadania. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Wak, 2010.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima. **Ensino de Língua Portuguesa para surdos**: caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
Laboratório de ensino de História III (LHis III):	5	30	15	30	75	Não há

Metodologia do Ensino de História						
-----------------------------------	--	--	--	--	--	--

Ementa: Reflexão sobre os diversos fundamentos e metodologias do Ensino de História. Construção da linha do tempo: temporalidades e processos históricos. Estudo dos livros didáticos de História: análise, uso e produção. Incorporação das múltiplas linguagens no Ensino de História com os níveis fundamental e médio.

Bibliografia básica

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História:** fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SCHMIDT, M. A.; BARCA, I.; MARTINS, E. R. (Orgs.). **Jörn Rüsen e o ensino de História.** Curitiba: Editora UFPR, 2010.

FONSECA, S. G. **Caminhos da história ensinada.** 11. ed. Campinas: Papyrus, 2009.

Bibliografia Complementar

BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 1998.

CABRINI, Conceição. Et al. **O ensino de história** (Revisão urgente). São Paulo: Editora brasiliense, 1986.

FONSECA, S. G. Didática e prática de ensino de história. Campinas, SP: Papyrus editora, 2003.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

PINSKY, Jaime. (Org.). Et al. **O ensino de história e a criação do fato.** São Paulo: Contexto, 2000.

4o período

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
História do Brasil I	5	60	15	0	75	Não há

Ementa: Estudo do contato entre indígenas e portugueses na América. Problemática do processo de estruturação e reestruturação político-administrativa na América Portuguesa. Reflexão sobre o mundo do trabalho e da produção. Discussão das manifestações culturais e circulação de ideias no Atlântico Sul. Compreensão dos conflitos e resistências no período colonial. Articulação de História do Brasil I com os níveis de ensino fundamental e médio.

Bibliografia básica

BICALHO, M. F.; FERLINI, V. L. A. **Modos de governar: ideias e práticas no Império português, séculos XVI a XIX.** São Paulo: Alameda: 2005.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In. CUNHA, Manuela Carneiro (Org.) **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Cia das Letras, 1992.p.115-129. 7

WOOD, Russell. **Escravos e libertos no Brasil colonial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Bibliografia complementar

FRAGOSO, João, GOUVEIA, M. F.; BICALHO, M. F. (Org.). **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa: a inconfidência mineira: Brasil e Portugal (1750-1808).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MONTEIRO, John M. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.** São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial.** Brasil c. 1530-1630. São Paulo: Alameda, 2009.

SOUZA, Laura de Mello (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa.** São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
História Moderna II	5	60	15	0	75	Não há

Ementa: Estudo das transformações históricas ocorridas nos séculos XVII e XVIII. Compreensão da crise do Antigo Regime. Análise das teorias do Estado Moderno e do Mercantilismo. Reflexão sobre as instituições do Antigo Regime e suas reações diante da crise. Estudo das Revoluções Inglesas do século XVII. Entendimento da transformação intelectual da modernidade: a Revolução Científica e o Iluminismo. Estudo do conceito de Revolução. Refletir sobre o papel das mulheres, dos pobres e operários na dinâmica social da época moderna. Articulação de História Moderna II com os níveis de ensino fundamental e médio.

Bibliografia básica

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

BURKE, Peter. **A Fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV.** 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Bibliografia complementar

BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos**: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DARNTON, Robert. **O Iluminismo como Negócio**: história da publicação da “Enciclopédia”, 1775-1780. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

NOVINSKY, Anita Waingort. **A Inquisição**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
Historiografia	5	60	15	0	75	Não há

Ementa: Compreender os sentidos do termo Historiografia. Caracterizar a representação historiadora entre o vivido e o escrito. Examinar os fundamentos e crises da operação historiográfica. Análise das vertentes historiográficas: a Escola Metódica. O Historicismo. O Marxismo. A Escola dos Annales. A Nova História Cultural. Crítica da historiografia Pós-Moderna. Articulação de Historiografia com os níveis de ensino fundamental e médio.

Bibliografia básica

ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica**: teoria e método. Bauru, São Paulo: Edusc, 2006.

BURKE, Peter. **A Escrita da História**: Novas perspectivas. São Paulo. Editora da Unesp, 1992

REIS, José Carlos. **A História entre a filosofia e a ciência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

Bibliografia complementar

CARDOSO, Ciro Flamarion & Vainfas, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história**. Rio de Janeiro, Campus, 1987.

VAINFAS, Ronaldo. **Micro História**: Os protagonistas anônimos da História. Rio de Janeiro, Campus, 2002.

CAR, Edward Hallet. **O que é História?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

_____. **O fio e os rastros**: Verdadeiro, falso e fictício. São Paulo. Companhia das Letras, 2007.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
Psicologia da aprendizagem	4	60	0	0	60	Não há

Ementa: Estudo das abordagens dos processos educativos: interacionista e sociointeracionista. Discussão sobre o desafio das diferenças na escola. Compreensão teórica e prática das contribuições da psicologia da aprendizagem nos ensinos fundamental e médio.

Bibliografia básica

DAVIS, Claudia. **Psicologia na educação**. 2. ed. rev. São Paulo, SP: Cortez, 2008.

LA TAILLE, Yves de et al. **Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo, Summus, 1992.

SISTO, Fermino F.; OLIVEIRA, Gislene de C.; FINI, Lucila D. T. (Orgs.). **Leituras de psicologia para formação de professores**. 3.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

Bibliografia complementar

GALVÃO, Izabel. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky: aprendizagem e desenvolvimento: um processo sociohistórico**. São Paulo: Scipione, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). **O Desafio das diferenças nas escolas**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: E.P.U., 2006.

VIGOTSKY, Lev Semyonovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
Laboratório de ensino de História IV (LHis IV): História do Tempo Presente	5	30	15	30	75	Não há

Ementa: O estudo dos acontecimentos do mundo contemporâneo: democracia e direitos humanos; identidades, globalização e patrimônio; as novas configurações do capitalismo e as sociabilidades alternativas; sociedade midiaticizada; religiosidades contemporâneas. Articulação dessas temáticas no ensino de História com os níveis fundamental e médio.

Bibliografia básica

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2001.

HOBBSBAWM, Eric. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. **A Corrida para o Século XXI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Bibliografia complementar

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2004.

_____. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro. ZAHAR, 2008.

JUDT, Tony. **O Mal Ronda a Terra**: um tratado sobre as insatisfações do presente. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio Janeiro: Contraponto/Editora PUC-RJ, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

5º período

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
História do Brasil II	5	60	15	0	75	Não há

Ementa: Análise do processo de transmigração da metrópole, as tensões regionais e a imprensa no Brasil. Discussão do contexto da independência, a organização do Estado e a formação da identidade nacional. Problemática das disputas políticas regenciais nas províncias e os conflitos de fronteira. Refletir sobre a transição da mão-de-obra escrava para a livre. Discussão do panorama cultural do século XIX. Articulação de História do Brasil II com os níveis de ensino fundamental e médio.

Bibliografia básica

CHIAVENATTO, Júlio José. **A guerra do Paraguai**. 4.ed. São Paulo: Ática, 1990.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais**: a cultura política da independência (1820 - 1822). Rio de Janeiro: FAPERJ/REVAN, 2003.

PEREIRA, Vantuil. **Ao soberano Congresso**: direitos do cidadão na formação do estado imperial brasileiro (1822 – 1831). São Paulo: Alameda, 2010.

Bibliografia complementar

COSTA, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles**: o exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império. Campinas: Editora Hucitec; Editora Unicamp. 1995.

FERREIRA, Tânia Bessone da Cruz, RIBEIRO, Gladys Sabina, GONÇALVES, Monique de Siqueira (Orgs.) **O oitocentos entre livros, livreiros, impressos, missivas e bibliotecas**. São Paulo: Alameda, 2013.

GRIMBERG, Keila, SALLES, Ricardo. (Orgs.). **O Brasil Imperial**. Vol. I: 1808-1831. RJ: Civilização Brasileira, 2009.

MALERBA, Jurandir. **A Corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MALERBA, Jurandir. **Os brancos da lei: liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil**. Maringá: EDUEM, 1994.

MATTOS, Ilmar Roholff de. **O tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
História da América Ameríndia	5	60	15	0	75	Não há

Ementa: Estudo do processo de povoamento da América, a diversidade cultural dos povos autóctones e a organização do espaço social. Contextualização político-econômica das sociedades mesoamericanas e da América do Sul. Discussão das disputas de narrativas e a decolonialidade. Articulação de História da América Ameríndia com os de ensino níveis fundamental e médio.

Bibliografia básica

FAVRE, Henri. **A civilização Inca**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

GENDROP, Paul. **A civilização Maia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

SOUSTELLE, Jacques. **A civilização Asteca**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

Bibliografia complementar

BETHEL, Leslie (Org.). **História da América Latina**. São Paulo: Edusp; Brasília – DF: Fundação Alexandre Gusmão, 1999. Vol. I.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Metafísicas canibais**. Cosac & Naify, São Paulo, 2002.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

GRUZINSKI, Serge. **A colonização do imaginário: sociedades, indígenas e ocidentalização no México espanhol – século XVI – XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTOS, Eduardo Natalino dos. **Tempo, espaço e passado na Mesoamérica: o calendário, a cosmografia e a cosmogonia nos códices e textos nahuas**. São Paulo: Alameda, 2009.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
Ensino de História	5	60	15	0	75	Não há

Ementa: Compreensão dos processos de constituição da História como disciplina escolar autônoma. Introdução à História do Ensino de História. Problemática sobre as concepções e temas recorrentes no Ensino de História na Educação Básica: memória, identidade,

patrimônio cultural e ambiental. Reflexão sobre o papel e a importância do Ensino de História na educação básica.

Bibliografia básica

BITTENCOURT, Circe. **O Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. **História & ensino de história**. Belo horizonte: Autêntica, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

Bibliografia complementar

BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. 4ª. Edição. Campinas, SP: Papirus Editora, 2000.

_____. **Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

PINSKY, Jaime (Org.). **O Ensino de História e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 2000.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
Metodologia da pesquisa em História	4	45	0	15	60	Não há

Ementa: Construção de noções de pesquisa a partir de diferentes fontes e instrumentais de análise. Discussão do método histórico e hermenêutica. Estudo sobre: pesquisa documental; metodologias participativas; história oral e história de vida; pesquisa de campo; observação direta e observação participante; grupo focal.

Bibliografia básica

FERREIRA, Marieta M. e AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Bibliografia complementar

BEAUD, Stéfane, WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis: Vozes, 2007.

BARROS, José de Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História**: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). **Pesquisa participante**: o saber da partilha. São Paulo: ideias e letras, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion S; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: Ensaio de Teoria e de Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo Contexto, 2005.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
Estágio Supervisionado I	6	45	0	45	90	Não há

Ementa: Compreensão dos processos históricos de organização de escolas de Ensino Básico. Reflexão sobre a cultura escolar e seus métodos no Ensino Fundamental. Análise de Projetos Pedagógicos, gestão escolar e políticas públicas.

Bibliografia básica

BITTENCOURT, Circe Maria (org.). **O saber Histórico na sala de aula**. 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. Campinas, Papirus, 1993.

PIMENTA, S. G. e LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

Bibliografia Complementar

CARR, Edward Hallet. **Que é História?** 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história**: Experiências, reflexos e aprendizados. 12. ed. - Campinas, SP: Papirus, 2011.

KARNAL, Leandro (Org.). **História na Sala de Aula**: conceitos, práticas e propostas. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. - São Paulo: Contexto, 2006.

6º período

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
------------	----------	------------	--------	------------	----------	----------

História do Brasil III	5	60	15	0	75	Não há
------------------------	---	----	----	---	----	--------

Ementa: Estudo dos projetos políticos e instauração da República. Caracterização das oligarquias e do sistema coronelista. Reflexão sobre industrialização, movimentos operários, revoltas populares e militares. Problemática da crise do pensamento liberal e ascensão do autoritarismo, Era Vargas e a redemocratização do Brasil. Articulação de História do Brasil III com os níveis de ensino fundamental e médio.

Bibliografia básica

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República:** momentos decisivos. 7. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930:** historiografia e história. SP: Cia das Letras, 1997.

FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo do liberalismo excludente** – da Proclamação da República à Revolução de 1930. V.1. 5. ed. RJ: Civilização Brasileira, 2011.

Bibliografia complementar

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. **Os subversivos da República.** SP: Brasiliense, 1986.

RIBEIRO, Gladys Sabina. (Orgs.). **Brasileiros e cidadãos:** modernidade política – 1822-1930. São Paulo: Alameda, 2008.

SAMPAIO, Consuelo Novais. (Org.). **Canudos:** Cartas para o Barão. 2. ed. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado, 2001

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil:** de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Apresentação Francisco de Assis Barbosa; Tradução Coordenada por Ismênia Tunes Dantas. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
Projeto de pesquisa em História	4	45	0	15	60	Não há

Ementa: Noções de pesquisa a partir da produção em diferentes tradições historiográficas. Estratégias de construção dos objetos e de definição das abordagens. As fontes e a problematização historiográfica. Elaboração do projeto de pesquisa em História.

Bibliografia básica

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História:** da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Bibliografia Complementar

BARROS, José de D'Assunção. **O Campo da História**: especialidades e abordagens. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Câmpus, 1997.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1992.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. 2 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 2003.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
História Contemporânea I	5	60	15	0	75	Não há

Ementa: Compreensão da história mundial da Revolução Industrial até a *Belle Époque* (1780-1914). Análise dos acontecimentos políticos, sociais, culturais e econômicos constituintes da emergência do mundo contemporâneo. Articulação de História Contemporânea I com os níveis de ensino fundamental e médio.

Bibliografia Básica

CHARTIER, Roger. **Origens Culturais da Revolução Francesa**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HOBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. 18 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. **A Era do Capital: 1848-1875**. 10 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

Bibliografia complementar

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. 13 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Nações e Nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HUNT, Lynn. **Política, Cultura e Classe na Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História**: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
Estágio Supervisionado II	7	30	0	75	105	Não há

Ementa: Produção do conhecimento histórico através do desenvolvimento de projeto de ensino de História efetivado nas instituições de Ensino Fundamental.

Bibliografia básica

PIMENTA, Selma Garrido. **O Estágio na formação de Professores:** Unidade Teoria e prática. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação da aprendizagem:** práticas de mudança: por uma práxis transformadora. 7.ed. - São Paulo: Libertad, 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A prática pedagógica do professor de didática.** 9. ed. - Campinas: Papirus, 2005.

Bibliografia complementar

BORGES, V. P. **O que é História.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

FONSECA, S. G. **Didática e prática de ensino de História.** São Paulo: Papirus, 2003.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula:** visita à história contemporânea. 3.ed. São Paulo: Selo Negro, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** São Paulo: Autores associados, 2002.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos.** 2. ed. - São Paulo: Contexto, 2006.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
História das colonizações na América	5	60	15	0	75	Não há

Ementa: Estudo do contato com os europeus e a implantação do sistema colonial. Problemática da implantação do sistema colonial hispânico e anglo-saxônico na América a partir do século XV e XVI. Discussão das formas de trabalho e estruturação colonial. Compreensão da crise e desestruturação dos sistemas coloniais na América. Problemática da colonização, colonialismos e colonialidade. Articulação de História das colonizações na América com os de ensino níveis fundamental e médio.

Bibliografia básica

BETHEL, Leslie (org.). **História da América Latina.** São Paulo: Edusp; Brasília – DF: Fundação Alexandre Gusmão, 1999. Vol. II.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América a questão do outro.** São Paulo: Martins

Fontes, 1996.

LAS CASAS, Frei Bartolomé de. **O paraíso destruído** – A sangrenta história da conquista da América espanhola. 3 ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985.

Bibliografia complementar

FERRO, Marc. **História das Colonizações**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GRUZINSKI, Serge. **A colonização do imaginário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CORRÊA, Anna Maria Martinez; BELLOTTO, Manoel Lelo. **A América Latina de colonização espanhola**: antologia de textos históricos. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

O'GORMAN, Edmundo. **A invenção da América**. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

7o período

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
História do Brasil IV	5	60	15	0	75	Não há

Ementa: Contextualização das radicalizações políticas na década de 1960. Problemática dos governos militares e os movimentos de oposição. Análise das manifestações artísticas e da contracultura. Compreensão do processo de transição democrática, os desafios da sociedade brasileira até 1988 e as disputas de memória na contemporaneidade. Articulação do ensino de História do Brasil IV com os níveis fundamental e médio.

Bibliografia básica

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: Edusc, 2005.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 283-302.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

Bibliografia complementar

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: um longo caminho**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

VENTURA, Zunir. **1968 – o ano que não terminou**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
História da América Contemporânea	5	60	15	0	75	Não há

Ementa: Estudo da História da América do século XIX ao XX e seus desdobramentos para a construção e organização do espaço social americano. Investigação das dimensões político-econômicas da formação e consolidação dos Estados Nacionais e análise dos imperialismos. Problemática das tensões e revoluções latino-americanas. Revisão historiográfica da produção intelectual e circulação de ideias na América. Articulação de História da América Contemporânea com os níveis de ensino fundamental e médio.

Bibliografia básica

BETHEL, Leslie (org.). **História da América Latina**. São Paulo: Edusp; Brasília – DF: Fundação Alexandre Gusmão, 1999. Vol. III, IV, V e VI.

KARNAL, Leandro et al. **História dos Estados Unidos das origens ao século XXI**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTÍ, José. **Nossa América**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

Bibliografia complementar

AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

FERES JÚNIOR, João. **A história do conceito de “LatinAmerica” nos Estados Unidos**. Bauru-SP: Edusc, 2005.

FRAGINALS, Manuel Moreno. **Cuba Espanha Cuba uma história comum**. Bauru-SP: Edusc, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

RAFAEL, Ray. **Mitos sobre a fundação dos Estados Unidos: a verdadeira história da independência norte-americana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
História Contemporânea II	5	60	15	0	75	Não há

Ementa: Estudo da história mundial da Primeira Guerra Mundial ao século XXI. Discussão dos conceitos-chave do mundo pós-Segunda Guerra: pós-modernismo, neoliberalismo, terrorismo e fundamentalismos. Compreensão dos conflitos Oriente e Ocidente, Norte e Sul. Articulação de História Contemporânea II com os níveis de ensino fundamental e médio.

Bibliografia básica

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FERRO, Marc. **A Revolução Russa de 1917**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX - 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Bibliografia complementar

ARMSTRONG, Karen. **Em Nome de Deus**: o fundamentalismo no Judaísmo, no Cristianismo e no Islamismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1998.

DUBY, Georges; ARIÈS, Phillipe. **História da Vida Privada**: v. 5: da Primeira Guerra a nossos dias. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HOBBSBAWM, Eric. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PARIS, Robert. **As Origens do Fascismo**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
Estágio Supervisionado III	7	30	0	75	105	Não há

Ementa: Compreensão da estrutura do ensino médio por meio de observação nas escolas da rede oficial. Reflexão sobre educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Elaboração de um “Projeto de Ensino” que possa ser efetivado nas instituições acompanhadas.

Bibliografia básica

AZEVEDO, Crislane Barbosa (Org.). **Docência em história**: experiências de estágio supervisionado e formação do professor-pesquisador. Natal, RN: EDUFERN, 2017.

BITTENCOURT, Circe Maria (Org.). **O saber Histórico na sala de aula**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História**. 4. ed. Campinas-SP: Papirus, 2005.

Bibliografia complementar

FONSECA, Selva G. **Caminhos da história ensinada**. Campinas-SP: Papirus, 1993.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho D'Água, 1997.

NIKITIUK, Sônia L. (Org.) **Repensando o ensino de história**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
Antropologia das populações afro-brasileiras	5	60	15	0	75	Não há

Ementa: Estudo da formação das comunidades tradicionais afro-brasileiras. Análise sobre colonialidade do poder, racismo e representação do negro na contemporaneidade da sociedade e educação brasileira. Problemática educacional da interseccionalidade: raça, etnia, classe e gênero no Brasil. Discussão sobre racismo ambiental no Brasil contemporâneo. Estudo das práticas culturais afro-brasileiras. Articulação de Antropologia das populações afro-brasileiras com os níveis de ensino fundamental e médio.

Bibliografia básica

AZEVEDO, Célia Maria M. **Onda Negra, Medo Branco**. São Paulo: Annablume: 2004.

BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Ministério da Educação. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade racial. MEC, 2013.

GUIMARÃES, Antonio S. A. **Raça e racismo no Brasil**. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999.

Bibliografia complementar

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo. Selo Negro, 2011.

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Sele Negro, 2001.

FONSECA, Maria Nazareth Soares; DUARTE, Eduardo de Assis. **Literatura e Afrodescendência no Brasil: antologia crítica**. Belo Horizonte Editora UFMG, 2011.

MOURA, Clovis. **Os quilombos e a rebelião negra**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LOPES, Nei. **O racismo explicado aos meus filhos**. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
Seminários de pesquisa	4	30	0	30	60	Projeto de pesquisa em História

Ementa: Discussão e desenvolvimento das propostas de pesquisa pelo conjunto dos acadêmicos, com vistas à articulação da pesquisa empírica com a reflexão historiográfica e a escrita em História.

Bibliografia básica

BARROS, José D' Assunção. **O projeto de pesquisa em História:** da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis Vozes, 2007.

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural.** 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BURKE, Peter. **História e teoria social.** São Paulo: Ed. da UNESP, 2002.

Bibliografia complementar

BITTENCOURT, Circe Maria (org.). **O saber Histórico na sala de aula.** 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: UNICAMP, 2003.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Unicamp, 2007

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do Passado:** Teoria da História II, os Princípios da Pesquisa em História. Brasília: EdUnB, 2010.

VIEIRA, Maria do Pilar Araujo et al. **A Pesquisa em História.** São Paulo: Ática, 2003.

8o período

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
História Indígena	5	60	15	0	75	Não há

Ementa: Estudo da formação histórico-cultural dos povos indígenas da Amazônia, com ênfase na região dos Vales dos rios Araguaia e Tocantins. Compreensão das relações entre formações territoriais, identidades, resistências e as representações das temporalidades pelos grupos indígenas. Reflexão sobre multinaturalismo, perspectivismo e bem-viver (educação ambiental). Apresentação da Etno-história como metodologia de ensino de História Indígena com os níveis fundamental e médio.

Bibliografia básica

GIRALDIN, Odair. **Cayapo e Panara:** luta e sobrevivência de um povo Je no Brasil Central. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.

RAMOS, Alcida Rita. **Sociedades indígenas.** 5. ed. - São Paulo: Ática, 1995.

RICARTE, Juciene Apolinário. **Os Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do sertão**: Políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás, atual do Tocantins, século XVIII. Goiânia Kelps, 2006.

Bibliografia complementar

ALBUQUERQUE, Francisco Edviges. **Arte e cultura do povo Krahô**. Belo Horizonte, MG: UFMG/FALE, 2012.

ALMEIDA, Severina Alves de. **A educação escolar Apinayé na perspectiva bilíngue e intercultural**: um estudo sociolinguístico das aldeias São José e Mariazinha. Araguaína, TO, 2012.

MACHADO, Marcia (Org.). **Cultura e história dos povos indígenas**: formação, direitos e o conhecimento antropológico / Fortaleza, CE: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

SILVA, Cleube Alves da. **Confrontando mundos**: os povos indígenas Akwen e a conquista de Goiás (1749-1851). Palmas, TO: Nagô, 2010.

SOUSA, Cássio N. I; ALMEIDA, Fábio V. R. **Gestão territorial em Terras Indígenas no Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2015.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
História da África	5	60	15	0	75	Não há

Ementa: A pesquisa e o ensino de História da África. As formações estatais africanas. A escravidão na África e o tráfico de escravos. África e o Atlântico. Imperialismo e colonização na África. Formação dos estados nacionais e o processo de descolonização. Sociedade e estado na África contemporânea. Articulação da História da África com os níveis de ensino fundamental e médio.

Bibliografia básica

APPIAH, Kwame A. **Na casa de meu pai**. Rio de Janeiro: Boitempo: 1997.

BOAHEN, A. Adu (Org.). **História Geral da África VII**. A África sob dominação colonial, 1880-1935. São Paulo: Ática; Unesco, 1991.

MOKHTAR, G. (Ed.). **História geral da África II**: África antiga. Brasília: UNESCO, 2010.

Bibliografia complementar

SILVA, Alberto da Costa e. **Um rio chamado atlântico**: A África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

HERNANDEZ, Leila. **A África na sala de aula**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. São Paulo: Zahar, 2021.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2017.

HEYWOOD, L. **Jinga de Angola: A rainha guerreira da África**. São Paulo: Todavia, 2019.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
Estágio Supervisionado IV	7	30	0	75	105	Não há

Ementa: Construção de subsídios teórico-práticos para o exercício da docência no ensino médio: elaboração do projeto de ensino e atuação direta do acadêmico no conjunto das atividades escolares.

Bibliografia básica

AZEVEDO, Crislane Barbosa (Org.). **Docência em história:** experiências de estágio supervisionado e formação do professor-pesquisador. Natal, RN: EDUFRN, 2017.

BITTENCOURT, Circe M. F. **Ensino de História:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História**. 4. ed. Campinas-SP: Papirus, 2005.

Bibliografia complementar

CANDAU, Vera Maria et al. **Educação em direitos humanos e formação de professores(as)**. São Paulo: Cortez, 2013.

FAZENDA, Ivani C. (Org.) **Didática e interdisciplinaridade**. 7 ed. Campinas: Papirus, 2005.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História**. 4. ed. Campinas-SP: Papirus, 2005.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo revolucionário:** Pedagogia do dissenso para o novo milênio. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2000.

VIEIRA, Maria do Pilar de A. **A pesquisa em história**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2008.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
TCC	4	15	0	45	60	Seminários de pesquisa

Ementa: Desenvolvimento do projeto de pesquisa a partir das contribuições discutidas no componente curricular Seminários de Pesquisa. Discussão teórica, revisão bibliográfica, diálogo com as fontes, elaboração da versão final do trabalho de conclusão de curso.

Bibliografia básica

BARROS, José D' Assunção. **O projeto de pesquisa em História:** da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis Vozes, 2007.

_____. **Uma história social do conhecimento II.** Enciclopédia à Wikipedia. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

VIEIRA, Maria do Pilar Araujo et al. **A Pesquisa em História.** São Paulo: Ática, 2003.

Bibliografia complementar

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). **Pesquisa participante: o saber da partilha.** São Paulo: ideias e letras, 2006.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento 1.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

MARIZ, Anna Carla Almeida. **A Informática na internet:** arquivos públicos brasileiros. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral.** São Paulo: Loyola, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas.** São Paulo Contexto, 2005.

Disciplinas Optativas

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
História e Música	4	60	0	0	60	Não há

Ementa

Música como fonte e método de estudo da História Brasileira. Música, Educação e Ensino de História. Dimensões estéticas, sociais e políticas dos gêneros musicais no Brasil republicano. Poder e historicidade da música Popular Brasileira. Música erudita, popular e pop: a indústria musical no Brasil durante o século XX.

Bibliografia Básica:

NAPOLITANO, Marcos. História e Música: História Cultural da Música Popular. BH: Autêntica. 2002.

NAVES, Santusa C. Da Bossa nova à Tropicália. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

TINHORÃO, José Ramos, Música popular: Teatro & cinema/ Petrópolis: Vozes, 1972.

Andrade, Mario de. Ensaio sobre a música brasileira. São Paulo : Martins, 1962

Bibliografia Complementar

JEANDOT, Nicole. Explorando o universo da música / 2. ed. - São Paulo : Scipione, 1993.

Severiano, Jairo., A canção no tempo: 85 anos de músicas brasileiras / 4.ed.- São Paulo: Ed. 34, 1999.

WILLIAMS, Raymond. Cultura e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 1970

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
Leituras e Análises Historiográficas	4	60	0	0	60	Não há

Ementa

Análise historiográfica das monografias, TCC's e dissertações produzidas na área de História, e Ciências Humanas. Compreensão e interpretação das perspectivas e abordagens historiográficas presentes nos trabalhos analisados.

Bibliografia Básica

BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Marjer; São Paulo. Editora da UNESP, 2002

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Tradução Rosa Freire de Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Cia das Letras, 2007

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**: estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

Bibliografia Complementar

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 9ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de Madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

_____. **A metáfora viva**. Tradução Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 2005

BURKE, Peter. **Variedades de História Cultural**. 2ª. edição. Tradução Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
História e Cinema	4	60	0	0	60	Não há

Ementa

História da invenção do cinema. A agenda teórico-metodológica da historiografia para o tratamento das imagens fílmicas como fontes históricas. O uso e o consumo das imagens em movimento no ensino de história. Experiências práticas em sala de aula com a análise e interpretação de produções cinematográficas.

Bibliografia Básica

CARDOSO, Ciro F. S. & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história** – Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp. 401-418.

LE GOFF, Jacques. & Nora, Pierre. **História**: Novos Objetos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976. pp. 199-215.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

Bibliografia Complementar

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico em sala de aula**. 2ª. Ed. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

BURNS, Edward Menall. **A revolução industrial dos séculos XIX e XX**. In: História da civilização ocidental. Porto Alegre, RS: Editora Globo, 1968.

CHARNEY, Leo & SCHWARTZ, Vanessa R. (Orgs.). **O cinema e a invenção da vida moderna**. São Paulo, SP: Editora Cosac Naify, 2007.

HOBSBAWM, ÉRIC J. **A era das revoluções**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1988

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
Cidadania e cultura política no Brasil	4	60	0	0	60	Não há

EMENTA

O desenvolvimento dos direitos dos cidadãos no século XIX. A política indigenista e o Movimento Abolicionista. A cultura política clientelar. As restrições aos direitos nos governos autoritários. Direitos, identidades e representações sociais. Cidadania e meio ambiente. Ensino de história e cidadania.

Bibliografia Básica

ABREU, Martha e Soihet, Rachel. (Orgs.). **Ensino de História**: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

CARVALHO, José Murilo. **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GOUVEA, Maria de Fátima Silva, et al (Org.). **Culturas políticas**: ensaios de história cultural, história política e ensino de história.. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

Bibliografia Complementar

BAUMAN, Z. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel González; NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania**: quem educa o cidadão? São Paulo: Cortez, 2003.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 7ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. **Direitos e cidadania**: memória, política e cultura. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SANI, Giacomo. Cultura política. In: BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. 5.ed. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. p. 306-308.

Disciplina	Créditos	CH Teórica	CH PCC	CH Prática	CH Total	Pré-Req.
História e Literatura	4	60	0	0	60	Não há

Ementa

Literatura. História. A literatura de ficção como fonte para a história. Literatura Regional.

Bibliografia Básica

BARTHES, Roland. **Aula**. Cultrix, 2007.

EAGLETON, Terry. “Introdução”. **Teoria da literatura**: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2006, pp. 01 a 24.

WHITE, Hayden. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX. Tradução José Laurêncio de Melo. São Paulo: EDUSP, 1992.

Bibliografia Complementar

GARCIA MARQUEZ, Gabriel. **Cien anos de soledad**. Barcelona: DeBolsillo, 2003.

ASSIS BRASIL, Luiz Antônio. **Escrever ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RAMOS, Dernival; ERTZOGUE, Marina. **Performance biográfica e narrativa no Caribe**: um estudo de La consagración de la primavera, de Alejo Carpentier. Revista Brasileira do Caribe. vol. XII, núm. 24, enero-junio, 2012, pp. 487-506.

MARTIN, Gerard. **Gabriel García Marquez - uma Vida**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.

PEPETELA. **As aventuras de Nnunga**. Alfragide-PT: Publicações Dom Quixote, 2002.

WOOD, James. **Como funciona a ficção**. São Paulo: Editora do SESI, 2017.

3.3.10 Metodologia

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) destaca que as atividades acadêmicas a serem desenvolvidas na UFT, em seus diversos cursos, devem preparar o aluno não só para a atuação profissional, no âmbito da dimensão técnica, mas, como um profissional, consciente de seu papel como cidadão, com postura ética e solidária aos problemas sociais e coletivos.

Assim, os princípios norteadores do processo educativo no curso de Licenciatura em História convergem com os da UFT ao incluírem a participação, a solidariedade, a globalidade e o respeito à identidade institucional. Dessa forma, as metodologias de ensino das diferentes disciplinas têm o objetivo de alcançar a excelência acadêmica e poderão ser organizadas a partir de:

- desenvolvimento de aulas expositivas com participação ativa dos acadêmicos;
- desenvolvimento de aulas dialogadas, compreendida pela corresponsabilidade (acadêmico e docente) na construção da atividade intelectual;
- priorizando a interação teoria e prática, os saberes prévios e experiências dos estudantes;
- apresentação de seminários pelos estudantes envolvendo leitura, estudo e discussões temáticas;
- leitura e debates de textos, livros e/ou exibição de filmes;
- desenvolvimento de trabalhos individuais ou em grupos, possibilitando reflexões críticas; e

- realização de estudos de campo, rodas de conversa e interação com realidades sociais diversas.

3.3.11 Interface ensino, pesquisa e extensão

De acordo com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFT, as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão deverão estar voltadas para:

- o estímulo à produção de conhecimento, à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;
- a formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;
- o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e a criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;
- a promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- a busca permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; e
- o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade a promoção da extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Para construir a interface ensino, pesquisa e extensão, o Colegiado de História do Câmpus de Araguaína desenvolve algumas ações, a saber:

O **Centro de Documentação Histórica (CDH)** tem por finalidade recolher, organizar, tratar e disponibilizar documentação para a pesquisa. Ele está subordinado ao Colegiado de História e conta com dois bolsistas. O acervo do CDH é constituído de fotografias digitalizadas; relatório de estágios; periódicos; mapas, coleção João de Souza Lima; boletins

de ocorrência e boletins internos do Batalhão de Polícia Militar; documentos de instituições religiosas, entre outros.

O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ensino e Formação de Professores – NUFOR foi criado em 18 de novembro de 2009, pela Resolução Consepe nº 44/2009. Visa expandir e fortalecer uma série de ações para a melhoria da educação na região, especialmente por meio da implementação e fortalecimento de atividade de pesquisa nos cursos de licenciatura no Câmpus de Araguaína. São objetivos específicos do Núcleo: a) Contribuir para a formação de grupos de estudo na área de educação, ensino e formação de professores; b) Desenvolver hábitos de colaboração de trabalhos e estudos de forma interdisciplinar, transdisciplinar e multidisciplinar; c) Prestar assessoria aos profissionais da educação; d) Desenvolver parcerias com escolas e profissionais da educação básica; e) Desenvolver projetos de extensão, especialmente, direcionados para a educação básica; f) Promover cursos de aperfeiçoamento e especialização voltados para os profissionais da educação; g) Produzir materiais, tecnologias digitais da informação e comunicação e outros recursos didáticos; h) Contribuir para a reflexão e para a proposição de políticas públicas voltadas para educação; i) Contribuir para a reflexão, elaboração e reestruturação dos projetos pedagógicos dos cursos de formação de professores; j) Fomentar e fortalecer processos de mudanças e qualificação docente nos cursos de formação; k) Realizar encontros científicos e seminários sobre o ensino e a formação de professores; l) Produzir e divulgar trabalhos acadêmicos sobre a educação, ensino e formação de professores; m) Contribuir para a valorização dos profissionais da educação.

De 2008 a 2011 desenvolveu o *Projeto Construindo saberes: o ensino por projetos nas licenciaturas*, cujo objetivo principal foi iniciar os licenciados na pesquisa científica e na produção de material didático por metodologia de trabalho por projetos desenvolvido com recursos do Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA/2008 - MEC/CAPES/DEB). O NUFOR passou por um período de inatividade entre 2012 e 2018, e está sendo reativado em 2019, sob a Coordenação do Prof. Braz Batista Vas, que recomporá a equipe do mesmo para retomar suas atividades.

O Grupo de Estudos e Pesquisas História, Didática da História e Narrativas nas perspectivas de Jörn Rüsen e de Paul Ricoeur surgiu em 2013 como parte das atividades do curso de Historiografia, sob a coordenação do professor Dr. Marcos Edílson de Araújo Clemente. O objetivo é levar ao conhecimento geral a centralidade do pensamento do Historiador alemão Jörn Rüsen e do filósofo francês Paul Ricoeur. O legado destes autores necessitava de maior abrangência não apenas no âmbito acadêmico do curso de História -

Câmpus de Araguaína, mas também, como força motivadora para a compreensão da nossa realidade local e regional. Rüsen entende que há uma clássica oposição entre a racionalidade intrínseca da pesquisa histórica e a apresentação narrativa desta pesquisa. Paul Ricoeur apresenta uma inestimável contribuição acerca das dimensões do tempo vivido e da narração. Narrativa como instituição de sentidos, sejam elas ficcionais ou verídicas.

A partir disso, desdobramos as reflexões do GT com investigações sobre história e memória. Caso dos trabalhos monográficos *A gramática dos tempos de Jörn Rüsen*: uma contribuição ao entendimento das noções de ensino de História, *Didática da História e consciência histórica*; Memórias traumáticas das mulheres sobre a Guerrilha em São Domingos do Araguaia; *Guerrilha do Araguaia*: narrativas dos canoieiros dos Rios Itacaiúnas e Tocantins; *Histórias e memórias: a guerrilha em São Domingos do Araguaia - PA* (1972-2014). Por último, abrimos um projeto de pesquisa intitulado *Histórias e Memórias: a guerrilha em São Domingos do Araguaia-PA* (1972-2014). Este projeto foi aprovado pelo Programa Pós Doutoral do Departamento de História da Universidade de Coimbra, Portugal e desenvolvido entre março de 2016 e março de 2017.

O **Grupo de Estudos em História e Cultura** é um projeto de extensão ligado ao curso de História e coordenado pelos professores Plábio Marcos Martins Desidério, Sariza Oliveira Caetano Venâncio e Dernival Venâncio Ramos Júnior. Objetiva discutir textos teóricos da área dos Estudos Culturais de interesse para a História; também objetiva discutir projetos de pesquisa e auxiliar na preparação dos discentes dos cursos para a Pós-Graduação.

A ação de extensão **“Escola e Universidade: um diálogo possível”** envolve um programa de formação e aperfeiçoamento do magistério que pretende colaborar com a formação continuada de professores da rede pública das áreas de Ciências Humanas. A ação tem ofertado a oportunidade de criação de tempos e espaços dialógicos, reflexivos, participativos e criativos e o fortalecimento do compromisso da escola e da universidade, no processo de formação continuada dos professores, estudantes do Colégio e acadêmicos da UFT. Até o momento, participam dessa ação as professoras Rosária Helena Ruiz Nakashima, Vera Lucia Caixeta e Sariza Oliveira Caetano Venâncio.

O projeto de extensão **“Cineclube e História: o cinema como leitura história e produção do conhecimento”** tem como objetivo estimular na comunidade acadêmica a experiências do cinema e procurar construir conhecimento histórico e expandir experiências lúdicas. O projeto é oferecido mensalmente aos sábados para a comunidade acadêmica e em geral, coordenado pelo Prof. Plábio Marcos Martins Desidério. Ele visa propiciar formas de

contato, interação, entretenimento e abordagens epistemológicas sobre a leitura cinematográfica das relações sociais. O projeto de extensão busca compreender a produção fílmica e as representações sociais presente na produção/circulação e consumo de filmes e com isso atendendo apreciadores desta linguagem e investigadores da área de Humanas. Portanto, o projeto tem por objetivo construir uma prática de exibição, consumo de filme, bem como suscitar discussões temáticas presentes na leitura cinematográfica.

A **Revista Escritas**, do Colegiado de História da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus de Araguaína, tem como meta a divulgação da produção dos cientistas sociais e historiadores em âmbito nacional, regional e local. Busca o aperfeiçoamento científico dos docentes dos cursos de História da UFT, por meio de um intercâmbio e troca de ideias e, especialmente, uma maior interação entre os historiadores das regiões norte e centro-oeste. É um periódico semestral (Qualis B3), organizado para promover o debate histórico e historiográfico, o desenvolvimento teórico/metodológico e educacional. Publicação *on-line*, pretende estimular a divulgação das pesquisas e investigações técnico-científicas e os avanços promovidos na área da História pelos docentes, discentes e técnicos ligados à preservação da memória material e simbólica da sociedade em geral, e, em particular, da sociedade brasileira.

O **Núcleo de Estudos da História da Arte e da Cultura (NEHAC/UFT/Araguaína)** é coordenado pelo Prof. Euclides Antunes de Medeiros e Olívia Macedo Miranda de Medeiros. Surgiu a partir da inserção desses professores no Grupo de Trabalho Nacional de História Cultural e no NEHAC/UFU/Uberlândia (com vinte anos de existência), sendo que estes dois últimos são presididos pela Profa. Dr^a. Rosângela Patriota Ramos. A partir do estreitamento das relações profissionais desses doutores, surgiu a ideia da expansão do NEHAC/UFU/Uberlândia por meio de uma rede, formalizada, em ata, no encontro comemorativo (2014) dos vinte anos de existência do referido núcleo. A finalidade do Núcleo é a compreensão das relações entre arte, cultura e sociedade no âmbito das dimensões éticas, estéticas e constituidoras das diversas formas, modos e meios de linguagens sociais e artísticas na Amazônia e na região dos Vales dos rios Araguaia e Tocantins.

O **Núcleo de Estudos e Pesquisas da Violência (NUPEV)**, coordenado pelo Prof. Dimas José Batista, foi criado em 10 de novembro de 2006 pela Resolução/Consepe 19/2006. Tem como meta pesquisar três tipos específicos de manifestação da violência, a saber: a institucional e a criminal, pertencentes à esfera do Estado, e a social, circunscrita à esfera da sociedade civil.

Os objetivos específicos do NUPEV são: a) refletir sobre as diversas relações construídas pelos atores sociais, no âmbito da violência, e acerca da historiografia que é produzida a respeito deles e da violência; b) incentivar o senso reflexivo, crítico, analítico e interpretativo em relação ao corpus documental de natureza diversa, reconhecendo o papel de diferentes linguagens veiculadas por diversos agentes sociais e os vários contextos históricos envolvidos em sua produção; c) estimular os docentes e discentes à participação em eventos de divulgação do conhecimento de caráter científico, promovidos dentro e/ou fora da UFT, tais como: encontros, convenções, simpósios, seminários de associações nacionais e locais; d) valorizar e utilizar a documentação de arquivos, bibliotecas, museus e outros depositários públicos e privados; e) utilizar os acervos documentais de instituições públicas e privadas de modo técnico, racional e sistemático para a produção de trabalhos técnico-científicos exigidos pelos projetos políticos pedagógicos dos cursos da UFT; f) estimular a produção de pesquisas sobre Araguaína e sua região; e) desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão, não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições da sociedade civil, bem como em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural.

Nessa perspectiva, entre 2007 e 2011, o núcleo organizou dois cursos de pós-graduação lato sensu em Segurança Pública, atendendo cerca de 80 agentes de segurança pública e operadores da justiça do Estado do Tocantins, que elaboraram pesquisas sobre temas relacionados à violência, à criminalidade, à legislação, à polícia e aos conflitos sociais na Região Norte do país. Fazem parte do NUPEV os seguintes professores: Dimas José Batista, Braz Batista Vas, Luciano Galdino da Silva, Valéria Medeiros da Silva, Marcos Edilson de Araújo Clemente e Euclides Antunes de Medeiros.

O Núcleo de Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas Agroflorestais - NEUZA resulta da relação do Programa de Pós-graduação em Cultura e Território, do Colegiado de História da Universidade Federal do Tocantins com a Comissão Pastoral da Terra – Araguaia/Tocantins. Ele objetiva produzir pesquisa e extensão de forma integrada, inter e transdisciplinar em saberes e práticas agroflorestais, especificamente, recolher, descrever e analisar os saberes e práticas agroecológicas tradicionais; organizar eventos sobre os Saberes e Práticas Agroecológicas; promover e acompanhar experiências agroecológicas em comunidades camponesas tradicionais; inserir alunos, professores e agricultores na construção do conhecimento tradicional e científico sobre importância e aplicabilidades da agrofloresta na produção da soberania alimentar; diminuir a distância entre as comunidades acadêmica e

camponesa no planejamento e execução de práticas agroflorestais, criar comunidade de prática em agroecologia no centro norte do Tocantins.

O **Laboratório de Estudos de Política e Sociedade (LEPOLIS)** tem como finalidade principal constituir-se em um espaço de diálogo e debates de caráter interdisciplinar, entre docentes e discentes do curso de graduação e pós-graduação, visando à promoção de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os professores Braz Batista Vas e Martha Victor Vieira coordenarão o processo inicial de sua criação e funcionamento. Dentre seus objetivos estão: a. Reunir docentes, discentes, da graduação e pós-graduação da UFT, bem como membros da comunidade e de outras instituições educacionais para discutir o campo político; b. Discutir teoria política, visando compreender o desenvolvimento desse conceito ao longo do tempo; c. Discutir sobre cultura política e as relações entre Estado e sociedade; d. Discutir a relação entre Estado, política e mídias (tradicionais e contemporâneas); e. Compreender a política como um fenômeno interdisciplinar, que vai além do aparato estatal; f. Discutir os aspectos conceituais de democracia, política e poder; g. Discutir direitos humanos, cidadania e diversidade; h. Debater os desafios do Estado democrático de direito; i. Ofertar e promover atividades de ensino (minicursos, oficinas, workshops etc.), pesquisa e extensão (eventos acadêmicos e/ou outros de interesse sociopolítico) sobre o campo da política.

O **Laboratório de Pesquisa em História (LaPHis)** tem como finalidade principal constituir-se em um espaço de diálogo e experimentações, teóricas e práticas, no âmbito da pesquisa em História, como estrutura laboratorial mínima, com capacidade de reestruturações e ampliações sistemáticas e progressivas, em consonância com o desenvolvimento da pesquisa científica, do ensino e da extensão na área de História. Dentre seus objetivos estão: 1.Orientar e supervisionar as pesquisas e estágios do curso de Bacharelado e Licenciatura em História, no que couber; 2.Promover eventos, minicursos e oficinas na área de pesquisa em História; 3.Colaborar e complementar as atividades do Laboratório de Fontes Orais, Laboratório de Imagem e Som e do Laboratório de Documentação Escrita, por ora provisoriamente alocados no CDH; 4.Fortalecer e ampliar os núcleos, grupos e linhas de pesquisa ligados ao curso de História; 5.Ampliar, qualitativa e quantitativamente, a Iniciação Científica em História.

Com implantação, a partir de agosto de 2014, de **Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória**, em rede nacional, com instalação e funcionamento de um núcleo no Câmpus de Araguaína. Inicialmente ele era bianual, com bolsas para todos os discentes que comprovavam vínculo com o magistério público. Atualmente, ele é anual, com

bolsas da Capes apenas para os cinco primeiros colocados na seletiva, que comprovam terem cumprido o estágio probatório. Este curso envolve os seguintes docentes: Braz Batista Vas, Dagmar Manieri, Dimas José Batista, Dernival Venâncio Ramos Junior, Marcos Edilson de Araújo Clemente, Vera Lucia Caixeta, Bertone Oliveira Sousa e Wellington Amarante Oliveira, também vinculados à graduação em História, com a oferta de 15 vagas\mestrando(a)s. O processo de seleção se dá por meio de edital nacional e, aqueles alunos que comprovam vínculo com as redes de ensino públicas recebem bolsa da Capes. Está em curso a primeira turma do mestrado, com todos os alunos aprovados em processo de Exame de Qualificação ocorridos em dezembro de 2015, com perspectiva de conclusão\defesa das dissertações em agosto de 2016. Trata-se de Curso de Mestrado com foco específico no “Ensino de História”.

O Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult), caracteriza-se como interdisciplinar, iniciado em agosto de 2015, conta com a participação dos professores do Colegiado de História: Braz Batista Vas, Dagmar Manieri, Dernival Venâncio Ramos Junior, Euclides Antunes de Medeiros, Martha Victor Vieira, Olívia Macedo Miranda de Medeiros, Plábio Marcos Martins Desidério, Sariza Oliveira Caetano Venâncio e Rosária Helena Ruiz Nakashima.

Os objetivos do PPGCult são: Produzir investigações de caráter interdisciplinar sobre a relação entre cultura e território; investigar os processo de luta em torno do uso do território e dos bens naturais a ele associados; pesquisar a construção da paisagem nas variadas narrativas e linguagens artísticas; analisar discursos associados à territorialidade produzidos por distintos atores sociais; contribuir para a produção de uma reflexão e de uma metodologia de pesquisa interdisciplinar voltada para a compreensão de fenômenos sociais; refletir sobre fenômenos sociais, culturais, políticos e econômicos da região, contribuindo para seu desenvolvimento de forma mais igualitária; fixar pesquisadores doutores na região, envolvidos com projetos de interesse social e político; analisar ideias e práticas concernentes às várias dimensões da cidadania, sustentabilidade e gestão do espaço público; formar quadros de pesquisadores com perfil interdisciplinar para atuar no ensino e na pesquisa, atendendo às demandas da região e analisar ideias e práticas concernentes às várias dimensões da cidadania, sustentabilidade e gestão do espaço público.

Tais ações têm como meta estimular a pesquisa, o ensino e a extensão, desenvolvendo trabalhos na área de história social, educacional, cultural e política, com o intuito de atender as demandas sociais da região em que a Universidade Federal do Tocantins está inserida. Uma

dessas demandas se refere a organização e disponibilização, no estado, de acervos documentais públicos e privados, que contribuam para a preservação da história e da memória da Região Norte. O colegiado tem como meta, dentre outras, a implementação e fortalecimento de núcleos de pesquisa que interagindo com os demais núcleos da região e do país tornar-se-ão instrumentos valiosos para a consecução desses objetivos.

3.3.12 Interface com programas de fortalecimento do ensino

O Curso de Licenciatura em História tem o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no Estado, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva, conforme consta no PDI da UFT. Assim, os docentes do curso se comprometem em participar de programas de monitoria e de apoio ao discente ingressante.

O Programa Institucional de Monitoria (PIM) contempla atividades de caráter didático-pedagógico, desenvolvidas pelos alunos da graduação e orientadas por professores, que contribuem para a formação acadêmica do estudante e tem como objetivos:

- I - melhorar os indicadores de ensino-aprendizagem no âmbito escolar;
- II - proporcionar condições de permanência e de sucesso dos alunos no processo ensino-aprendizagem;
- III - contribuir para o envolvimento dos alunos nas atividades de docência, de pesquisa e de extensão;
- IV - possibilitar a utilização do potencial do aluno assegurando-lhe uma formação profissional qualificada e sua plena inserção nas atividades acadêmicas da Universidade;
- V - intensificar e assegurar a cooperação entre professores e estudantes nas atividades básicas da Universidade; e
- VI - implementar ações do Projeto Pedagógico do Curso de graduação(PPC), do Plano Pedagógico Institucional (PPI) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O Programa Institucional de Monitoria Indígena (Pimi) tem como objetivo facilitar a inclusão dos alunos indígenas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a sua permanência e sucesso acadêmico. A função do monitor remunerado ou voluntário será exercida por estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação e classificados em processo seletivo realizado no Colegiado de Curso.

O Programa de Apoio ao Discente Ingressante (Padi) foi criado pela Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), com o objetivo de auxiliar os estudantes ingressantes que estejam matriculados no 1º e/ou 2º período(s) e àqueles reprovados nas disciplinas básicas curriculares. São objetivos do Padi:

- I. ampliar o atendimento aos alunos ingressantes na Instituição proporcionando-lhes suporte didático, no sentido de minimizar deficiências de conhecimentos básicos necessários às disciplinas introdutórias dos cursos de graduação;
- II. propiciar ao tutor discente a oportunidade de enriquecimento técnico e pessoal, por meio do desenvolvimento de atividades acadêmicas, permitindo-lhe ampliar a convivência com outras pessoas do meio universitário;
- III. contribuir para a redução do índice de reprovação, retenção e evasão na UFT; e
- IV. promover a democratização do ensino superior, com excelência.

3.3.13 Interface com as Atividades Complementares

Conforme apresentado no tópico “Interface ensino, pesquisa e extensão”, o curso de História desenvolve atividades em consonância com a Resolução CONSEPE nº 009/2005 que trata do Regulamento das Atividades Complementares nos cursos de graduação, nos artigos 5º, 6º e 7º, a saber:

Atividades de Ensino:

- I - disciplinas complementares não previstas no currículo dos Cursos e cursadas na UFT e/ou em outras IES (essas atividades só poderão ser consideradas se não aproveitadas para convalidar outras disciplinas do currículo);
- II - atividades de monitoria;
- III - participação em minicursos;
- IV - cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira.

Atividades de Pesquisa:

- I - livro publicado;
- II - capítulo de livro;
- III - projetos de iniciação científica;
- IV - projetos de pesquisa institucionais;
- V - artigo publicado como autor (periódico com conselho editorial);
- VI - artigo publicado como coautor (periódico com conselho editorial);
- VII - artigo completo publicado em anais como autor;
- VIII - artigo completo publicado em anais como coautor;
- IX - resumo em anais;
- X - participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos.

Atividades de Extensão:

- I - autoria e execução de projetos;
- II - participação na organização de eventos, congressos, seminários, workshopsetc.;
- III - participação como conferencista em conferências, palestras, mesas-redondasetc.;
- IV - participação como ouvinte em eventos, congressos, seminários, workshopsetc.;
- V - apresentação oral de trabalhos em congressos, seminários, workshops etc.;

- VI - participação como ouvinte em conferências, palestras, mesas-redondas etc.;
- VII - apresentação de trabalhos em painéis e congêneres em congressos, seminários, workshop etc.;
- VIII - participação em oficinas;
- IX - visitas técnicas e dia de campo;
- X - estágios extracurriculares;
- XI - representação discente em órgãos colegiados (Consuni, Consepe, Congregação etc.);
- XII - representação discente (UNE, UEE, DCE e CAs);
- XIII - organizar e ministrar minicursos.

3.3.14 Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório

O projeto de formação do Curso de Licenciatura em História apontam para a construção da autonomia do discente, os processos de aprendizagem dos alunos e os procedimentos para produção de conhecimento pedagógico sobre currículo, docência, transposição didática, contrato didático, planejamento de ensino, organização de tempo e espaço de aprendizagem, organização do trabalho formativo, interação grupal, avaliação de aprendizagens dos alunos, trabalho diversificado, relação professor-aluno e análises de situações educativas.

De acordo com Nota Técnica da Prograd (3/11/2015) sobre Estágios Obrigatórios e Não Obrigatórios, o estágio é uma prática de caráter pedagógico, que promove a aquisição de competências profissionais, desenvolve habilidades, hábitos e atitudes. Todo estágio é curricular, ou seja, deve contribuir com a sua formação profissional e pode ser obrigatório para a integralização do curso ou não obrigatório, caracterizando-se como uma formação complementar. Todavia, as duas modalidades devem estar previstas no projeto pedagógico do curso. O estágio obrigatório deve ser cumprido durante a graduação e só pode ser legalizado se o estudante estiver regularmente matriculado em instituição de ensino superior.

Neste PPC, o projeto de Estágio Curricular incorpora o que está previsto no artigo 7º da Resolução nº 2 de 2015 do CNE/CP, a saber:

O(A) egresso(a) da formação inicial e continuada deverá possuir um repertório de informações e habilidades composto pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, resultado do projeto pedagógico e do percurso formativo vivenciado cuja consolidação virá do seu exercício profissional, fundamentado em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética, de modo a lhe permitir:

- I - o conhecimento da instituição educativa como organização complexa na função de promover a educação para e na cidadania;

II - a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional e específica;

III - a atuação profissional no ensino, na gestão de processos educativos e na organização e gestão de instituições de educação básica.

Nessa perspectiva, esses princípios estarão presentes no desenvolvimento das 420 horas dedicadas ao estágio supervisionado do curso de Licenciatura História e atuação do acadêmico na educação básica. De acordo com o Parecer CNE/CES nº 15/2005, o estágio supervisionado é um conjunto de atividades de formação, realizadas sob a supervisão de docentes da instituição formadora, e acompanhado por profissionais, em que o estudante experimenta situações de efetivo exercício profissional. Quando se trata de práticas relacionadas à iniciação à docência ressalta-se o que consta também no artigo 7º da Resolução nº 2 de 2015 do CNE/CP, a saber:

Parágrafo único. O PPC, em articulação com o PPI e o PDI, deve abranger diferentes características e dimensões da iniciação à docência, entre as quais:

I - estudo do contexto educacional, envolvendo ações nos diferentes espaços escolares, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços recreativos e desportivos, ateliês, secretarias;

II - desenvolvimento de ações que valorizem o trabalho coletivo, interdisciplinar e com intencionalidade pedagógica clara para o ensino e o processo de ensino-aprendizagem;

III - planejamento e execução de atividades nos espaços formativos (instituições de educação básica e de educação superior, agregando outros ambientes culturais, científicos e tecnológicos, físicos e virtuais que ampliem as oportunidades de construção de conhecimento), desenvolvidas em níveis crescentes de complexidade em direção à autonomia do estudante em formação;

IV - participação nas atividades de planejamento e no projeto pedagógico da escola, bem como participação nas reuniões pedagógicas e órgãos colegiados;

V - análise do processo pedagógico e de ensino-aprendizagem dos conteúdos específicos e pedagógicos, além das diretrizes e currículos educacionais da educação básica;

VI - leitura e discussão de referenciais teóricos contemporâneos educacionais e de formação para a compreensão e a apresentação de propostas e dinâmicas didático-pedagógicas;

VII - cotejamento e análise de conteúdos que balizam e fundamentam as diretrizes curriculares para a educação básica, bem como de conhecimentos específicos e pedagógicos, concepções e dinâmicas didático-pedagógicas, articuladas à prática e à experiência dos professores das escolas de educação básica, seus saberes sobre a escola e sobre a mediação didática dos conteúdos;

VIII - desenvolvimento, execução, acompanhamento e avaliação de projetos educacionais, incluindo o uso de tecnologias educacionais e diferentes recursos e estratégias didático-pedagógicas;

IX - sistematização e registro das atividades em portfólio ou recurso equivalente de acompanhamento.

Portanto, juntamente com as práticas como componentes curriculares (PCC), ações de extensão e pesquisa e demais componentes curriculares deste PPC, o estágio supervisionado tem o objetivo de consolidar e articular as competências desenvolvidas ao longo do curso por meio das demais atividades formativas, de caráter teórico ou prático.

O documento orientador das ações de estágio será o “Regulamento do Estágio Curricular Obrigatório dos Cursos de Licenciatura da UFT” (Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão-Consepenº 003/2005), elaborado conforme o Parecer CNE/CP nº09/2001 e as Resoluções CNE/CP nº 1/2002 e CNE/CP nº 2/2002.

O objetivo geral do Estágio Obrigatório é: Garantir a aprendizagem significativa dos conteúdos da formação educativa (docente e profissionais da educação), vinculada à prática pedagógica problematizada, teorizada e transformada a partir das intervenções do estagiário. Os específicos são:

- Promover situações de observação ao licenciando e reflexão sobre a prática pedagógica para compreender e atuar em situações contextualizadas.
- Criar situações de aprendizagem para a construção de competências nas relações humanas e ensino (saber fazer) a partir do envolvimento direto com a prática e do estudo paralelo dos referenciais teórico-metodológicos que norteiam a prática educativa.
- Possibilitar ao licenciando sua intervenção na prática, reorganizando as atividades pedagógicas, a partir da problematização, tematização e reelaboração de seus conhecimentos.
- Habilitar o aluno a relacionar teoria e prática, problematizando, analisando e teorizando-a para desenvolver o campo teórico-investigativo da educação.

O estágio curricular não obrigatório tem como base na Lei nº 11.788/2008 e segundo a Nota Técnica da Prograd (3/11/2015), estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, desenvolvida pelo estudante que queira complementar sua formação profissional, não sendo utilizada a carga horária em disciplina obrigatória para a integralização do curso de graduação. Mais informações sobre os estágios podem ser encontradas pelos acadêmicos, docentes e público em geral no *site*: <http://ww2.uft.edu.br/ensino/graduacao/estagios>.

3.3.15 Prática Profissional

A Resolução nº 2 de 2015 do CNE/CP destaca no seu artigo 13, parágrafo 1º que os cursos de licenciatura devem compreender 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular (PCC), distribuídas ao longo do processo formativo. A definição de PCC pode ser encontrada em outros documentos oficiais, conforme destacado a seguir.

No Ofício-Circular nº 10/2016/SE/CNE/CNE-MEC consta que as IES deverão nomear dentre os componentes curriculares, oferecidos na primeira metade do curso, aqueles que se coadunem com a definição explicitada na Resolução CNE/CP nº 2/2015 para as práticas como componentes curriculares.

O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática como componente curricular e com as demais atividades de trabalho acadêmico. Destacamos, ainda, que o estágio supervisionado deverá ser efetivado a partir da segunda metade do curso direcionando-se à compreensão, reflexão e ação na/sobre a educação básica, suas etapas e modalidades. Assim, a prática como componente curricular a ser efetivada ao longo do processo formativo não se confunde com o estágio supervisionado.

O Parecer CNE/CES nº 15/2005 ratifica essa compreensão ao apontar que a PPC é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. As atividades caracterizadas como PCC podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas.

Ao tratar do eixo articulador das dimensões teóricas e práticas, no item 3.6, o Parecer CNE/CP nº 9/2001 afirma que a prática na matriz curricular dos cursos de formação não pode ficar reduzida a um espaço isolado, que a reduza ao estágio como algo fechado em si mesmo e desarticulado do restante do curso. Assim, o curso de Licenciatura de História propôs a organização das PCCs articuladas em disciplinas específicas, nos Laboratórios de Ensino de História e em projetos de ensino e extensão.

3.3.16 Laboratórios de Ensino de História (LHis)

O artigo 13, da Resolução nº 2 de 2015 (CNE/CP) aponta a necessidade de formação para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, considerando alguns princípios para a formação inicial de professores, a saber: sólida formação teórica e interdisciplinar; unidade teoria-prática; trabalho coletivo e interdisciplinar e compromisso social e valorização do profissional da educação. Esses princípios fundamentarão as práticas pedagógicas desenvolvidas nas disciplinas de Laboratórios de Ensino de História (LHis).

A criação do LHis atende também a uma demanda claramente expressa no “instrumento de avaliação de cursos de graduação (2017)”³, que considera crucial para possível obtenção de nota máxima, no quesito “infraestrutura”, que os laboratórios didáticos atendam “às necessidades do curso, de acordo com o PPC e com as respectivas normas de funcionamento”. A proposta pedagógica dos LHis também está em consonância com o artigo 2º da Resolução nº 2/2015 (CNE/CP), parágrafo 2º ao destacar:

No exercício da docência, a ação do profissional do magistério da educação básica é permeada por dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas por meio de sólida formação, envolvendo o domínio e manejo de conteúdos e metodologias, diversas linguagens, tecnologias e inovações, contribuindo para ampliar a visão e a atuação desse profissional.

Assim, quatro LHis farão parte deste PPC: Laboratório de ensino de História I (LHis I): Diversidade e Equidade (1º período); Laboratório de Ensino de HistóriaII (LHis II): Tecnologias da Informação e Comunicação (2º período); Laboratório de Ensino de História III (LHis III): Metodologia do Ensino de História (3º período) e Laboratório de Ensino de História IV (LHis IV):História do Tempo Presente (4º período). Os LHis se caracterizam como laboratórios didáticos de ensino e de aprendizagem, isto é, como espaços para desenvolver atividades pedagógicas de integração teoria e prática, construção de procedimentos ensino e pesquisa, bem como o uso de métodos e manuseio de tecnologias que subsidiarão as ações didáticas dos futuros professores no ensino fundamental (6º ao 9º ano) e ensino médio.

As 405 horas de prática como componente curricular (PCC) serão distribuídas ao longo do processo formativo em disciplinas específicas articuladas aos LHis, em consonância com as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº 7/2010; Base Nacional Comum Curricular –Ensino Fundamental (aprovada em dezembro de 2017); Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de História (Parecer nº CNE/CES 492/2001) e

³BRASIL. **Instrumento de avaliação dos cursos de graduação**: presencial e a distância. Brasília: INEP, 2017. p.36.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (Resolução nº 2 CNE/CP de 2015).

Período	Laboratório de Ensino de História	Disciplinas específicas
1º	Laboratório de ensino de História I (LHis I): Diversidade e Equidade	História dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins História Antiga
2º	Laboratório de Ensino de História II (LHis II): Tecnologias da Informação e Comunicação	História Medieval Teoria da História I Epistemologias das Ciências Sociais História da Educação
3º	Laboratório de Ensino de História III (LHis III): Metodologia do Ensino de História	História Moderna I Currículo, Política e Gestão Educacional
4º	Laboratório de Ensino de História IV (LHis IV): História do Tempo Presente	História do Brasil I História Moderna II Historiografia

Cada disciplina específica terá 15 horas para o desenvolvimento da PCC, ou seja, o(a) professor(a) responsável pela disciplina escolherá com a turma objetos de conhecimento da Base Nacional Comum Curricular para a construção das PCCs. Os acadêmicos terão essa carga horária para receberem orientações sobre a elaboração de planos de aula, em grupos, voltados para o ensino fundamental e médio, bem como para pesquisarem em outras fontes (livros didáticos, *sites* educacionais, livros paradidáticos etc.), subsídios que possam enriquecer seus planejamentos.

No processo de planejamento, desenvolvimento e avaliação da PCC, os acadêmicos vivenciarão “situações didáticas em que os futuros professores coloquem em uso os conhecimentos que aprenderem, ao mesmo tempo em que possam mobilizar outros, de diferentes naturezas e oriundos de diferentes experiências, em diferentes tempos e espaços curriculares”, conforme destaca o Parecer CNE/CES nº 15/2005.

Assim, nas três últimas semanas no LHis, os acadêmicos apresentarão como articularam teoria e prática durante o planejamento e o desenvolvimento de aulas, voltadas ao ensino fundamental e médio. Esse processo será assistido por todos os professores(as) das disciplinas específicas do período e o(a) professor(a) responsável pelo LHis para avaliarem os planos, as aulas e construir as perspectivas interdisciplinares para abordagem dos conteúdos ministrados, bem como fortalecerem o trabalho colaborativo, enfatizado pela Resolução nº 2 CNE/CP de 2015. De acordo com Pombo (2005), a interdisciplinaridade pode ser caracterizada como combinações, convergências e complementariedades de pontos de vista. Em outras palavras, no processo das PCCs estarão reunidos docentes e discentes para refletir sobre a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e

metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos. Será um espaço privilegiado para o aprofundamento de conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem entre saberes científicos e culturais, nos valores éticos, políticos e estéticos inerentes ao ensinar e aprender, na socialização e construção de conhecimentos, no diálogo constante entre diferentes visões de mundo, conforme apontado pela Resolução nº 2 CNE/CP de 2015.

Há outras disciplinas específicas que seguirão a mesma metodologia de trabalho descrita, mas as apresentações dos planos de aulas, bem como de outras práticas articuladas às questões da educação básica, serão realizadas em encontros nos Estágios Supervisionados.

Período	Estágio Supervisionado	Disciplinas específicas
5º	Estágio supervisionado I	História do Brasil II
		Ensino de História
		História da América Ameríndia
6º	Estágio supervisionado II	História do Brasil III
		História Contemporânea I
		História das colonizações da América
7º	Estágio supervisionado III	História do Brasil IV
		História da América Contemporânea
		Antropologia das populações afro-brasileiras
		História Contemporânea II
8º	Estágio supervisionado IV	História Indígena
		História da África

De acordo com o artigo 3º da Resolução nº 2 CNE/CP de 2015, parágrafo 6º, o projeto de formação deve ser elaborado e desenvolvido por meio da articulação da instituição de educação superior com o sistema de educação básica, contemplando a inserção dos estudantes de licenciatura nas instituições de educação básica da rede pública de ensino, espaço privilegiado da práxis docente, bem como o contexto educacional da região onde será desenvolvido.

Além das apresentações dos planos e das aulas nos LHis, poderão ser planejadas ações nas escolas públicas e em parceria com os acadêmicos do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), envolvendo análise de situações pedagógicas; uso de tecnologias da informação e comunicação (TIC); investigação de narrativas orais e escritos de professores e/ou produções dos estudantes da educação básica; desenvolvimento de estudos de caso ou produção de material didático.

É importante destacar que a Resolução nº 2 CNE/CP de 2015 e na LDB 9394/96, o conceito de “docência ampliada” vem se fortalecendo na atualidade, apontando para saberes docentes que devem estar presentes na formação inicial e continuada de

todos(as)professores(as), não mais restritos aos pedagogos, tendo em vista que há docentes, com licenciaturas específicas, presentes também cargos de gestão escolar.

No artigo 3º, parágrafo 5º consta a necessidade de “a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Nessa perspectiva, este PPC propõe que as PCCs também incluam as questões socioambientais, direitos humanos, éticas, estéticas; relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade; questões sobre ensino e aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras); educação especial; educação escolar indígena, do campo e quilombola. Essas temáticas também poderão ser desenvolvidas em ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão, incluindo a participação de professores em atuação, membros de comunidades tradicionais da região (indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco-de-babaçu, pescadores, povo de santo, camponeses tradicionais, capoeiristas, extrativistas, retireiros do Araguaia etc.), movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

O artigo 5º da Resolução CNE/CP nº 2/2015 apresenta a necessidade da formação de profissionais do magistério, assegurando a base comum nacional, pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação teoria e prática e à exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da educação básica e da profissão. Portanto, a expectativa é que as atividades desenvolvidas nas práticas como componentes curriculares, articuladas ao ensino, pesquisa e extensão, possam contribuir para a construção desse profissional, em busca da “equidade no acesso à formação inicial e continuada, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, regionais e locais” (CNE, 2015, p. 4) e dos aspectos presentes na Resolução CNE/CP nº 2/2015, destacados no infográfico a seguir:



Para isso, pressupõe-se que o currículo do curso de Licenciatura em História seja entendido como algo em processo, aberto às diferenças, aos contextos historicamente marcados e às temporalidades dos sujeitos implicados nesse processo.

3.3.17 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

A elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso deve estar em consonância com o seguinte conjunto de normas que regulamentam a entrega dos trabalhos acadêmicos para disponibilização nas bibliotecas do Sistema de Bibliotecas (SISBIB) UFT:

- RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE) No 05/2011 - Dispõe sobre a criação e regulamenta do Repositório Institucional (RIIUFT) e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTDIUFT).
- RESOLUÇÃO DO CONSUNI N° 25, DE 28 DE JUNHO DE 2017 Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento e Atualização de Coleções do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins.
- RESOLUÇÃO DO CONSUNI No 07, DE 15 DE ABRIL DE 2015- Dispõe sobre o Regimento Geral do Sistema de Bibliotecas (SISBIB) no âmbito da Universidade Federal do Tocantins.

- RESOLUÇÃO DO CONSUNI No 36, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017- Dispõe sobre o Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico-Científicos no âmbito da Universidade Federal do Tocantins.

Assim, para concluir o curso de Licenciatura em História o acadêmico deverá elaborar um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com tema a sua escolha, sob a orientação de um docente do Colegiado do Curso. O TCC poderá ter o formato monografia, artigo científico ou relatório (memorial reflexivo ou plano de aula acompanhado de aula didática).

O TCC deverá ser defendido perante banca examinadora composta pelo orientador e por outros dois membros, sendo pelo menos um do Colegiado do Curso de História, com qualificação adequada para o julgamento do trabalho, conforme regimento de TCC.

As disciplinas Metodologia do Trabalho Científico; Metodologia da pesquisa em História; Projeto de Pesquisa em História e Seminários de Pesquisa ofertarão os subsídios necessários, auxiliando os acadêmicos na definição do projeto de pesquisa e no conhecimento necessário para realização do TCC.

3.3.18 Avaliação do processo de ensino-aprendizagem

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem é concebida neste PPC como um processo contínuo e formativo, articulado ao planejamento e desenvolvimento das ações pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, de forma ética e política. De acordo com Luckesi (2011, p. 264), o conceito de avaliação está relacionado com a “atribuição de qualidade, com base em dados relevantes da aprendizagem dos educandos, para uma tomada de decisão”.

Assim, a avaliação não será utilizada como punição àqueles que não alcançaram os resultados esperados, mas como forma de contribuir para que cada discente identifique melhor as suas necessidades de formação e empreenda o esforço necessário para planejar e desenvolver ações que contribuam no próprio desenvolvimento profissional. Destina-se à análise da aprendizagem dos futuros professores, de modo a favorecer seu percurso e regular as ações de sua formação tendo também a finalidade de certificar sua formação profissional.

O grande desafio enfrentado pelos professores está centrado na avaliação da construção de saberes com enfoque interdisciplinar, que articule diferentes áreas do conhecimento. A construção de um currículo interdisciplinar pressupõe a possibilidade de problematizar a hegemonia e a hierarquização dos saberes e a proposta deste PPC é construir essa perspectiva interdisciplinar nos componentes curriculares específicos, Laboratórios de

Ensino de História, Estágios Supervisionados e ações de pesquisa e extensão, permitindo “tocar zonas do objeto de investigação que o olhar disciplinar especializado não permitia ver, mas que, justamente, se desdobram em camadas múltiplas” (POMBO, 2003, p. 8).

Assim, a avaliação da aprendizagem será feita periodicamente por critérios e instrumentos definidos nos planos de disciplina, em consonância com o Regimento Acadêmico da UFT (Resolução Consepe n. 6 de 2004) que, dentre seus artigos consta:

Art. 84 – Será aprovado em um componente curricular e fará jus aos créditos a ele consignados o acadêmico que satisfizer as seguintes condições:

I – alcançar, em cada componente curricular, uma média de pontos igual ou superior a 5,0 (cinco) após o exame final.

II –ter frequência igual ou maior que 75% (setenta e cinco por cento) às atividades previstas como carga horária no plano do componente curricular, conforme disposto em legislação superior.

§ 1º - Será aprovado, automaticamente, sem exame final, o acadêmico que obtiver média de pontos igual ou superior a 7,0 (sete).

§ 2º - A avaliação de desempenho acadêmico será feita através do coeficiente de rendimento acadêmico.

Cada professor deverá apresentar de forma clara os critérios e os instrumentos de avaliação que serão utilizados, contribuindo para que os discentes conheçam e reconheçam seus próprios métodos de pensar, utilizados para aprender, desenvolvendo capacidade de autorregular a própria aprendizagem, descobrindo e planejando estratégias para diferentes situações.

As concepções teóricas sobre avaliação direcionarão ações pedagógicas de diagnóstico, análise, acompanhamento e proposição de atividades para a superação das dificuldades encontradas e a valorização da aprendizagem dos acadêmicos, bem como a avaliação da própria avaliação. O processo de avaliação deverá ser compreendido como um ato de investigação, comprometido com a aprendizagem dos estudantes acerca do domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão, conforme apontam as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de História (Parecer CNE/CES nº 492/2001).

3.3.19 Avaliação do Projeto do Curso

De acordo com o PPI da UFT, a avaliação do Curso de Licenciatura em História visa promover a qualidade das atividades acadêmicas em articulação com a Avaliação Institucional. Para isso, o processo avaliativo deste PPC será desenvolvido de forma contínua

pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso, em consonância com as orientações metodológicas da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFT.

Destaca-se que esse processo estará em consonância também com a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) nº 005/2005, que aprovou a sistemática orientadora de elaboração e reformulação do Projeto Político-Pedagógico dos Cursos de Graduação da UFT, especialmente o artigo 10:

Após a aprovação do Projeto Político-Pedagógico por este Conselho, serão vedadas alterações estruturais, num prazo inferior à duração mínima do Curso, ressalvados os casos de adaptação às normas emanadas pelo CNE e às emergenciais, a juízo do Consepe.

A CPA é o órgão de representação acadêmica e social permanente responsável pelo processo de avaliação interna institucional da Universidade. Sua finalidade é implementar o processo de autoavaliação (avaliação interna) em caráter institucional e coordená-lo de acordo com as diretrizes, critérios e estratégias estabelecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e em consonância com as diretrizes internas, os princípios e critérios definidos pela Universidade, respeitando as especificidades de suas atividades e sua missão institucional.

De acordo com o PDI da UFT, a avaliação do PPC deve ser considerada como ferramenta construtiva que contribui para identificar possibilidades, orientar, justificar, escolher e tomar decisões em relação às experiências vivenciadas, aos conhecimentos disseminados ao longo do processo de formação profissional e a interação entre o curso e os contextos local, regional e nacional. Tal avaliação deverá levantar a coerência interna entre os elementos constituintes do PPC e a pertinência da estrutura curricular em relação ao perfil desejado e o desempenho social do egresso, para possibilitar que as mudanças se deem de forma gradual, sistemática e sistêmica. Seus resultados subsidiarão e justificarão reformas curriculares, solicitação de recursos humanos, aquisição de material etc.

Portanto, a avaliação permanente do PPC é importante para aferir o sucesso do currículo para o curso, bem como para certificar-se de alterações futuras que venham a melhorar este projeto, considerando que ele é dinâmico e flexível e deve passar por constantes reflexões. A avaliação do PPC contará com a participação da comunidade acadêmica, por meio de “rodas de conversa”, realizadas uma vez a cada semestre, para sua readequação e para servir de retroalimentação do processo e fundamentação para tomada de decisões institucionais, que permitam a melhoria da qualidade de ensino.

3.3.20 Autoavaliação e avaliação externa

As avaliações do Curso de Licenciatura em História serão realizadas e de acordo com a Política Pública de Avaliação do Ensino Superior, instituída pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES (Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004). Esse sistema permitirá o Curso ser avaliado enquanto pertencente à UFT e o desempenho dos discentes por meio do Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes (Enade). O seu objetivo é avaliar o desempenho dos estudantes com relação aos conteúdos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial.

Ademais, o Curso terá avaliações, censos e cadastros internos e externos à própria UFT, fazendo parte do acompanhamento do desenvolvimento do Curso. Como parte integrante da avaliação institucional os docentes/disciplinas serão avaliados pelos acadêmicos a cada semestre no ato da matrícula. Nesse sentido, todos os aspectos vinculados ao fazer e às orientações teórico-metodológicas estarão permanentemente sendo objeto de avaliação no âmbito da Avaliação institucional sob a coordenação da CPA da UFT.

4 CORPO DOCENTE, CORPO DISCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

4.1 Formação acadêmica e profissional do corpo docente

O quadro apresenta as informações da formação acadêmica e disciplinas ministradas pelos docentes do curso. Em cada semestre, durante a distribuição de disciplinas ocorrerão rodízios para ministrá-las, baseada no diálogo entre os professores interessados.

Professor(a)	Título e área de formação	Interesses de pesquisa	Disciplinas ministradas	Jornada de trabalho
Euclides Antunes de Medeiros	Doutor em História	História, com ênfase em História Regional do Brasil	Teoria da História I e II	Dedicação exclusiva
Braz Batista Vas	Doutor em História	História Militar, Guerra do Paraguai, Exército, Logística Tecnologias da Informação e Comunicação no Ensino de História.	Laboratório de ensino de História II (LHisII): Tecnologias da Informação e Comunicação	Dedicação exclusiva

			História da América Contemporânea	
Dimas José Batista	Doutor em História Social	Brasil-império, História do Brasil República, História e Direito, História Regional do Brasil, História da Marginalização, Exclusão e Cidadania, História Social da Saúde e Bibliografia da Escravidão	História do Brasil II e III	Dedicação exclusiva
Eugênio Pacelli de Moraes Firmino	Mestre em Educação Brasileira	Ensino-Aprendizagem, Ensino de História, Ideologia, Identidade e História Local e Regional, História e Cinema	Ensino de História Laboratório de ensino de História IV(LHisIV): História do Tempo Presente	Dedicação exclusiva
Martha Victor Vieira	Doutora em História Social	História do Brasil; História da província de Goiás, Poder Político, Imprensa, Livros Didáticos e Direitos Humanos	História do Brasil I e IV	Dedicação exclusiva
Marcos Edilson de Araújo Clemente	Doutor em História Social	História e memória, Guerrilha do Araguaia, Cangaço e Cultura Política, Historiografia, medievalidades, Fotografia e Ensino, História Regional e Narrativa Histórica	História Medieval Historiografia	Dedicação exclusiva
Luciano Galdino da Silva	Doutor em Ciências (História Econômica)	Educação e Patrimônio Cultural	Estágio Supervisionado I, II, III e IV	Dedicação exclusiva
Vera Lúcia Caixeta	Doutora em História Social	História das Mulheres e Relações de Gênero, Ensino de História, Narrativas de Médicos e Frades pelo Antigo Norte de Goiás	Metodologia da pesquisa em História Projeto de pesquisa em História	Dedicação exclusiva
Dagmar Manieri	Doutor em Ciências Sociais	Teoria da História, Ensino de História, Antropologia Cultural e Hermenêutica	História Antiga Seminários de pesquisa	Dedicação exclusiva
Dernival Venâncio Ramos Júnior	Doutor em História	Literatura e História, Oralidade e Cultura Escrita História da América	História da América Ameríndia História da África	Dedicação exclusiva
Plábio Marcos Martins Desidério	Doutor em Comunicação	Sociologia da Comunicação, Mídia, Televisão, Telenovela, Gênero, Cultura Popular, Cultura Urbana, Mídias Sociais	Epistemologias das Ciências Sociais Antropologia das populações afro-brasileiras	Dedicação exclusiva
Olivia Macedo Miranda de Medeiros	Doutor em História	Linguagens, Literatura, Territórios, Memória, Modos de Viver, Relações e Práticas de Trabalho e Estética	História dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins História Indígena	Dedicação exclusiva
Bertone de Oliveira Sousa	Doutor em História	História e religiosidades, protestantismo/pentecostalismo, secularização, fundamentalismos religiosos, religião e política	História Contemporânea I e II	Dedicação exclusiva

Rosária Helena Ruiz Nakashima	Doutora em Educação	Didática; Letramento Digital na Formação de Professores; Saberes e Narrativas de Formação; e Estudos Interdisciplinares de Cultura e Território, articulados à Educação	Didática Currículo, Política e Gestão Educacional Psicologia da aprendizagem	Dedicação exclusiva
Sariza Oliveira Caetano Venâncio	Doutora em Antropologia Social	História e Religiosidades Religiões afro-brasileiras Cultura Popular Antropologia História da África e afrodescendentes Metodologias de pesquisa	Metodologia do trabalho científico Laboratório de ensino de História I(LHisI): Diversidade e Equidade	Dedicação exclusiva
Thiago Groh de Mello Cesar	Doutor em História Social	História Moderna História do Brasil Colonial História da América Colonial História de Portugal Moderno Inquisição Portuguesa Diplomacia Religião e religiosidade Judaísmo/ cristãos-novos Catolicismo Micro-história/Teoria da história	História Moderna I e II História das colonizações na América	Dedicação exclusiva
Marina Grigório Barbosa de Sousa	Mestre em Educação	Metodologia de Pesquisa em Educação; Currículo e Formação de Docentes; Movimento Negro; Políticas Públicas e Educação Superior; Raça; Racismo; Identidade Racial Negra; Políticas de Promoção e Acesso ao Ensino Superior; Ações Afirmativas	Estágio Supervisionado I, II, III e IV	Dedicação exclusiva
Wellington Amarante Oliveira	Doutor em História	Ensino de História, História e Mídia	História da Educação Laboratório de ensino de História III (LHis III): Metodologia do Ensino de História	Dedicação exclusiva

4.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão de caráter consultivo, propositivo e de acompanhamento, responsável pela formulação, implementação, desenvolvimento, atualização e consolidação do PPC.

A Portaria nº 1.123, DE 4 DE OUTUBRO DE 2012, que instituiu o NDE no curso de História e, atualmente, o Núcleo é composto pelos seguintes membros:

Membros do NDE	Título e área de formação
Euclides Antunes de Medeiros	Doutor em História
Braz Batista Vas	Doutor em História
Dimas José Batista	Doutor em História Social
Eugênio Pacelli de Moraes Firmino	Mestre em Educação Brasileira
Marcos Edílson de Araújo Clemente	Doutor em História Social
Luciano Galdino da Silva	Doutor em Ciências (História Econômica)
Vera Lúcia Caixeta	Doutora em História Social
Dernival Venâncio Ramos Júnior	Doutor em História
Rosária Helena Ruiz Nakashima	Doutor em Educação
Sariza Oliveira Caetano Venâncio	Doutora em Antropologia Social

De acordo com Nota Técnica da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) da UFT, baseada na Resolução do Comissão Nacional de Avaliação de Ensino Superior (CONAES) nº 1, de 17/06/2010 (normatiza o NDE e dá outras providências), são atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- I – Elaborar, desenvolver e acompanhar implementações e estruturas referentes ao projeto pedagógico de curso;
- II – Prezar pela atualização do projeto pedagógico de acordo com os fundamentos legais e pedagógicos presentes nas diretrizes do curso e na legislação correlata;
- III – Encaminhar, ao Colegiado do curso, todas as recomendações expostas e discutidas durante as reuniões dos membros do NDE para aprovação;
- IV- Zelar pela consolidação do perfil profissional do egresso, propor as reestruturações necessárias e contribuir para a adequação do mesmo às diretrizes e objetivos do curso;
- V – Colaborar para a integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes do currículo;
- VI – Incentivar e contribuir para o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão de acordo com as necessidades da graduação, as exigências do mercado de trabalho e em consonância com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- VII – Indicar a aquisição de lista de títulos bibliográficos e outros materiais necessários ao curso;
- VIII – Propor encaminhamentos de ordem pedagógica, didática e administrativa que se sejam profícuas ao desenvolvimento das atividades do Curso,
- IX – Prezar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Na Resolução do CONAES nº 1, de 17/06/2010 consta que o NDE deve ser constituído por docentes, que exerçam liderança acadêmica no seu âmbito, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

4.3 Produção de material didático ou científico do corpo docente

A partir do Currículo *Lattes* dos professores é possível identificar as produções, tais como: livros, capítulos de livros, artigos em periódicos especializados, textos completos em

anais, de eventos, resumos publicados em anais de eventos, propriedade intelectual depositada ou registrada, produções técnicas relevantes, marcas, patentes, produções artísticas e culturais.

Professor(a)	Link para Currículo Lattes
Euclides Antunes de Medeiros	http://lattes.cnpq.br/2099194343540663
Braz Batista Vas	http://lattes.cnpq.br/5505825684588218
Dimas José Batista	http://lattes.cnpq.br/8452656967396288
Eugênio Pacelli de Moraes Firmino	http://lattes.cnpq.br/5330640543899469
Martha Victor Vieira	http://lattes.cnpq.br/5711509298437122
Marcos Edílson de Araújo Clemente	http://lattes.cnpq.br/4697847161055221
Luciano Galdino da Silva	http://lattes.cnpq.br/7357448714880374
Vera Lúcia Caixeta	http://lattes.cnpq.br/1092667927802131
Dagmar Manieri	http://lattes.cnpq.br/0328674543484561
Demival Venâncio Ramos Júnior	http://lattes.cnpq.br/9941464654933458
Plábio Marcos Martins Desidério	http://lattes.cnpq.br/1698634579106922
Olivia Macedo Miranda de Medeiros	http://lattes.cnpq.br/6930347487835706
Bertone de Oliveira Sousa	http://lattes.cnpq.br/6791947825592983
Rosária Helena Ruiz Nakashima	http://lattes.cnpq.br/1260810466635374
Sariza Oliveira Caetano Venâncio	http://lattes.cnpq.br/0694162308436554
Thiago Groh de Mello Cesar	http://lattes.cnpq.br/9076530354425885
Marina Grigório Barbosa de Sousa	http://lattes.cnpq.br/4403117726879009
Wellington Amarante Oliveira	http://lattes.cnpq.br/744359430062190

4.4 Formação e experiência profissional do corpo técnico-administrativo que atende ao curso de graduação

O técnico-administrativo Gilberto Hachiro Ichihara possui graduação em Letras Licenciatura (UFT, 2007) e Especialização em Gerontologia (UFT, 2012); ele é servidor público na UFT desde 2006 e, atualmente, atua na Secretaria Unificada de Cursos (SEUC).

5 INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATORIAIS

5.1 Laboratório, Núcleo, Centro e outras instalações

Nome	Objetivos	Finalidades	Disciplinas do curso vinculadas	Infraestrutura
Centro de Documentação Histórica (CDH)	Recolher, organizar, tratar e disponibilizar documentação para pesquisas	Espaço aberto a consultas para o público em geral. Espaço para a realização de pesquisas e práticas pedagógicas do Curso de	Todas	Sala – Bloco C

		História e demais cursos da UFT.		
Núcleo de Estudos e Pesquisas da Violência (NUPEV)	Refletir sobre as diversas relações construídas pelos atores sociais, no âmbito da violência, e acerca da historiografia que é produzida a respeito deles e da violência	Desenvolvimento de pesquisas e sua difusão, não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições da sociedade civil, bem como em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural.	Todas	Sala – Bloco C
Núcleo de Estudos da História da Arte e da Cultura (NEHAC/UFT/Araguaína)	1- Promover uma discussão sobre as relações entre literatura e história. 2-Discutir as relações entre culturas tradicionais, culturas do trabalho e as manifestações estéticas na Amazônia e nos Vales dos rios Araguaia e Tocantins. 3-Compreender as formas de resistência cultural constituídas pelos povos indígenas e ou comunidades tradicionais.	Compreensão das relações arte, cultura e sociedade no âmbito das dimensões éticas, estéticas e constituidoras das diversas formas, modos e meios de linguagens sociais e artísticas na Amazônia e na região dos Vales dos rios Araguaia e Tocantins.	História dos Vales dos rios Araguaia e Tocantins História Indígena	
Laboratórios de Ensino de História (LHis) <ul style="list-style-type: none">• Diversidade e Equidade• Tempo Presente	Construir processos pedagógicos entre professores e estudantes articulados nas áreas de conhecimento específico, pedagógico e interdisciplinar, nas políticas de gestão, nos fundamentos e nas teorias sociais e pedagógicas para a formação ampla e cidadã e para o aprendizado nos diferentes etapas e modalidades da educação básica.	Espaço para articulação teoria e prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade ensino, pesquisa, extensão e gestão educacional.	Todas	Sala – Bala II
Laboratórios de Ensino de História (LHis) <ul style="list-style-type: none">• Tecnologias da Informação e Comunicação• Metodologia do Ensino de História	Construir processos pedagógicos entre professores e estudantes articulados nas áreas de conhecimento específico, pedagógico e interdisciplinar, nas políticas de gestão, nos fundamentos e nas	Espaço para articulação teoria e prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade ensino, pesquisa,	Todas	Sala – Bala II

	teorias sociais e pedagógicas para a formação ampla e cidadã e para o aprendizado nas diferentes etapas e modalidades da educação básica.	extensão e gestão educacional.		
NEUZA – Núcleo de Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas Agroecológicas	Desenvolver proposta inter e transdisciplinar, destinado a coordenar atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma integrativa em saberes e práticas agroecológicas em saberes e práticas agroecológicas.	Espaço de integração dos diversos saberes acadêmicos e não acadêmicos. As soluções e práticas desenvolvidas são pensadas de maneira integrativa por acadêmicos e comunitários a partir do existente nas comunidades: seus saberes, práticas e repertório material e socioambiental.	Todas	Sala 15 (sala provisória) – Bloco D
Núcleo de Formação Docente (NuFor)	Contribuir para a formação de grupos de estudo na área de educação, ensino e formação de professores, de forma interdisciplinar, transdisciplinar e multidisciplinar.	Expansão e fortalecimento de ações para a melhoria da educação na região, especialmente por meio das atividades de pesquisa nos cursos de licenciatura no Câmpus de Araguaína.	Todas	
Laboratório de Estudos de Políticas e Sociedade (LEPOLIS)	Reunir docentes, discentes, da graduação e pós-graduação da UFT, bem como membros da comunidade e de outras instituições educacionais para discutir sobre cultura política e as relações entre Estado e sociedade;	Espaço de diálogo e debates de caráter interdisciplinar, entre docentes e discentes do curso de graduação e pós-graduação, visando à promoção de atividades de ensino, pesquisa e extensão.	Todas	Sala – Bala II
Laboratório de Pesquisa em História (LAPHIS)	Promover eventos, minicursos e oficinas na área de pesquisa em História e fortalecer e ampliar os núcleos, grupos e linhas de pesquisa ligados ao curso de História.	Espaço de diálogo e experimentações, teóricas e práticas, no âmbito da pesquisa em História, como estrutura laboratorial mínima, com capacidade de reestruturações e ampliações sistemáticas e progressivas, em consonância com o desenvolvimento da pesquisa científica, do ensino e da extensão na área de História.	Todas	Sala – Bala II

As aulas do curso de História acontecem nas no Bloco H (H-110; H-111; H210 e H211). Os professores compartilham uma sala de 27,9 m², subdividida por divisórias. A sala da Coordenação de História está localizada no Bala 1, no térreo.

5.2 Biblioteca

A Biblioteca do Câmpus de Araguaína (Cimba) possui uma área climatizada de 270 m²; 10 módulos de estudo individual; 13 mesas para estudo de grupo; sala de processamento técnico e setor de circulação e atendimento.

Seu acervo supre a demanda de 7 (sete) cursos em licenciaturas e 3 (três) cursos em gestão são eles: Biologia, Física, Geografia, História, Letras, Matemática e Química; Cooperativismo, Logística e Turismo.

Há aproximadamente 13 mil títulos e 27 mil exemplares de livros. Em relação aos multimeios há 263 títulos (CDs, DVDs e fitas cassete) disponíveis à comunidade acadêmica. Também estão disponíveis alguns periódicos, conforme mostra o quadro:

Área	Títulos	Exemplares
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	24	142
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	17	19
ENGENHARIA/TECNOLOGIA	7	43
CIÊNCIAS DA SAÚDE	14	143
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	7	150
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	57	384
CIÊNCIAS HUMANAS	217	2043
LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	40	299
TOTAL	383	3223

Fonte: <http://ww2.uft.edu.br/index.php/araguaina/infra-estrutura-7>

5.3 Periódicos especializados

A UFT participa da “Comunidade Acadêmica Federada” (CAFe) que permite o acesso remoto ao conteúdo assinado do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a partir do usuário e senha de docentes e discentes regularmente matriculados.

A CAFe é um serviço de gestão de identidade que reúne instituições de ensino e pesquisa brasileiras através da integração de suas bases de dados. Isso significa que, por meio

de uma conta única (*login* e senha institucionais), o usuário pode acessar, de onde estiver, os serviços de sua própria instituição e os oferecidos pelas outras organizações que participam da federação.

O Portal de Periódicos da Capes (<https://www.periodicos.capes.gov.br/>) é uma biblioteca virtual, que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta com um acervo de mais de 36 mil periódicos com texto completo, 130 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias, obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

5.4 Instalações e equipamentos complementares

O curso de Licenciatura em História possui quatro salas de aula, todas com pontos de internet, mesa, quadro branco e cadeiras para docente e discentes.

Para reservar outras salas e equipamentos, o docente deve acessar a intranet do Câmpus universitário de Araguaína (<http://araguaina.uft.edu.br/intranet/>), que compreende um conjunto de ferramentas que visa atender uma série de fluxos administrativos. Esse serviço é mantido pelo Setor de Tecnologia da Informação do Câmpus Universitário de Araguaína e seu acesso é restrito aos servidores desse Câmpus.


5.5 Área de lazer e circulação

O Câmpus de Araguaína (Cimba) possui dois “Espaços de Convivência” com o objetivo de criar ambientes de vivência, diálogo, interação, lazer e cultura à comunidade acadêmica.

5.6 Recursos audiovisuais

Os principais equipamentos utilizados pelos docentes e discentes são computadores, projetores multimídia e caixas de som. Na sala H-28 ocorrem algumas das aulas do curso de História e lá há um projetor multimídia e caixas de som instalados.

5.7 Acessibilidade para portador de necessidades especiais (Decreto nº 5.296/2004)



A Unidade Cimba foi edificada com rampas de acesso aos prédios e banheiros para pessoas com deficiência. A coordenação do curso de História organiza a trocas de sala dos andares superiores para o térreo, a fim de atender a alunos e/ou professores com deficiência física.

5.8 Sala de Direção do Câmpus e Coordenação de Curso

As salas de Direção e Coordenação de Curso são organizadas de forma a permitir a privacidade do Diretor de Câmpus e Coordenador de Curso no atendimento aos docentes, discentes e técnicos administrativos. A sala da Coordenação de Curso possui mesa de trabalho, computador, armários, arquivos e cadeiras para a comodidade dos atendidos.

6 APÊNDICES DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

- Regimento Interno do Curso de Licenciatura Plena em História
- Regimento do TCC
- Regimento dos Estágios Supervisionados



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA

Regimento Interno do Curso de Licenciatura Plena em História

Atualização em 16/04/2019.

Araguaína
2019

Capítulo I

Da Natureza e Finalidade

Art. 1º. O Colegiado do Curso de Licenciatura Plena em História criado pelo Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins, constitui órgão consultivo, normativo, administrativo e deliberativo do nível de sua competência, de acordo com o que estabelece o Regimento Acadêmico, o Regimento Geral e o Estatuto da UFT, devendo contribuir para a organização, o funcionamento, a expansão e o aperfeiçoamento do curso de História.

Capítulo II

Da Composição

Art. 2º. O Colegiado do Curso de Licenciatura Plena em História é composto de todos os docentes efetivos e substitutos da área específica, de docentes de áreas afins em exercício no curso e de representantes discentes eleitos pela totalidade do corpo discente do respectivo curso, até o máximo de 30% (trinta por cento), do total dos integrantes.

Art. 3º. O Presidente do Colegiado exercerá, cumulativamente, a função de coordenador do curso.

§ 1º. O Presidente será auxiliado por um(a) secretário(a) ou, na falta dele(a), por um integrante do colegiado escolhido em datas alternadas pelos membros do colegiado.

§ 2º. Na falta ou impedimento do titular a presidência será assumida pelo coordenador substituto do curso eleito pelos membros do colegiado, conforme consta no art. 38, § 2º do Regimento Geral da UFT.

Capítulo III

Das Atribuições

Seção I

Das Atribuições do Colegiado

Art. 4º Compete ao Colegiado, em conformidade com o art. 37 do Regimento Geral da UFT:

- I - propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular dos cursos correspondentes, estabelecendo o elenco, o conteúdo e a sequência das disciplinas que o formam, com os respectivos créditos;
- II - propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso nos respectivos cursos;
- III - estabelecer normas para o desempenho dos professores orientadores para fins de matrícula;

- IV - opinar sobre os processos de verificação do aproveitamento adotados nas disciplinas que participem da formação dos cursos sob sua responsabilidade;
- V - fiscalizar o desempenho do ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso coordenado;
- VI - conceder dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamento ou adiantamento de inscrição e mudança de curso mediante requerimento dos interessados, reconhecendo, total ou parcialmente, cursos ou disciplinas já cursados com aproveitamento pelo requerente;
- VII - estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;
- VIII - decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;
- IX - propugnar para que os cursos sob sua supervisão se mantenham atualizados;
- X - eleger o Coordenador e o Coordenador Substituto;
- XI - coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional dos cursos sob sua orientação.

Art. 5º. Os professores de uma mesma área de conhecimento do curso ou de vários cursos em áreas afins poderão reunir-se periodicamente, em colaboração com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), para analisar assuntos referentes às respectivas áreas de conhecimento, identificar problemas, propor soluções e prestar auxílio mútuo.

Parágrafo Único. As propostas, a que se referem o *caput* do artigo anterior, que afetarem a natureza, a finalidade e as competências dos cursos deverão ser objeto de apreciação e deliberação dos respectivos colegiados.

Seção II

Das Atribuições do Presidente do Colegiado

Art. 6º. Compete ao Presidente do Colegiado, em conformidade com o art. 38 do Regimento Geral da UFT:

- I. representar sua Coordenação de Curso como membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- II. presidir os trabalhos da Coordenação de Curso;
- III. propor ao Diretor do Campus a substituição do seu representante no Conselho Diretor, nos termos do Regimento do Campus;
- IV. responder, perante o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, pela eficiência do planejamento e coordenação das atividades de ensino nos cursos sob a sua responsabilidade;
- V. expedir instruções referentes aos cursos;
- VI. representar contra medidas ou determinações emanadas da Direção ou do Conselho Diretor que interfiram nos objetivos ou normas fixados para o curso pelo Colegiado.
 - § 1º - Os Coordenadores de Cursos poderão ter regime de trabalho de dedicação exclusiva, incluindo-se as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§ 2º - No impedimento do Coordenador, assumirá a Coordenação o membro escolhido pelo colegiado.

Parágrafo único: A carga horária máxima em sala de aula exercida pelo Presidente do Colegiado deverá ser de 8 (oito) horas-aula semanais, o que não o isentará de desenvolver projetos de pesquisa e extensão, conforme o art. 38, § 1º do Regimento Geral da UFT.

Seção III

Das Atribuições dos Membros do Colegiado

Art. 7º. Aos membros do Colegiado compete:

- I. Zelar pelo cumprimento deste Regimento.
- II. Analisar, discutir, relatar e deliberar nos prazos estabelecidos na sessão sobre os encaminhamentos que lhe forem distribuídos pelo Presidente.
- III. Emitir parecer sobre transferência ou permuta dos docentes de seu colegiado, em consonância com o artigo 112 do Regimento Geral da UFT.
- IV. Compor comissões e subcomissões indicadas ou eleitas pelo colegiado para contribuir com as necessidades do curso.
- V. Comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias.
- VI. Estabelecer um calendário semanal de atendimento para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- VII. Manter um comportamento ético em relação à comunidade acadêmica.
- VIII. O Colegiado poderá, dentro de sua especialidade, viabilizar a criação de comissões compostas por outras entidades, empresas ou instituições com a finalidade de subsidiar o Curso de História e propiciar um campo de discussão sobre temas pertinentes nesta área de conhecimento.
- IX. Cumprir e fazer cumprir as atividades, ações e procedimentos do Projeto Pedagógico do Curso.

Parágrafo Único. Compete aos docentes contratados e substitutos o que reza a lei nº 8.745/93.

Capítulo IV

Do Funcionamento do Colegiado

Art. 8º. O Colegiado reunir-se-á pelo menos uma vez por mês, em caráter ordinário, para deliberar sobre questões administrativas e as reuniões pedagógicas ocorrerão bimestralmente, em observação ao Calendário Acadêmico.

§ 1º. O Colegiado reunir-se-á extraordinariamente quando convocado pelo presidente ou por 2/3 de seus membros.

§. 2º. Caso o/a docente desenvolva atividades acadêmicas no curso de História, sem fazer parte do respectivo colegiado, poderá o mesmo(a) participar das reuniões apenas com direito a voz.

§. 3º. Para efeito deliberativo, o Colegiado funcionará sempre com a presença de metade, mais um de seus membros.

§ 4º. Não havendo quórum deliberativo, nova convocação será promovida nas 24 (vinte e quatro) horas seguintes pelo Presidente.

§. 5º. As reuniões ordinárias do Colegiado serão convocadas por *e-mail*, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, mencionando-se a pauta.

§ 6º. Em caso de urgência, o prazo de convocação poderá ser reduzido, sendo que, neste caso, no *e-mail* serão justificadas as razões, bem como, estabelecerá sobre as condições específicas para a sua realização.

§ 7º. Feita a segunda convocação, e não havendo quórum, o Presidente instalará a sessão e deliberará com qualquer número de presentes.

§ 8º. O tempo máximo de duração das reuniões não poderá exceder a três horas, caso a pauta não seja esgotada proceder-se-á a uma nova reunião.

Art. 9º. As reuniões compreenderão uma parte de expediente à discussão e aprovação da Ata da reunião anterior e assuntos diversos, e outra dedicada à ordem do dia, na qual serão considerados assuntos em pauta, adotando-se o seguinte procedimento:

- I. Abertura da sessão pelo Presidente
- II. Aprovação da ordem do dia.
- III. Leitura e discussão da Ata da reunião anterior.
- IV. Informes.
- V. Debates, encaminhamentos e deliberações.
- VI. Encerramento da sessão.

Parágrafo Único. A convite do Presidente do Colegiado ou da maioria dos membros presentes, pessoas dele não integrantes poderão participar de suas sessões com direito apenas a voz.

Art. 10. O comparecimento dos membros do Colegiado às sessões será comprovado mediante lista de frequência e Ata.

Art. 11. Os debates e os informes realizados devem primar pela objetividade, bom senso e respeito entre os presentes na reunião.

§ 1º. O tempo máximo para informes não deverá ultrapassar 30 (trinta) minutos.

§ 2º. Os debates terão os seguintes encaminhamentos:

- I. As falas devem respeitar a ordem de inscrição, com um tempo máximo de 3 (três) minutos.
- II. As questões de ordem, encaminhamento, esclarecimento e regime de votação devem ser obedecidos.
- III. As falas não poderão sofrer interferência argumentativa, salvo exclamações e pedidos de apargues que poderão ou não ser concedidos.
- IV. As réplicas, tréplicas ou respostas somente serão permitidas em casos extremos.
- V. Será advertido pelo Presidente, em conformidade com o artigo 129 do Regimento Geral da UFT, o membro do Colegiado ou participante da reunião, que incorrer nas seguintes circunstâncias:
 - (a). Desrespeitar aos membros do Colegiado com ofensa ética, moral, racial ou sexual.
 - (b). Abandonar as reuniões sem justificativa expressa.

Art. 12. As deliberações serão adotadas pelo voto da maioria dos membros presentes do Colegiado.

§ 1º. A votação será simbólica, nominal ou secreta, adotando-se a primeira forma, sempre que uma das duas outras não seja requerida ou aprovada pelo plenário ou expressamente prevista nas normas pertinentes.

§ 2º. Além do voto comum, o Presidente do Colegiado terá em caso de empate, o Voto de Qualidade.

§ 3º As deliberações do Colegiado poderão ser revistas desde que:

I -A apresentação da proposta de revisão seja feita por qualquer membro efetivo do Colegiado, com as devidas justificativas;

II - A deliberação sobre a proposta de revisão alcance aprovação de 2/3 de votos dos membros efetivos do Colegiado;

§ 4º. A participação em ações do Colegiado devem envolver apenas os presentes em reuniões que as deliberaram, salvo nos casos em que houver justificativa do membro ausente, mediante indicação de um representante.

Art. 13. As deliberações do Colegiado serão baixadas pelo seu Presidente, sob forma de resolução, homologação ou outra forma compatível com a espécie.

Art. 14. O Comparecimento às reuniões do Colegiado é obrigatório e preferencial em relação a qualquer outra atividade do curso de História.

§ 1º. Em caso de três ausências consecutivas de qualquer dos membros do Colegiado às reuniões, sem justificativas, acarretará advertência pelo Presidente do Colegiado.

§ 2º. No caso de um docente faltar quatro ou mais reuniões de forma injustificada, o fato implicará em advertência pelas instâncias superiores, e, no caso de um representante discente, o mesmo será substituído por outro membro segundo a diretoria do Centro Acadêmico.

§ 3º. Em caso de justificativa relativa à execução de trabalho acadêmico, o docente não terá as ausências contabilizadas.

Das Atividades Acadêmicas do Curso de Licenciatura Plena em História

Art. 15. A estrutura curricular do Curso de História deve atender ao número de horas e as diretrizes estabelecidas pelo CNE/MEC.

§ 1º As atividades e estrutura curricular do curso serão organizadas a partir do Projeto Pedagógico do Curso – PPC.

§ 2º Todos os docentes do Colegiado deverão, em consonância com o PPC, participar das atividades dos Laboratórios de Ensino de História – Lhis.

§ 3º O Colegiado do Curso indicará um docente, dentre seus membros, para se responsabilizar por cada laboratório ligado ao curso.

Art. 16. O aproveitamento de carga horária de atividades complementares, a partir de documentação protocolada pelo alunos, obedecerá aos seguintes parâmetros:

I – 100% quando se tratar de atividades promovidas pelo próprio curso, dos programas de pós-graduação aos quais os docentes do curso estão vinculados ou forem específicas da área de História.

II – Até 60%, mediante análise da Coordenação do Curso, para atividades oriundas de outras áreas ou cursos, no que couber.

Art. 17. Para o bom andamento das atividades acadêmicas e acompanhamento das mesmas pelo Colegiado, fica estabelecido que:

- I. Todos os docentes que ministram aulas no curso de História terão que entregar, por *e-mail*, os programas das disciplinas à Secretaria Unificada dos Cursos (SEUC) e à Coordenação do Curso na semana de planejamento, que antecede ao início das aulas.
- II. Na primeira semana de aula os programas das disciplinas deverão ser apresentados e discutidos com as turmas.

Art. 18. A avaliação segue as normas do Regimento Acadêmico da UFT e do Projeto Político-Pedagógico do curso. Porém, a avaliação de segunda chamada de prova obedecerá aos seguintes critérios específicos do Curso de Licenciatura Plena em História:

- I. A solicitação de segunda chamada de prova poderá ser feita por meio de requerimento em até 3 (três) dias úteis após a realização da avaliação.
- II. Após o deferimento o aluno realizará a avaliação em até 7 (sete) dias letivos.
- III. O conteúdo da segunda chamada de prova deverá contemplar o conteúdo da avaliação realizada e a avaliação deverá ser em forma de prova escrita.

Art. 19. A revisão de prova é um direito do discente, em conformidade com o artigo 93 do Regimento Geral da UFT:

- I. O discente ao se sentir prejudicado em sua avaliação terá o direito de solicitar revisão da mesma, essa solicitação deverá ocorrer no prazo estabelecido pelo calendário da UFT vigente no semestre, para tanto o discente encaminhará o processo às instâncias competentes.

Capítulo VI

Da Eleição para Presidente do Colegiado

Art. 20. O Presidente do Colegiado será eleito entre os docentes do curso de História, em conformidade com o Regimento Eleitoral.

Art. 21. Poderá concorrer para o cargo de Presidente do Colegiado o membro do corpo docente que possua, preferencialmente, formação específica na área de História que seja efetivo e esteja em pleno exercício em suas atividades acadêmicas.

Parágrafo Único. Os docentes que almejem participar do processo sucessório deverão ter dedicação exclusiva à Universidade, sem nenhum outro vínculo empregatício.

Art. 22. No momento do processo eleitoral será formada uma comissão escrutinadora, em conformidade com o Regimento Eleitoral vigente.

Art. 23. Será considerado eleito o candidato que obtiver o maior número de votos dos membros do Colegiado no pleito, em conformidade com o Regimento Eleitoral.

Parágrafo único. Havendo empate entre os concorrentes o critério de desempate obedecerá ao estabelecido no Regimento Eleitoral vigente.

Art. 24. O Presidente será eleito por um prazo de 2 (dois) anos a contar da data de sua posse, permitida apenas uma recondução consecutiva.

Parágrafo Único. A posse do Presidente eleito dar-se-á em conformidade com as normas vigentes.

Art. 25. Perderá o mandato, o membro eleito ou indicado que, sem causa justificada, faltar a mais de três reuniões ordinárias ou extraordinárias consecutivas, ou a 6 (seis) alternadas do respectivo Órgão Colegiado, ou que tenha sofrido penalidades por infração incompatível com a vida universitária, constantes no Estatuto e no Regimento Geral da UFT.

§ 1º. Havendo impedimento à permanência do Presidente do Colegiado no cargo até a realização de um novo pleito, ocupará o lugar do mesmo um coordenador substituto, interinamente, como reza o § 2º. do Artigo 3º. deste Regimento.

§ 2º. Na hipótese de ocorrer a situação prevista no parágrafo anterior o Colegiado do Curso, em comum acordo com a Coordenação do Campus, adotará, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de assunção do cargo pelo coordenador interino, as medidas necessárias à realização de nova eleição, observando-se o disposto neste Regimento, no Regimento Eleitoral e demais normas pertinentes.

Capítulo VII

Disposições Gerais

Art. 26. As propostas de alteração deste Regimento deverão ser encaminhadas ao Colegiado para a devida apreciação e votação, pela maioria absoluta, ou seja, 2/3 dos seus membros.

Art. 27. O Presidente e o Colegiado sujeitar-se-ão às normas constantes neste Regimento, sendo o mandato integral do Presidente exercido na forma deste Regimento e demais normas que regem a Universidade Federal do Tocantins – UFT.

Art. 28. Os casos omissos neste Regimento serão apreciados pelo Colegiado, respeitadas as normas gerais que regem a UFT, especialmente as disposições constantes no Regimento Geral, no Estatuto e no Regimento Acadêmico.

Art. 29. Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação, após receber a homologação do Colegiado do Curso de Licenciatura Plena em História de Araguaína da UFT, e demais instâncias superiores.

Araguaína (TO), 16 de abril de 2019

Colegiado do Curso de História

OBS: O § 3º do Art. 12 foi aprovado em reunião ordinária realizada em 15/05/2009.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT
Colegiado do Curso de Licenciatura em História
Câmpus Universitário de Araguaína

Regimento do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Araguaína – 2019



Sumário

CAPÍTULO I - DA DEFINIÇÃO E FINALIDADE	114	
CAPÍTULO II - DA INSCRIÇÃO E ORIENTAÇÃO	114	
SEÇÃO I - DA INSCRIÇÃO		115
SEÇÃO II - DA ORIENTAÇÃO E CO-ORIENTAÇÃO		115
CAPÍTULO III - DA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO	116	
CAPÍTULO IV - DA AVALIAÇÃO	117	
CAPÍTULO VI - DAS ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR(A) DO COMPONENTE CURRICULAR TCC	117	
CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS	118	

CAPÍTULO I - Da definição e finalidade

Art. 1º. É pré-requisito para matrícula e elaboração do TCC, a integralização do componente curricular “Seminário de Pesquisa”.

Art. 2º. O Trabalho de Conclusão de Curso consiste em trabalho individual, escrito, na forma de artigo, monografia ou relatório (memorial reflexivo ou plano de aula acompanhado de aula didática), a ser entregue ao professor responsável pela Disciplina, contemplando:

I – No tocante à estrutura da monografia - Elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais:

Entende-se por elementos pré-textuais: capa, folha de rosto, apresentação, prefácio, agradecimentos, listas de quadros, tabelas, abreviaturas e quaisquer outros elementos gráficos antepostos ao texto argumentativo;

Entende-se por elementos textuais o texto argumentativo-demonstrativo composto de introdução, desenvolvimento e conclusão fruto de investigação bibliográfica e/ou documental;

Entende-se por elementos pós-textuais todos e quaisquer elementos pospostos ao texto tais como referenciais bibliográficos, anexos, abreviaturas, notas de fim de texto, entre outros de caráter não-argumentativo, informativo e/ou explicativo.

Os textos deverão seguir o Manual de Normalização da UFT.

II – No tocante à estrutura do artigo:

- a) Deverá seguir o Manual de Normalização da UFT e as normas de submissão de artigos das Revista Escritas, disponíveis *on-line* em: <
<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/about/submissions> >.

III – No tocante à estrutura do relatório (memorial reflexivo ou plano de aula acompanhado de aula didática):

- a) Deverá seguir os modelos e as orientações aprovados pelo Colegiado.
b) Deverá seguir o Manual de Normalização da UFT.

Parágrafo Único. A entrega do TCC, para avaliação, aprovação e envio à biblioteca do campus, é requisito obrigatório para a integralização curricular do Curso de Licenciatura em História e consequente participação em colação de grau.

CAPÍTULO II - Da inscrição e da orientação

Seção I - Da inscrição

Art. 3º. A inscrição será feita a partir de formulário eletrônico, disponibilizado pelo curso de História, seguida da anuência do(a) professor(a) orientador(a) indicado e do(a) coordenador(a) do curso, na primeira quinzena letiva do componente curricular “Seminário de Pesquisa”.

§ 1º. Os projetos sem orientação serão apreciados pelo Colegiado para indicação de respectivos(as) orientadores(as).

§ 2º. Os procedimentos de trocas de orientação deverão ser realizados na primeira quinzena letiva do componente curricular “TCC”.

Seção II - Da orientação e co-orientação

Art. 4º. O TCC será elaborado pelo aluno sob a orientação de um professor do Curso de Licenciatura em História (Araguaína-TO), atendidas as exigências regulamentares.

§ 1º. É permitida a co-orientação entre os membros do Colegiado do curso de Licenciatura em História, desde que haja concordância entre orientador, co-orientador e orientado;

§ 2º. As orientações por profissionais de outros cursos da Universidade serão deliberadas pelo Colegiado de História.

§ 3º. As co-orientações por profissionais de outros cursos da Universidade deverão ser informadas ao Colegiado de História.

Art. 5º. Os professores do Colegiado de História poderão orientar, no máximo, 6 alunos, observando-se a afinidade temática dos projetos selecionados com as áreas de pesquisa.

Art. 6º. Compete ao(à) professor(a) orientador(a):

I - Orientar o(s) aluno(s) nas práticas investigativas e técnicas de elaboração, conforme a natureza do TCC;

II - Estabelecer com o orientado o plano de estudos, o respectivo cronograma, os locais (presencial ou remoto) e horários de atendimento;

III – Comunicar ao professor(a) da disciplina TCC, por escrito, as notas do aluno, que por sua vez as lançarão nos diários de classe.

IV – Cumprir rigorosamente os prazos de Inscrição e Entrega do TCC, estabelecidos pelo Colegiado;

V - Definir, ao final do processo de elaboração do TCC, se ele está em condições de ser apreciado pela Banca Examinadora;

VI - Encaminhar o TCC (impresso ou arquivo digital) à respectiva Banca Examinadora;

VII - Informar e divulgar a composição da Banca Examinadora;

X – Relatar, em Ata própria, o resultado final dos exames do TCC, realizando o seu competente arquivamento junto à coordenação;

CAPÍTULO III - Da elaboração e apresentação

Art. 7º. A elaboração do TCC contemplará os princípios pertinentes aos estudos históricos e ao ensino de História, podendo dialogar com as áreas afins.

Art. 8º. Todo TCC deverá trazer o nome do orientador, co-orientador (se houver) e do orientado.

Art. 9º. A apresentação pública do TCC é obrigatória.

Parágrafo único: Em casos especiais, o Colegiado e o orientador poderão decidir por avaliação do TCC por parecer.

Art. 10º. Compete ao orientando:

I - Desenvolver as atividades do TCC, de acordo com o plano e a agenda estabelecidos com o(a) orientador(a);

II - Redigir o TCC com clareza, coerência de ideias, linguagem adequada e revisão ortográfica;

III - Observar rigorosamente os prazos estabelecidos para a entrega do TCC, após o aval do(a) orientador(a), ao professor responsável pela disciplina;

IV – Após as considerações da banca examinadora, analisar juntamente com o(a) orientador(a) as modificações que deverão ser realizadas, antes de entregar a versão final.

V – A entrega da versão final do TCC se dará dentro do prazo do fechamento do diário.

CAPÍTULO IV - Da avaliação

Art. 11 - O TCC deverá ser avaliado por uma banca composta por três membros: orientador(a) e 02 (dois) outros professores, podendo ter a presença de 1 professor externo ao Colegiado de História.

Art. 12. Cada professor do Colegiado de História poderá compor, no máximo, 6 bancas, além da que ele participa como orientador, observando-se a afinidade dos temas desenvolvidos com as áreas de pesquisa.

§1º. A banca examinadora será composta em comum acordo entre orientando e orientador.

Art. 13. O Colegiado de História deliberará sobre as bancas incompletas, dada a restrição contida no artigo 12.

Art. 14 - A avaliação consistirá na atribuição de uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), resultante da média aritmética das avaliações individuais dos respectivos examinadores e/ou respectivos pareceres.

CAPÍTULO VI - Das Atribuições do Professor(a) do componente curricular TCC

Art. 15º. A disciplina de TCC será obrigatoriamente rotativa entre os membros do colegiado de História.

Art. 16. Compete ao/à professor(a) do componente curricular TCC:

§ 1º. Zelar e observar o rigoroso cumprimento deste Regimento;

§ 2º. Ministrar 15 horas de encontros com os(as) matriculados(as), em conformidade com a carga horária teórica, estipulada no PPC.

§ 3º. Solicitar aos professores(as) orientadores(as) que estabeleçam, com seus orientandos, um cronograma de orientação a cada semestre letivo;

§ 4º Realizar reuniões com os(as) matriculados(as), para acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos de orientação e/ou co-orientação;

§ 6º. Encaminhar os TCC's aprovados para a Biblioteca do Campus, conforme legislação em vigor.

§ 7º. Preencher os Diários de Classe, conforme as normas vigentes.

CAPÍTULO VII - Das disposições gerais e transitórias

Art. 17. Os casos omissos neste Regimento serão apreciados pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em História, cabendo recurso ao Conselho de Campus e aos órgãos superiores da Universidade.

Art. 18. Cabe ao Colegiado do Curso de Licenciatura em História fazer toda e qualquer alteração, adaptação ou atualização deste Regimento, para atender a legislação educacional ou as demandas do funcionamento pleno do curso.

Art. 19. Este regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do curso de Licenciatura em História do Campus Universitário de Araguaína.

Araguaína, 16 de abril de 2019.

(Atualizado pelo NDE em 12 de agosto de 2021)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA

Regimento de Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório em História

VERSÃO ATUALIZADA

Araguaína
2019

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Este documento visa normatizar a organização e o funcionamento do Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório do Curso de Licenciatura em História, da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Araguaína. O Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório é normatizado conforme a Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, o Parecer CNE/CP 09/2001, as Resoluções CNE/CP 1/2002, CNE/CP 2/2002, CNE/CP 2/2015 o Parecer CNE/CP 9/2007, a Resolução Nº 003/2005 e Nº 020/2012 do CONSEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) da Universidade Federal do Tocantins e a Norma Técnica de 03/11/2015 que regulamenta os Estágios Obrigatório e Não Obrigatório na Universidade Federal do Tocantins.

CAPÍTULO II

Do Conceito e dos Objetivos

Art. 2º - O Estágio Curricular do Curso de Licenciatura em História, é o conjunto de atividades teórico-práticas relacionadas à área de estudo e pesquisa capaz de construir e reconstruir experiências em torno da dinâmica própria da atividade educacional. Trata-se de um componente obrigatório da organização do curso, uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico.

Art. 3º - O objetivo geral do Estágio Curricular Obrigatório é oportunizar o contato do aluno com questões inerentes ao processo pedagógico, por intermédio do conhecer, interpretar e agir consciente, do desenvolvimento da capacidade científica do estagiário e da prática pedagógica problematizada, teorizada e transformada a partir das intervenções em instituições de ensino.

Art. 4º - Os objetivos específicos do Estágio Curricular Obrigatório são:

- I. Promover situações de observação ao licenciado e reflexão sobre a prática pedagógica para compreender e atuar em situações contextualizadas.
- II. Criar situações de aprendizagem para a construção de competências nas relações humanas e ensino (saber fazer) a partir do envolvimento direto com a prática e do estudo paralelo dos referenciais teórico-metodológicos que norteiam a prática educativa.

III. Possibilitar ao licenciado sua intervenção na prática, reorganizando as atividades pedagógicas, a partir da problematização, tematização e reelaboração de seus conhecimentos.

IV. Habilitar o aluno a relacionar teoria e prática, problematizando, analisando e teorizando-a para desenvolver o campo teórico-investigativo da educação.

Art. 5º O estágio curricular não obrigatório é um ato educativo escolar supervisionado, de caráter teórico-prático, que tem por objetivo principal proporcionar ao estudante a aproximação com a realidade profissional, com vistas ao aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e pedagógico de sua formação acadêmica.

Parágrafo único: As atividades desenvolvidas como estágio curricular não obrigatório devem estar relacionadas com a área de estudo do Curso em que o estagiário estiver matriculado e com frequência regular.

Art. 6º O estágio curricular não obrigatório poderá ser computado como Atividades Complementares, conforme previsto no Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 7º A UFT será responsável pelo seguro dos estudantes inseridos nos estágios obrigatórios. No caso do estágio curricular não obrigatório, a concedente deverá se responsabilizar por tal procedimento.

CAPÍTULO III Dos Espaços de Estágio

Art. 9º - Constituem espaços de Estágio Curricular Obrigatório (unidades concedentes) as instituições de educação básica da rede pública e particular de ensino. O Estágio não obrigatório poderá ocorrer em organizações governamentais e não governamentais cujas ações tenham propósitos educacionais.

Parágrafo único: No mínimo, 70% (setenta por cento) da carga horária total do Estágio Obrigatório deverá ser realizada em instituições de educação básica, preferencialmente em escolas públicas.

Art. 10º - O Estágio Curricular Obrigatório deverá acontecer em instituições de educação básica e/ou organizações localizadas no município onde o curso de licenciatura estiver sediado.

Parágrafo único: Excepcionalmente, a unidade escolar concedente poderá estar fora da sede, desde que aprovado pelo Colegiado do curso, conforme regulamento de Estágio da UFT.

CAPÍTULO IV

Das Atividades e da Avaliação do Estágio Obrigatório e Não Obrigatório

Art. 11 - O Estágio Curricular Obrigatório contempla as seguintes atividades: observação, análise e avaliação do processo pedagógico nas escolas; leitura, planejamento, desenvolvimento de projetos, oficinas e/ou mini-cursos; seleção e/ou elaboração de material didático; docência; e elaboração de Relatório Final. Pesquisas em acervos de organizações não governamentais, produção de textos e relatórios de pesquisa constituem as atividades do Estágio Curricular não obrigatório.

Parágrafo único - O Estagiário deverá cumprir, no mínimo, 20% (vinte por cento) da carga horária total prevista no Art. 11 deste Regimento, em aulas efetivamente ministradas.

Art. 12º - A frequência do estagiário deverá ser de 100% (cem por cento) nas atividades realizadas na Unidade Concedente, e de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) nas atividades realizadas na Universidade.

Art. 13º - A jornada de atividade em estágio não deve ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais. O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e na instituição de ensino.

Art. 14º - A avaliação do Estágio Curricular Obrigatório será realizada:

- I - pelo professor de estágio da Universidade;
- II - pelo supervisor de estágio na Unidade Concedente.

Art. 15º - A avaliação do trabalho desenvolvido pelos estagiários será contínua e dinâmica, considerando-se as seguintes ações:

- I – elaboração do plano estágio antes da execução na Unidade Concedente, sob orientação do professor de Estágio;

- II - participação nos encontros de orientação e cumprimento das atividades planejadas no plano de Estágio Supervisionado Obrigatório;
- III – assiduidade e pontualidade, na fase de regência de classe, em todas as aulas que lhe forem designadas, respeitando o horário determinado na Unidade Concedente;
- IV - registro e documentação das atividades realizadas no campo de estágio, de acordo com o plano de ensino da disciplina;
- V - redigir e encaminhar os Relatórios de Estágio ao professor de Estágio em número de vias definido pelo plano de ensino da disciplina;
- VI - apresentar-se nas atividades de socialização;
- VII - respeitar as normas da Unidade Concedente, mantendo postura ética;
- VIII - cumprir as normas do presente regulamento.

CAPÍTULO V

Da Operacionalização do Estágio Obrigatório e Não Obrigatório

Art. 16º - O Estágio Curricular Obrigatório da Licenciatura em História terá carga horária mínima de 400 (quatrocentos) horas (Parecer CNE/CP 2/2015) e deverá começar a partir do 5º Período do Curso de Licenciatura Plena em História. O Estágio Curricular Não Obrigatório poderá ser realizado a partir do 3º Período do Curso de Licenciatura Plena em História.

Art. 17º - O estagiário que exerça e comprove exercício de atividade docente regular em sua área de formação e/ou área afim, poderá requerer a redução de até o máximo de 170 (cento e setenta) horas da carga horária total mínima a ser cumprida no Estágio Curricular Obrigatório (Resolução CNE/CP 02/2002).

Parágrafo único - A regulamentação dos critérios para redução dessa carga horária será feita com base Regulamentação da Normativa CONSEPE Nº 003/2005 feita pelo Colegiado do Curso de História em 26 de março de 2008.

Art. 18º - Para requerer a redução da carga horária do Estágio Supervisionado, o discente deverá encaminhar, mediante protocolo geral do Campus, a seguinte documentação comprobatória:

- a) requerimento solicitando a redução da carga horária de acordo com a sua experiência docente Ensino Fundamental ou Médio.
- b) comprovação oficial de tempo mínimo de serviço exigido na Resolução 003/2008 com a apresentação dos seguintes documentos:

- Declaração de exercício de docência no Ensino Fundamental para redução de carga horária nos Estágios Supervisionados I e II, assinada pela direção da escola onde ministrou aulas;
- Declaração de exercício de docência no Ensino Médio para redução de carga horária nos Estágios Supervisionados III e IV, assinada pela direção da escola onde ministrou aulas;
- Planos de Ensino assinados pela direção da escola onde ministrou as aulas, segundo as fases da Educação básica na qual se requer a redução de carga horária de Estágio Supervisionado;
- Cópia parcial do Diário Oficial na qual aparece a nomeação para ministração de aulas;
- Cópia do Demonstrativo do último pagamento recebido pelo requerente;
- Cópia Parcial de Diários de Classes das séries em que o requerente ministrou aulas, assinada pela direção da escola.

Art. 19º - Caberá ao Colegiado do Curso de História homologar as atividades do Estágio Supervisionado, a partir do parecer do(s) professor (es) de estágio.

Art. 20º – O Estágio Obrigatório e Não Obrigatório será formalizado por intermédio do Termo de Convênio, Termo de Compromisso e Seguro contra Acidentes Pessoais, de acordo com a Lei 11.788/08 que dispõe sobre os estágios. O estágio terá início após a assinatura do Termo de Convênio e de Compromisso.

Parágrafo único: Para efeito da consolidação da proposta de Estágio Obrigatório junto às Unidades Concedentes, deverão ser observadas as exigências específicas das respectivas instituições.

CAPÍTULO VI

Da Administração e Supervisão do Estágio

Art. 21º - O Estágio Curricular Obrigatório será desenvolvido sob a coordenação, orientação, supervisão e avaliação dos seguintes profissionais:

I – Coordenador de Estágio - docente responsável pela coordenação, administração e supervisão de forma global dos estágios das licenciaturas, por campus, vinculado ao Setor de Assistência Técnica ao Ensino da Pró-Reitoria de Graduação.

II – Professor de Estágio - docente responsável pela disciplina de Estágio Supervisionado, na área da docência e pelo planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação do estágio e do estagiário.

III – Supervisor de Estágio - profissional na área da docência indicado pela Unidade Concedente do Estágio, que acompanhará, orientará e supervisionará o estagiário no desenvolvimento de suas atividades de estágio na Unidade Concedente.

Parágrafo único: Nos campi onde haja mais de uma licenciatura, a Coordenação de Estágio será exercida por um único profissional.

Art. 22º - O Estágio Curricular Não Obrigatório será desenvolvido sob a coordenação, orientação, supervisão e avaliação dos seguintes profissionais:

I – Coordenador de Estágio - docente responsável pela coordenação, administração e supervisão de forma global dos estágios, por campus.

II – Professor de Estágio - docente responsável pela disciplina de Estágio Curricular.

III – Supervisor de Estágio - profissional indicado pelas organizações governamentais e não governamentais, que acompanhará, orientará e supervisionará o estagiário no desenvolvimento de suas atividades de estágio.

IV – As atividades de estágios curriculares não obrigatórias serão reconhecidas como atividades de extensão, monitoria e iniciação científica, de acordo com a Lei 11.788/08, Art. 2º, parágrafo 3º e com a Resolução CONSEPE 03/2005.

Parágrafo único: Nos campi onde haja mais de uma licenciatura, a Coordenação de Estágio será exercida por um único profissional.

Art. 23º - O Coordenador de Estágio Curricular será eleito pelos professores de estágio, dentre os professores da(s) licenciatura(s) do respectivo câmpus, por um período de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período.

Parágrafo Único - O Coordenador de Estágio das Licenciaturas poderá ser substituído por sugestão da maioria dos professores de estágio, ou por solicitação própria, antes do período definido no *caput* deste artigo.

Art. 24º - A alocação da carga horária para o Professor de Estágio terá como referência a seguinte orientação:

- a) o número de horas/aula semanais do professor para os períodos em que o aluno não estiver em exercício de regência e/ou demais atividades de ensino, corresponderá ao número de horas/aula semanais da respectiva disciplina de Estágio. Nesses períodos, os alunos, no limite permitido para a disciplina, deverão ser mantidos em uma única turma;
- b) o número de horas/aula semanais do professor para os períodos em que o aluno estiver em exercício de regência e/ou demais atividades de ensino, corresponderá ao número de horas/aula semanais da respectiva disciplina de Estágio. Nesses períodos, as turmas poderão ser divididas em até 22 (vinte e dois) alunos por turma.

Art. 25º - Caberá ao Coordenador de Estágio das Licenciaturas, no âmbito do Estágio Curricular Obrigatório:

- I - articular e coordenar o intercâmbio entre entidades e escolas de educação básica para ampliação de campos e oportunidades para o desenvolvimento de projetos integrados de Estágio Curricular Obrigatório das Licenciaturas;
- II - coordenar e supervisionar, de forma global, a execução do Estágio Curricular Obrigatório, intermediando o contato entre as Unidades Concedentes, o curso, o câmpus e as demais instâncias da Universidade;
- III - organizar reuniões periódicas com os professores de estágio para avaliação das atividades e socialização das experiências;
- IV - emitir parecer a partir da análise do relatório de campo de estágio dos professores de estágio e encaminhá-lo ao Colegiado de Curso e à Prograd;
- V - cumprir as normas do presente regulamento.

Art. 26º - Compete ao Professor de Estágio:

- I - elaborar e executar o Plano de Ensino-Aprendizagem de sua área ou habilitação;
- II - orientar os estagiários, acompanhar e supervisionar a elaboração e execução de seus projetos de estágio;
- III - avaliar o desempenho do estagiário em todas as etapas do estágio mediante instrumentos e critérios pré-estabelecidos pelo plano de ensino da disciplina;
- IV - coordenar e organizar todas as etapas de socialização, cujo formato e diretrizes deverão ser estabelecidas no plano de ensino da disciplina, consoante com o PPC de cada curso;
- V - participar como membro da banca examinadora, quando houver apresentação de trabalho de conclusão de estágio;

- VI - participar das reuniões periódicas propostas pelo Coordenador de Estágio;
- VII - emitir Relatório de Campo do Estágio ao final de cada período letivo e encaminhá-lo ao Coordenador de Estágio;
- VIII - divulgar o conteúdo deste regulamento aos estagiários;
- IX - cumprir as normas do presente regulamento.

Art. 27º - Compete ao Supervisor de Estágio:

- I - acompanhar e orientar as atividades dos estagiários na Unidade Concedente;
- II - avaliar o desempenho do estagiário na Unidade Concedente;
- III - contatar o professor de estágio para solucionar possíveis dificuldades do estagiário.


Art. 28º - Compete ao estagiário:

- I - comparecer e participar de encontros de orientação e cumprir todas as atividades previamente planejadas no respectivo plano e/ou projeto de Estágio Curricular Obrigatório;
- II - elaborar, com a orientação do professor de estágio, o plano e ou projeto de estágio e apresentá-lo para sua aprovação antes da execução na Unidade Concedente;
- III - ministrar, pontualmente, na fase de regência de classe, todas as aulas que lhe forem designadas, respeitando o horário determinado na Unidade Concedente;
- IV - registrar e documentar as atividades realizadas no campo de estágio, de acordo com o plano de ensino da disciplina;
- V - redigir os relatórios e encaminhar ao professor de estágio o número de vias definido pelo plano de ensino da disciplina;
- VI - apresentar-se nas atividades de socialização;
- VII - respeitar as normas da Unidade Concedente, mantendo postura ética;
- VIII - cumprir as normas do presente regulamento.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Gerais

Art. 29º - O Estágio Curricular, exposto neste regulamento, corresponde ao Estágio Curricular Obrigatório e não obrigatório, constante das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica.



Art. 30º – Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Araguaína, 16 de abril de 2019.